

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ELENA CAMPO FIORETTI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA**

Porto Alegre

2009

ELENA CAMPO FIORETTI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Orientador: Professor Doutor Stefano Florissi.

Porto Alegre

2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

F518p

Fioretti, Elena Campo

Políticas públicas para a cultura como fator de desenvolvimento econômico e social no Estado de Roraima / Elena Campo Fioretti. – Porto Alegre, 2009.

000 f. : il.

Orientador: Stefano Florissi.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2009.

1. Desenvolvimento econômico e social: Roraima. 2. Economia da cultura. 3. Políticas públicas: Cultura: Roraima. 4. Mulher: Agricultura familiar: Maputo (Moçambique). I. Florissi, Stefano. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 316.7:33

ELENA CAMPO FIORETTI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA COMO FATOR DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ESTADO DE RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Aprovada em: Porto Alegre, julho de 2009.

Professor Dr. Ronald Otto Hillbrecht - UFRGS

Professor Dr. Luis Fernando Lazzarin –UFSM

Professor Dr. Nali de Jesus de Souza – UFRGS

Professor Dr. Stefano Florissi – UFRGS - Orientador

Aos meus filhos, Karina e Elio, parceiros, amigos e estudantes estudiosos, a Kleber, companheiro de lutas, labutas e das vivências e convivências cotidianas e aos meus familiares (mãe, irmãs, sobrinhos e sogra) pela presença constante na minha vida, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A SUFRAMA por entender a importância de destinar recursos financeiros para a formação em nível avançado dos profissionais que atuam na Amazônia como condição para a resolução de problemas e responder as questões que nos são próprias e por ter permitido que esses recursos alcançassem o Estado de Roraima

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que aceitando o desafio da realização do Mestrado em Economia Modalidade Profissionalizante em Roraima, permitiu que um grande número de profissionais em pleno exercício de suas atividades, como eu, pudesse alcançar um nível avançado de formação e com isso, melhorar o desempenho de suas funções com foco nas questões de interesse do Estado;

Ao governo do Estado de Roraima pela primeira iniciativa da formação do capital intelectual enquanto meta de governo, com o propósito de melhorar a performance do quadro de profissionais da administração pública do Estado o que possibilitou minha participação nessa qualificação;

A Universidade Federal de Roraima e em especial ao Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e Caribe - NECAR, por ter sediado este importante curso, por ter disponibilizado espaço físico, pessoal, material e equipamento, imprescindíveis para a realização de estudos e pesquisas, das aulas presenciais e pela possibilidade de convívio entre coordenadores, gestores, professores e alunos em clima de amizade, fraternidade e simpatia, em todo o transcorrer do curso;

A coordenação da Pós Graduação em Economia da UFRGS, em especial ao Professor Coordenador do Mestrado Dr. Ronald Otto Hillbrecht e a equipe da Secretaria em especial a Iara Machado, por toda colaboração prestada;

Aos Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo espírito de colaboração e contribuição com seus conhecimentos para o crescimento do grupo de mestrandos;

Aos Professores da Universidade Federal de Roraima pela parceria, colaboração e contribuição no processo de ensinamento ao grupo de mestrandos;

Aos digníssimos profissionais, alunos, amigos da turma que integram o grupo de mestrandos neste curso, verdadeiro ambiente multicultural, pela troca de experiências, conhecimentos partilhados, espírito de colaboração e solidariedade nos trabalhos e na

defesa das melhores alternativas que permitiu a permanência de todos até o final da jornada;

A estimada Juliane Serres pela convivência, amizade, a recepção no Rio Grande do Sul e por ter me acolhido no seu aconchegante apartamento em todas as minhas investidas na cidade de Porto Alegre, com o estágio acadêmico, imersões de estudo e nas boas horas de cultura e lazer;

Ao Rafael Höher pela simpatia e gentileza na temporada em que estive no Rio Grande do Sul;

A Cristina Andrade pelo empréstimo dos livros, importante bibliografia para os fundamentos desse estudo, e pela manifestação de confiança da importância dos estudos de economia da cultura como um segmento para o desenvolvimento do Estado de Roraima;

A Alessandra Spitz Alcoforado Lourenço, uma das meninas do IPHAN de Roraima, pelo empréstimo dos livros;

A Rosangela Duarte, companheira de longas lutas em favor da cultura de Roraima, pela contribuição, apoio e incentivo ao estudo;

Aos produtores artísticos de Roraima pelas necessárias informações prestadas;

A Secretaria de Planejamento de Roraima – SEPLAN, e suas importantes Diretorias e setores pela concessão dos dados;

A Secretaria de Educação, Cultura e Desportos de Roraima e em especial ao Departamento de Cultura, pelas informações disponibilizadas;

Ao Conselho Estadual de Cultura, palco de meus embates e defesa de meus entendimentos referentes à cultura;

Ao novíssimo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, pelo exemplo para a condição de meu aprofundamento sobre a importância das políticas para o desenvolvimento de setores culturais estratégicos como os Museus e pelas oportunidades de vivência e convivência com essa turma especial que estuda, pensa e vê nos museus um campo para as ações afirmativas da sociedade e um ponto de convergência de tempos, espaços e experiências humanas e, portanto, de desenvolvimento social e cultural.

A Simone Flores do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, pela amizade, apoio, e manifestação de solidariedade;

Ao Leandro Valiatti e Felipe Waldemar pela gentileza ao disponibilizar seus trabalhos sobre Economia da Cultura;

Ao Professor Luiz Fernando Lazzarin, pela troca de informações, parceria acadêmica e demonstração de amizade que se formou com sua temporada em Roraima;

Aos artistas e produtores culturais que ao produzirem cultura, em suas diversas manifestações e linguagem, alimentam minha alma;

Aos membros da banca examinadora pela acolhida e sugestões no trabalho que enriquecerão minha vida profissional e conduta acadêmica;

E, em especial, ao meu Orientador, Prof. Dr. Stefano Florissi que de forma espontânea conduziu esta orientação com incentivo, paciência, demonstração de afeto e carinho durante toda a jornada; por ter permitido a amizade sincera e verdadeira que se formou a partir desse estudo; e, por que esteve presente e é parte integrante de todos os momentos que permeiam a elaboração deste trabalho, figurando no final desses agradecimentos para se manter presente na memória.

RESUMO

O estudo procura apresentar, na perspectiva dos estudos antropológicos e sociais, a dinâmica cultural enquanto formadora da identidade das sociedades e dos indivíduos na atualidade e discute como a cultura, nas complexas sociedades contemporâneas, no mundo globalizado, atua como importante elemento de desenvolvimento humano, social e econômico, à luz da Economia da Cultura. Apresenta o estado da arte das políticas públicas culturais, como reflexo das discussões de importantes organismos internacionais, e como o poder público passa a utilizar o setor cultural como mecanismos de desenvolvimento econômico e social. Discute, por fim, como a economia do Estado de Roraima pode ser aquecida a partir do desenvolvimento da cultura local.

Palavras-chave: Economia da Cultura. Identidade cultural. Sociedade. Políticas Públicas Culturais. Desenvolvimento Econômico. Roraima.

ABSTRACT

This study tries to present, in the perspective of the cultural anthropologic and social studies the cultural dynamics structures the identity of societies and individuals in the modern world and argues that the culture, in the complex contemporaries and in a globalized world, acts as an important element of human, social and economic development. We use as a main tool of analysis the framework given by the recent field of Economics of Culture. It present the state of the art of the public politics as reflected in the current discussions of important international organisms. Our focus is the cultural sector as a mechanism of economic and social development. It argues, finally that the economy by the government of the State of Roraima can be a push by the development of the local cultural sector.

Key-words: Cultural Economic. Cultural Identity. Society. Public Cultural Policy.
Economic Development. Roraima.

LISTA DE QUADROS e TABELAS:

Quadro I - Infra-estrutura dos equipamentos culturais públicos do México em números absolutos e a média por habitante	59
Tabela 1 – Número de Empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural – Brasil 2003 – 2005	63
Tabela 2 – Despesa total com cultura segundo as esferas de governo – Brasil 2003 – 2005	65
Tabela 3 - Despesas com cultura dos Governos Estaduais – Brasil 2003 – 2005	66
Tabela 4 - Municípios com adesão ao Sistema Nacional de Cultura e Ciência da Elaboração do Plano Nacional de Cultura, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006	82
Tabela 5 - Alíquotas de dedução de imposto – Valor do ICMS a recolher	89
Tabela 6 – Crescimento populacional	100
Tabela 7 – Divisão de recursos: Estado de Roraima em relação a Região Norte	109
Tabela 8 – Variação do total de despesas com cultura dos gastos do Estado de Roraima de 1990 a 1995	113
Tabela 9 – Variação da Evolução da Receita do Tesouro do Estado de Roraima 1990 – 1994 (Cr\$ 1.000,00)	114
Tabela 10 – Evolução da Receita do Tesouro 1992 – 1996 (Valores R\$)	114
Tabela 11 – Gastos Públicos na Cultura em relação aos gastos totais do Governo 2003 – 2005	116

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS ATIVIDADES CULTURAIS E A NOÇÃO DE IDENTIDADE NA ATUALIDADE	18
2.1 Noção e processos de formação de identidades na atualidade	20
2.2 A cultura enquanto formadora de identidades sociais	21
2.3 As atividades culturais como identificador de grupos sociais	24
2.4 Mercado Cultural: produção e consumo	28
3 CULTURA E ECONOMIA: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	30
3.1 A dimensão da cultura no processo de desenvolvimento humano e social	31
3.2 Cultura como fator de desenvolvimento econômico	36
3.3 A Economia da Cultura	38
3.4 Pressupostos da teoria da Economia da Cultura	40
4 MENSURANDO O IMPACTO ECONOMICO DO SETOR CULTURAL	50
4.1 Os dados do impacto do setor cultural na economia no mundo	54
4.2 Os dados do impacto do setor cultural na economia no Brasil	60
4.3 A participação da cultura no impacto econômico e a eficácia dos gastos com a cultura	68
4.4 A atual crise econômica mundial e seus efeitos na economia da cultura	70
5 POLITICAS PÚBLICAS NA ÁREA CULTURAL	72
5.1 Políticas públicas para a cultura como fator de desenvolvimento econômico	73
5.2 Alguns modelos de políticas públicas para a cultura	76
5.3 Políticas públicas para a cultura no Brasil	78
5.4 Incentivo Fiscal como mecanismo para estimular o setor cultural	81
5.4.1 Incentivo Fiscal para a produção cultural no Rio Grande do Sul – breve relato	81
5.5 A realização de eventos com a participação da sociedade como estratégia para consolidar diretrizes de políticas culturais	83
5.6 Políticas setoriais de cultura como elementos de políticas culturais	85
5.7 Iniciativas de organizações civis como mecanismo de apoio ao desenvolvimento econômico e cultural, fortalecendo as políticas públicas - O caso do SEBRAE	93
6 ESTUDO DE CASO: RORAIMA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO À LUZ DA ECONOMIA DA CULTURA	96

6.1 Processo histórico dos fluxos migratórios e da ocupação urbana de Roraima	97
6.2 Cultura em Roraima: processo em construção	101
6.3 A participação do poder público no desenvolvimento cultural de Roraima	105
6.4 Incentivo fiscal como mecanismo de fomento a cultura em Roraima	109
6.5 Os gastos do Governo com a Cultura de Roraima	113
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
8 RECOMENDAÇÕES	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXO A - Carta de Roraima	130
ANEXO B - Síntese da Mesa Redonda com os Artistas	133
ANEXO C – Resultado da I Conferência Estadual de Cultura	135

1 INTRODUÇÃO

O fluxo migratório, um dos vários elementos que marcam as sociedades contemporâneas, surge como um fenômeno crescente que ganha proporções de ordem global com a intensa movimentação humana que por fatores políticos, econômicos, demográficos e pelas novas tecnologias dos meios de comunicação e de acesso a informação. Esses movimentos intensificam as relações humanas, reorganizam as estruturas sociais, colocam em voga a noção de identidade e de pertencimento das pessoas e dos grupos, atribuindo o perfil multicultural próprio das sociedades complexas, do mundo na atualidade.

A cultura, enquanto conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social, como tão bem definiu Néstor Canclini(2004), ganha novos contornos e novas formas de linguagem, de valores e de expressões simbólicas são produzidos, e, no balanço da onda formada pelos fluxos dos movimentos humanos, se reproduz, se cria e se renova, dando lugar as dinâmicas interculturais, tornando a sociedade, e por analogia, o mundo, mais complexa, emergindo o sentido de pós-moderno nos discursos atuais. Neste contexto a cultura sobrevive à medida que os povos se apropriam em seus próprios termos, desse mundo diverso, instável, imprevisível, condição inerente deste Século XXI. As relações sociais e culturais que se estabelecem com essa trama fluida, formando um novo tecido social repleto de sentidos e significados, compõem o espaço dialógico, híbrido, que estabelece diálogo com os elementos sociais e culturais aí presentes e coloca na pauta das discussões de importantes organismos internacionais, ao focarem o desenvolvimento, considerar a cultura enquanto base estruturante da vida social, possibilitando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, entendendo que o desenvolvimento deve estar para além da noção de crescimento econômico.

A cultura atua desta forma, como elemento que concretiza as bases do desenvolvimento humano, pois, engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades, como tão bem expressou Jose Barros (2008) e a noção de capital cultural passa ser entendida como tangível quando surge com as atividades humanas e precisa ser mantido para sobreviver ao longo do tempo, e como intangível quando refere-se ao capital intelectual tal qual as idéias, a criatividade, as crenças e outros

valores partilhados por um grupo que seguindo essa lógica, tem-se que a cultura admite a sustentabilidade porque pressupõe um desenvolvimento duradouro e que cobre as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para suprir suas próprias necessidades. Sendo ainda uma fonte de bens e serviços que proporcionam benefícios de bem estar material e imaterial.

O acesso aos bens culturais promove o desenvolvimento social e humano, sendo que as novas tecnologias além de facilitarem esse acesso contribuem de maneira incisiva nas transformações nos processos de criação, produção, distribuição e consumo dos bens culturais, formadores do capital cultural. A Cultura pode ser entendida, então, como um fator de desenvolvimento econômico.

A produção cultural de um grupo ou sociedade expressa valores intrínsecos, estabelecendo marcos identitários que reforçam laços e estimulam a vontade de compartilhar esses valores com outros grupos. O Brasil culturalmente diversificado é rico na produção de seus bens culturais, propiciando que outros setores como o turismo e a economia se fortaleçam.

Compreender como a cultura esta relacionada ao desenvolvimento humano e como esse processo se dá no domínio do desenvolvimento econômico e social na perspectiva da formação do capital cultural é um dos argumentos propostos pela Economia da Cultura, área dos estudos da Ciência Econômica, que procura perceber, entender e esclarecer todo o processo da produção cultural desde a ação criativa subjetiva, os modos de viver dos diferentes grupos sociais e suas interações, até a materialização dessas manifestações que é dada com o produto cultural expresso nas linguagens representadas nas diferentes formas de artes, línguas, bens e patrimônio cultural formado, que sob este olhar, torna essa área do conhecimento, inquietante e estimulante enquanto ciência.

A Economia da Cultura passa a ser percebida como um importante segmento para o desenvolvimento econômico do Brasil, cuja competitividade se dá pela facilidade de absorção de novas tecnologias, pela criatividade e vocação para inovação, pela disponibilidade de profissionais de alto nível em todos os segmentos da produção cultural, pela qualidade e boa aceitação dos produtos culturais brasileiros em diferentes mercados uma vez que essa produção muitas vezes são expressivas tanto no mercado interno como produtos de interesse com grande demanda para exportação.

Nesta perspectiva o presente estudo se volta, então, para compreender a movimentação e circulação de bens e produtos culturais e como o setor cultural promove

impactos na economia, quando anuncia os dados produzidos por estudos, pesquisas e mapeamentos sobre a produção cultural que estão sendo trabalhados por países que colocam a cultura como uma prioridade. Objetiva apresentar situações de como o poder público pode utilizar o setor cultural como mecanismo de desenvolvimento econômico do Estado de Roraima, mediante a apresentação de políticas culturais que já estão sendo adotadas em diversos países.

Este estudo que é de caráter exploratório enfoca a produção cultural, em seu sentido amplo, à luz da Economia da Cultura, estabelecendo interface com outras áreas do conhecimento. Adota como método a pesquisa qualitativa, própria das ciências sociais e procura observar como se processam as relações nas sociedades contemporâneas. Lança olhares para compreender como essas relações produzem sentidos e significados nos diálogos que se estabelecem nos contextos sócio-culturais fortalecidos pela globalização, cerne das transformações sociais, culturais e que consolidou uma nova economia de mercado em decorrência das migrações e que desloca para os centros produtivos e financeiros e com melhor infra-estrutura básica, eminentemente urbano, grandes contingentes humanos.

As cidades se configuram como lugares de culturas híbridas porque são lugares de migrantes e de experiências interculturais, onde se processam interações sociais e simbólicas e nelas se concentram as expressões das artes nas diversas linguagens, representadas nos produtos e bens culturais.

Estudos que procuram entender as diversas questões que envolvem as intrincadas relações entre os sujeitos, a partir de uma área específica e lança diferentes olhares e possibilidades fornecidas por outras áreas do conhecimento realizam interessante exercício às ações interdisciplinares. Neste trabalho, a Economia da Cultura amparada na Antropologia Cultural, estabelece suas bases em outras áreas do conhecimento que se dedicam aos estudos culturais e que estão presentes nos discursos de Bhabha (2005), Hall(2004), Néstor Canclini (2004) entre outros, e que compõem a organização das idéias que são aqui desenvolvidas e são utilizadas como recursos e estratégias de investigação, distribuídos ao longo dos capítulos, estruturando assim o primeiro trabalho que trata do tema Economia da Cultura em Roraima. Procura discutir as questões pertinentes a cultura frente os desafios das sociedades atuais que vivem em um mundo globalizado, e como as políticas públicas para a cultura podem contribuir para o incremento desta atividade e reconhecê-las como um dos fatores do desenvolvimento social e econômico do Estado .

O primeiro capítulo se dedica a noção identidade e as atividades culturais na atualidade, como “pano de fundo” que permeia os demais capítulos, se valendo de estudos realizados principalmente por Ianni (1999), Stuart Hall (2005), Néstor Canclini (2004), procurando compreender como a globalização contribui para uma nova dinâmica da sociedade e da produção cultural entre os diversos grupos em contato estabelecendo o conceito de sociedades multiculturais e de pós modernidade, defendido por Semprini (1999), David Harvey (2008), fragilizando as fronteiras, desterritorializando grupos e reconfigurando identidades culturais que se manifestam híbridas, fragmentadas e transitórias, o que caracteriza as sociedades atuais como urbanas, onde as cidades se representam como lugares de culturas híbridas.

O segundo capítulo inicia a abordagem da cultura como fator de desenvolvimento social e econômico e como essa perspectiva ganha entendimento a partir da II Grande Guerra Mundial, com a defesa dos direitos humanos e a própria condição do mundo pós-moderno que promove discussões junto aos organismos internacionais a cerca da importância da cultura como parte indissociável do desenvolvimento humano, procurando orientar, a partir das declarações elaboradas, como os governos devem contemplar os temas culturais como diretrizes das políticas públicas. Neste contexto apresenta-se a Economia da Cultura como uma área do conhecimento das Ciências Econômicas que estabelece interfaces entre as noções economicistas de desenvolvimento sem abrir mão do entendimento do complexo mundo cultural que habita o processo produtivo desses bens e serviços, amparado por estudiosos dessa Ciência como Benhamou (2007), Throsby (2001) e Tolila (2007), entre os nomes internacionais e Ana Carla Reis (2007), Frederico Barbosa (2007), Stefano Florissi e Leandro Valiati(2007) e Felipe Wlademar (2006), entre os principais pesquisadores desta área do conhecimento, no Brasil.

O terceiro capítulo se refere a cultura como fator de desenvolvimento social e econômico a partir da compreensão que os organismos internacionais apresentam e inicia uma aproximação com os dados que indicam esse desenvolvimento, demonstrando o esforço de alguns países e instituições em produzir indicadores e organizar os dados e disponibilizá-los em documentos que servem de base para a tomada de decisões de produtores, gestores, investidores e consumidores culturais e a participação do setor cultural na economia a partir dos resultados refletidos no Produto Interno Bruto dos países. Para tanto se ampara nos dados de Paul Tolila (2007), do Sistema de Informações Culturais do México, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Instituto de

Pesquisas Aplicadas - IPEA, citando os mais importantes. Defende que a economia da cultura atua para além dos produtos culturais alcançando outros segmentos importantes da economia, produzindo impactos positivos sobre o setor de turismo, da educação, na geração de empregos, entre outros segmentos.

O quarto capítulo se detém a argumentações de como as políticas culturais se convertem em fatores de desenvolvimento social e econômico e a importância do papel do Estado, como um orientador de desenvolvimento econômico e social, para movimentar e aquecer a economia a partir de investimentos em setores com grande capacidade de valor agregado como a cultura, estabelecendo interfaces com experiências desenvolvidas em alguns países e a resposta dessa intervenção em favor do desenvolvimento local, regional, nacional.

O quinto capítulo se reporta ao Estado de Roraima e a partir do que foi apresentado nos quatro capítulos anteriores, procura refletir, à luz da Economia da Cultura, sobre como situações referentes ao setor cultural, no contexto das sociedades atuais, possam ser trazidas à tona para dialogar com as possibilidades que as políticas públicas para a cultura têm para promover o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável.

Em seguida algumas considerações finais, por entender que o trabalho não é conclusivo, e algumas recomendações são apresentadas com o intuito de estabelecer observações e diretrizes que possam contribuir com discussões acerca deste tema, futuros estudos e medidas pró-ativas do poder público frente ao setor cultural e que orientem para que a cultura e seus processos sejam parte integrante de ações de planejamento com um dos fatores de desenvolvimento econômico e social

2 AS ATIVIDADES CULTURAIS E A NOÇÃO DE IDENTIDADE NA ATUALIDADE

Ao reconhecer a complexidade que envolve a dinâmica cultural quando pensada na perspectiva da formação da identidade das sociedades ou dos indivíduos na atualidade, a abordagem parte do princípio da necessidade da compreensão e do aprofundamento de algumas questões conceituais.

Evitar a simplificação no entendimento desses termos estabelece o desafio da visão complexa que suas faces e significados proporcionam. Enquanto abordagem sociológica, numa perspectiva das sociedades ocidentais, até o início do século XX, a noção de identidade, refere-se a como as pessoas refletem o seu “eu” a partir do meio cultural em que estão inseridas e que é construído ao longo da vivência de cada indivíduo ou grupo social. O que significa dizer a percepção, a consciência e a valorização que a pessoa tem de si mesma como pertencendo a um determinado grupo étnico, social ou cultural. Sobre este aspecto a identidade, nessa época, “estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis” (HALL, 2005, p. 12).

Mas é necessário transportar a percepção de identidade para o ambiente da sociedade na atualidade onde Stuart Hall chama a atenção que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”(HALL 2005, p.12). Desta forma quanto maior for o contato e o acesso a outras sociedades “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam” (HALL, 2005, p.13) fazendo com que as pessoas sejam confrontadas por múltiplas identidades, com as quais cada indivíduo poderia, mesmo que temporariamente, se identificar.

Questões como essas estimulam os estudos, nas mais variadas áreas do conhecimento, que buscam compreender as relações humanas e suas implicações sociais e de como é projetada a idéia que temos de nós mesmos enquanto entes culturais; de como perceber que as interações significantes com outras pessoas, grupos ou sociedades, produzem o significado de construir autonomia, processos criativos e noção de pertencimento.

O conceito de cultura é muito abrangente e deve estar relacionado à área do estudo a que se quer referir. Em uma visão filosófica, se entende a cultura como a somatória das experiências adquiridas ao longo da vida das pessoas. A cultura é o próprio homem com seus valores morais e materiais: idéias atitudes, hábitos, costumes, bens, artefatos. A cultura enquanto reflexo de fluxos sociais plenos de significados, conectada aos desejos dos grupos sociais. É possível pensar a cultura, então, como correspondendo ao grau de humanização do homem. Sidarus (2004) considera a cultura como um conjunto de modelos de comportamento e pensamentos de sensibilidade que estruturam as atividades do homem na sua relação com a natureza, a sociedade, o transcendente, o absoluto.

Ao estudar as relações humanas, a partir do contato entre diferentes grupos, a Antropologia estabelece que, por uma visão instrumental e histórica, a cultura “é um sistema de formas significativas da ação social. É um meio pelo qual um povo define e produz a si mesmo enquanto entidade social em relação a sua situação histórica em mudanças”, (TURNER 1994, apud SAHLINS, 1997, p. 122). Essas mudanças provocadas pelo contato e interação, consistem em fazer com que os diferentes grupos tenham transformações sociais e culturais, que em uma relação de respeito e valorização, promovem o crescimento e a evolução do homem. É quando o homem se humaniza frente às diferentes formas de compreender e viver em um mundo de contrastes.

E com base nesse entendimento Manuel Vico e Mareia Rivero (2008) referem-se a definição operativa proposta por Néstor Canclini para quem “a cultura abrange o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social” sugerindo que cada vez menos se utilize o termo como substantivo “cultura” e cada vez mais como adjetivo “cultural” para enfatizar as zonas locais e globais em que as dinâmicas de interculturalidades têm lugar. (CANCLINI, 2004, p. 34 apud VICO e RIVERO, 2008)

Turner(1993) observa ainda que a sobrevivência cultural em um mundo contemporâneo consiste na tentativa dos povos se apropriarem desse mundo em seus próprios termos. Em decorrência, o vínculo com o movimento de autoconsciência mantém o perfil dessas sociedades, garantem a sua continuidade para além deste ir e vir de pessoas que as criam e as renovam. Essa autoconsciência associada às exigências políticas é para Sahlins (1997), um fenômeno próprio do final do século XX. O mundo se torna complexo e na vivência humana “descobrem-se novas formas de linguagem e de valores, com expressões simbólicas diversas, fruto de um novo contexto histórico e cultural”(SCOPINHO, 2004, p.77).

2.1 Noção e processos de formação de identidades na atualidade

Debates sobre o entendimento, o sentido e o sentimento de identidade tomam maiores dimensões na década de 50, a partir da II Guerra Mundial, fomentados pelas mudanças de comportamento e de estruturas nas sociedades contemporâneas que se tornaram mais complexas devido às conseqüências que o conflito gerou e incitou o “espalhamento” (diáspora) e grandes deslocamentos de grupos humanos, ao surgimento de novos mercados financeiros, as novas tecnologias de informação dentre as grandes e profundas mudanças nos procedimentos de vida, de contato e de acesso a outras sociedades. Esses deslocamentos tornam os grupos mais complexos e constituídos também por assimetrias e severas desigualdades sociais onde a identidade esta situada na interseção de muitas culturas.

O decorrer das décadas de 60 e 70 é marcado por um movimento de inquietude social e intelectual de ordem política e cultural cuja preocupação se centrava em questionar a hegemonia ocidental o que levava a novas formas de identificação coletiva e de novas formas de pensamento.

As migrações não são fenômenos recentes, mas, provocadas, ao longo da historia da humanidade, por questões originadas por grandes alterações nos ecossistemas, as guerras, os regimes políticos repressivos, os problemas de ordem econômica e cada vez mais intensamente pelas conseqüências do mundo moderno e globalizado e seu impacto sobre a identidade cultural, tem feito surgir grupos heterogêneos, cujo entendimento se fundamenta na noção de sociedades multiculturais.

Renato Ortiz (1998) reconhece que o processo de globalização tem suas raízes no momento de emergência da sociedade industrial, mas a moldura das sociedades contemporâneas mudou em função da flexibilização da economia, das transformações tecnológicas, a abrangência planetária dos meios de comunicação, a desterritorialização das identidades. “Esses elementos apontam para uma mudança profunda que de maneira nenhuma pode ser minimizada. A questão é como compreender os elementos novos que redefinem o contexto das sociedades e das culturas contemporâneas”. (ORTIZ, 1998, p. 30)

2.2 A cultura enquanto formadora de identidades sociais

O tema multiculturalismo avançou significativamente nos meios acadêmicos nas últimas décadas do século XX cujo debate está focado em questões referentes à identidade cultural a partir da “globalização da economia mundial e pela mundialização dos meios de comunicação social”(SIDERKUN, 2003, p. 8). Idéia de mundialização que está no “domínio específico da cultura”(ORTIZ, 2000, P.29). O multiculturalismo, enquanto estratégia para administrar os problemas de diversidade e multiplicidade das sociedades multiculturais, conforme Hall (2003), tem se intensificado o que requer compreender que a qualidade de convivência e interação humana entre diferentes culturas em contato, supõe a existência de simetrias e assimetrias entre certa cultura em relação às demais. Neste sentido se estuda o fenômeno do multiculturalismo como a convivência de pessoas com culturas distintas, em um mesmo espaço social onde a busca pelo respeito às identidades é dado como um fator importante nessas relações; como forma de se manifestar publicamente a diversidade cultural.

Sobre este pano de fundo o sentido do termo pós-moderno emerge no discurso da atualidade. O Pós-moderno, de acordo com David Harvey, privilegia “a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural”. (HAVEY, 2008, p.19). Um discurso que não se esgota na questão da cultura enquanto produto da arte, mas, na perspectiva da filosofia, antropologia, economia, sociologia, ecologia, dentre outras áreas do conhecimento, que procuram compreender, na contrastante sociedade atual, o sentido da vida cotidiana dos indivíduos, suas práticas e significados.

Com esta nova perspectiva, as relações humanas, as idéias, a sociedade, o mundo não são mais previsíveis. E a idéia da identidade passa a ser o cerne dos desafios contemporâneos. A dinâmica da vida é marcada por rupturas onde tudo está em um movimento mais intenso. Para Ianni (1999) essa é uma condição própria da globalização do mundo cujo ciclo se dá com a expansão do capitalismo enquanto modo de produção e de processos que envolvem nações e nacionalidades, economias e sociedades, culturas e civilizações fazendo surgir a sociedade global.

A globalização, enquanto fenômeno geográfico, político, econômico, social, cultural e de comunicação, nessa era contemporânea promove também, nas palavras de Hall (2005), efeitos diferenciadores, entre e dentro das sociedades e de suas culturas, naquilo que poderia supor em princípio a homogeneização dos grupos sociais e de suas culturas. Na medida em que as fronteiras vão se tornando mais frágeis, intersectadas ou

mesmo desconhecidas, os grupos acabam por negociar com as novas culturas em que vivem. São obrigados a reconhecer que existe um intenso processo de globalização das coisas, das pessoas e das idéias.

E Ianni (1999), a este respeito afirma que,

Em um mundo globalizado, quando se modificam, transformam, recriam ou anulam fronteiras reais e imaginárias, os indivíduos movem-se em todas as direções, mudam de país, trocam o local pelo global, diversificam seus horizontes, pluralizam as suas identidades. (...) Multiplicam-se as identidades de uns e de outros, na mesma proporção em que se diversificam experiências e existências, intercâmbios culturais e formas de organização social da vida, modos de trabalhar, agir, sentir, pensar, imaginar.(IANNI, 1999, p. 96).

E, neste sentido, Ianni(1999) esclarece que um dos aspectos decorrentes desse momento da vida nessa época de “globalismo” diz respeito as conseqüências que essa movimentação promove quando reitera que “...o que devemos considerar como significativos são as diferenças e não as semelhanças, os elementos de descontinuidade e não os elementos de continuidade”, ao citar Barraclough¹, e que este fenômeno está desestabilizando o que era central, deixando perceptível a fluidez de como se movem o tempo e o espaço na atualidade. É “no âmbito do ‘globalismo’ que pode florescer o multiculturalismo” (IANNI, 1999, p. 191), cujas tendências e implicações dizem respeito a problemas reais com todas as dúvidas que suscita e questionamentos sobre seus significados complexos e contraditórios que produzem e dinamizam relações, de integração e fragmentação, de dominação e apropriação.

A convivência e coexistência entre as diversas e diferentes culturas é um fato que dá sentido as relações humanas. Por tanto “a diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas praticas cotidianas e se encontram inseridas em um processo histórico” (SEMPRINI, 1999, p.11). Essas relações que se estabelecem entre o “eu” e o “outro” formam a base da diversidade cultural das sociedades onde o poder, os padrões de comportamento e os valores devem ser considerados nas discussões sobre essas diferenças. A diversidade deve ser percebida como um conjunto de individualidades, conexões compostas por muitas diferenças que se cruzam, se encontram e desencontram, estimulada pelos deslocamentos e movimentos presenciais e virtuais.

¹ Geoffrey Barraclough, Introdução à Historia contemporânea, 4ª edição, trad. Álvaro Cabral, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, PP. 13,14,15 e 35, In: Octavio Ianni, A era do Globalismo, 4ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999, p.11)

As migrações, “intensificadas e generalizadas nas ultimas décadas de Século XX” (IANNI, 1999, p. 153), cada vez mais provocadas por grande movimentação em todos os continentes, podem ser entendidas como uma nova diáspora. Geralmente é de caráter econômico, por fluxos culturais, pela segregação racial, dos refugiados políticos, do radicalismo muitas vezes fanático religioso, estimulado pelo consumismo diante de um mercado mundial e global, dentre muitos outros motivos. O fluxo migratório estabelece conflitos entre os padrões da identidade nacional e frente a essa alteridade e a diversidade cultural que se estabelece, faz com que a questão da identidade seja amplamente discutida nesses tempos de globalização e pós- modernidade. Desta forma, Stuart Hall argumenta:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de identidades (...) dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 2005, p. 75).

Neste pensamento Burity faz uma análise sobre como a globalização cria condições para despertar a luta pelo respeito à diversidade presente na sociedade, quando afirma que:

...apesar do caráter deste processo ser altamente disputado, ele parece intensificar um duplo descentramento, ao mesmo tempo em que reforça o paradoxo entre suas duas modalidades, pois ao mesmo tempo em que a globalização representa uma certa forma de interconexão e interpenetração entre as regiões, estados nacionais e comunidades locais, que esta marcada pela hegemonia do capital e de mercado, ela se faz acompanhar por uma potencialização da demanda por singularidade e espaço para a diferença e o localismo. (BURITY, 2001, p.1)

Nas tramas do complexo tecido social a identidade individual se torna suave, fluida e redes diversas são formadas e orientadas para um intenso movimento que reconhece a não homogeneização étnica e cultural dessas sociedades. É na reestruturação econômica e simbólica que os migrantes adaptam seus saberes para viver nas novas localidades.

Numa perspectiva dialética, enquanto processo intrincado de conflitos, sua negação “é a base das revelações e reinscrições profundas do momento do estranhamento” (BHABHA, 2005, p. 31), condição da ambivalência das articulações culturais, das diferenças da diversidade nas identidades, dos deslocamentos que criam e proporcionam novos territórios, extraterritórios e espaços interculturais, das fronteiras que se movem formando novas geografias, imagens e linguagens. O “ato migratório da sobrevivência” (BHABHA, 2005, p. 27). É na busca da superação que se dá a partir desse reconhecimento que as contradições são identificadas e, um novo patamar forma um espaço dialógico, que

tende estabelecer diálogo com esses elementos sociais e culturais, reconhecidos como hibridação.

Esta noção, discutida por Bhabha, difundida por Canclini, entre outros estudiosos do assunto, refere-se a um ambiente intercultural existente na atualidade onde surge culturas híbridas que “são geradas ou promovidas pelas novas tecnologias comunicacionais, pela reorganização do público e do privado no espaço urbano e pela desterritorialização dos processos simbólicos”(GARCIA CANCLINI, 2000, p.29). Pensar no hibridismo cultural é não olhar apenas para a diversidade no sentido amplo do diverso, mas, nas diferenças que este diverso exprime. Na criação de um espaço que

embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam se apropriados, traduzidos e re-historicizados e lidos de outro modo(BHABHA, 2005. p. 68)

Idéias de culturas puras não insustentáveis o que dá lugar a um ambiente propício ao diálogo e a negociação possibilitando a tradução de identidades culturais que se renovam e se reconhecem na diferença, o que faz indagar a noção de identidade cultural onde os conflitos gerados podem propulsionar a dinâmica da transformação social, nesses tempos de pós-modernidade que procura a compreensão da diferença e o reconhecimento do outro em sua alteridade. Como característica da condição pós-moderna surge o respeito à diferença.

2.3 As atividades culturais como identificador de grupos sociais

É certo que na “globalização do mundo”, expressão usada por Ianni (1999), a vida ganha novos contornos quando se modifica, transforma, recria ou anula fronteiras reais e imaginárias fazendo emergir a complexa sociedade global que se move em todas as direções, troca o local pelo global, pluraliza suas identidades. As modalidades de tempo e espaço, com a globalização, são alteradas quando disponibiliza o acesso aos meios de comunicação e informação, resignifica a divisão do trabalho e disponibiliza os diferentes mercados aos indivíduos. Dimensões na cultura são formadas e promovem conexões, fragilizam e derrubam noções de fronteiras. Na análise de Siderkum (2003) um mundo globalizado cria o fenômeno de desterritorialização e descentramento, quando aponta os

efeitos instaurados pela globalização e mundialização com a reconfiguração de identidades culturais que se manifestam como híbridas, fragmentadas e transitórias.

A globalização produz também a sociedade global cuja característica pode ser percebida “por sua originalidade, configurações e movimentos próprios, revelando-se uma totalidade superior, abrangente, complexa e contraditória; subsumindo localidades, nacionalidades, nações e regiões(...); constituindo territorialidades e temporalidades desconhecidas.” (IANNI, 2003, p. 79), produzindo possibilidades que tornam as identidades mais plurais e diversas.

Este fenômeno, legitimado pelas migrações, reforçado por assimetrias sociais e econômicas, movimentam grandes contingentes humanos que se deslocam para os centros produtivos e financeiros, configurado na atualidade pelas sociedades urbanas. Decorrências de diversos fatores que promoveram profundas mudanças nas sociedades iniciadas de maneira mais enfática na segunda metade do século XX, quando se estabelece a transmutação para a pós modernidade, este século XXI está se conformando pela movimentação de pessoas oriundas de países pobres para os mais ricos e o êxodo das áreas rurais para os centros urbanos.

Impulsionadas pela busca de oportunidades, melhoria da qualidade de vida, acesso a bens de consumo e melhores condições de trabalho e renda, devido ainda a mecanização da produção agrícola e maiores investimentos públicos em infra estrutura básica, educação e saúde nos centros urbanos, as migrações favorecem o encontro dos diversos, que se estabelecem principalmente nos bairros mais populosos das grandes cidades. Neste último ano, com o surgimento e agravamento da crise econômica mundial, tem-se observado um movimento reverso daqueles imigrantes que se instalaram em países ricos e, mesmo retornando a seus lugares de origem, provavelmente permanecerão nos centros urbanos.

Com as migrações para os centros urbanos, as cidades contemporâneas são povoadas por uma “variedade de modos de vida que se diferenciam pelas línguas, estéticas e vestimentas (...) dando lugar a novos processos de transculturação”(SIDERKUM, 2003, p.21). As cidades, desta forma, tornam-se campo de forças simbólicas onde as tensões sociais se intensificam e os conflitos gerados confrontam categorias como o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial, o popular e o erudito, local e o global.

Neste aspecto as cidades se apresentam como lugares de culturas híbridas e sintetizam como as identidades sociais são construídas na atualidade que se anunciam nas atividades culturais manifestadas em suas diferentes formas e linguagens. É sobre essa

nova égide que a cultura se revela. Consciente da intrincada relação formada nos centros urbanos onde os lugares são concebidos e as fronteiras culturais são reconsideradas; os grupos sociais ao apoderar-se da cidade criam a possibilidade de um “retorno à encenação da identidade como iteração e re-criação do eu no mundo (...), o re-estabelecimento da comunidade fronteiriça da migração” que rompe a “barreira do tempo de um ‘presente’ culturalmente conluiado”(BHABHA, 2005, p.29), e passa a negociar com a cultura do novo lugar.

Nas cidades os movimentos culturais se expressam e nelas, o movimento dos tempos atuais que consolida a pós-modernidade na cultura contemporânea. Sendo as cidades lugares de encontro “a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural”(GARICA CANCLINI, 2000, p.285). Hibridação que se dá em múltiplos sentidos quando defrontam questões de exclusão social, ocupação e uso dos espaços, meios de produção e consumo de bens e serviços, acesso a informação, oferta e domínio de tecnologias, produções artísticas e culturais e suas formas de difusão. A cidade manifesta a sua condição pós-moderna ainda na arquitetura e no planejamento urbano.

Garcia Canclini (2000) apresenta e discute três processos por ele considerados fundamentais, para demonstrar como se explicam essas culturas híbridas que, por uma visão mais abrangente, se processa por intermédio dos acontecimentos ocorridos nos centros urbanos: a quebra e a mescla das coleções organizadas pelos sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros. Desta forma mostra que as cidades providas de lugares de memória impregnados nos monumentos e nas edificações que retratam períodos históricos e artísticos, hibridam-se ao interagir com o crescimento urbano e as formas de linguagens que se instalam como a publicidade, os grafites, os sinais de trânsito, as manifestações sociais e políticas, e ainda, as mercadorias vendidas ao ar livre, ao afirmar que:

“No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sócias: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver”. (GARCIA CANCLINI 2000, p. 3001).

Essa interação possibilita que os monumentos expostos à dinâmica urbana sejam revitalizados por esses elementos da vida e da cultura que dialogam com as contradições

presentes no cotidiano. Scopinho (2004), discute a crítica filosófica de G. Vattimo² ao pensamento moderno, quando discute a sociedade pós-moderna, e apresenta um novo momento histórico quando se estabelece uma relação com os monumentos não como um marco do passado, o que se transmitiu historicamente, mas “quando se abre para a perspectiva do diálogo com outras culturas, e com o próprio passado”(SCOPINHO, 2004, p. 78), o que cria a possibilidade de uma emancipação e um respeito pelo diferente.

Garcia Canclini (2000) refere-se também aos processos de descolecionamento e desterritorialização ao mostrar que a organização dos bens simbólicos organizados e armazenados hierarquicamente e separadamente nos museus, bibliotecas e nas salas de concerto, reformulam seus espaços e ganham novos sentidos quando mesclam suas coleções entre a arte erudita e a popular, as performances, as instalações, as mídias com suas diversas formas de produção e reprodução da informação, o entretenimento como os videogames e videoclipes e os artigos e artefatos das populações ameríndias ou rurais que são encontrados sob o nome de “artesanato” e misturam-se nas lojas das cidades.

A produção artística seja ela a literatura, a música ou as artes visuais representadas nas mais diferentes formas, estilos e tendências encontram nas cidades, lugares de migrantes e de experiências interculturais, um mercado em expansão e para alcançarem seus consumidores interagem com os autores de diversos estilos. A expansão da indústria cultural e as forças dos mercados fazem com que artistas procurem ampliar a produção e circulação de suas obras frente a uma economia de consumo. Ilustra a condição híbrida da cultura, fato recente corrido com a entrega do prêmio norte americano da produção cinematográfica, o Oscar, com o filme “Quem quer ser um milionário?” de origem indiana. Não apenas pela origem da produção que rompe barreiras e fronteiras, invadindo e desestabilizando o poder econômico central, mas, simbolizando as transformações que estão em curso conforme registra a jornalista Isabela Boscov da Revista Veja em reportagem e complementa:

A palavra globalização pode ter virado um clichê vazio – mas as práticas que ela possibilita, não. Hoje, o cinema mal tem nacionalidade: o dinheiro transita para lá e para cá, filmes americanos são rodados na Bulgária ou na Austrália, diretores estrangeiros trabalham em Hollywood e às vezes voltam a seu país de origem. Acima de tudo, os temas, rostos e sotaques vindos de outras partes do mundo

² G Vattimo filósofo italiano do pensamento contemporâneo, da corrente da filosofia hermenêutica, defende que o contexto cultural contemporâneo esta sendo uma chance para uma nova interpretação da sociedade em um lugar em que se anuncie para o ser humano uma possibilidade diferente da existência. Refere-se aos monumentos como impressões que se transmitem ao longo do tempo para serem interpretados, “que se descubrem e se ocultam como projeções para os outros que vão registrando características e recordações de outras épocas que não estão perdidas no todo”.

cada vez menos causam estranheza. *Milionários* já fez mais de 100 milhões de dólares de bilheteria nos Estados Unidos, onde rezava a tradição, a platéia rejeita filmes com legendas. (Boscov, 2009, p. 114)

Garcia Canclini (2000), considera que, numa perspectiva pós-moderna, todas as culturas são de fronteira, perdem a exclusividade de seus territórios mas ganham em comunicação e conhecimento e anunciam o progresso.

2.4 Mercado Cultural: produção e consumo

Um dos principais argumentos referentes aos processos de produção e de consumo culturais diz respeito, segundo Barbosa da Silva (2007) ao envolvimento desses processos no desenvolvimento e integração social tendo em vista que a cultura perpassa por todas as dimensões da vida em sociedade e por relacionar-se aos direitos e à cidadania. Desta forma a noção de mercado cultural esta intrinsecamente relacionada a noção dos espaços onde se processam interações sociais e simbólicas.

Neste sentido o consumo cultural vai além da noção da satisfação das necessidades básicas e de apropriação de bens, mas na implicação de significados e posições sociais, pois o fato de consumir certos bens aponta sobre quem consome, o lugar a que pertence e os vínculos que é capaz de estabelecer, ordenando informações e organizando significados sobre este consumo e seu nível de escolaridade. A escolaridade do individuo é um dos fatores determinantes para o consumo cultural uma vez que a partir dela as pessoas têm maior acesso aos bens culturais e maior habilidade e domínio para o uso das tecnologias, dos serviços e equipamentos culturais.

Para Frederico Barbosa da Silva (2007) “o consumo também estabelece relações com a cidadania, o direito ao acesso a certos bens e serviços”(BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 19), considerando que o consumo cultural não se refere tão somente às artes mas também ter acesso a informação disseminada na mídia eletrônica e digital e nos meios impressos. O consumo cultural então alcança uma dimensão de apropriação de bens e da organização social, criando condições para o exercício da cidadania e participando dos processos sociais e de suas interações, em sentido amplo. O consumo cultural das famílias é parte integrante do Produto Interno Bruto (PIB) dos países uma vez que fazem investimentos em equipamentos eletroeletrônicos, na escolaridade, na compra de livros,

assinatura de jornais e revista e realizam despesas com a compra de ingressos de espetáculos, cinema, museus e exposições, na compra de artesanato.

Em relação à dinâmica da produção cultural, as áreas da cultura, por serem diversificadas, implicam em vários modelos de organização tanto empresarial como de uso tecnológico, dos grupos sociais, de procedimentos de distribuição e circulação, de acesso a fontes de financiamento e dependendo também das iniciativas e políticas públicas e privadas que aprimorem o produto cultural e estimulem o consumo dessa produção, fortalecendo e organizando a cadeia produtiva dos diversos segmentos da cultura.

O mercado de bens culturais e a cultura propriamente dita se desenvolvem com a expansão das cidades uma vez que concentram equipamentos de comercialização e distribuição desses bens.

A última conferência das Nações Unidas, sobre os Assentamentos Humanos e Habitat, acontecida em Istambul, em 1996, qualificou o Século XXI como o “Século das Cidades” considerando que no terceiro milênio mais da metade da população mundial viverá nas cidades, compreendido este como um processo mundial de urbanização.

3 CULTURA E ECONOMIA: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Cultura como tema central de um estudo é em si, complexo. Qualquer que seja o conceito que se queira empregar, a Cultura deve ser entendida como um processo contínuo e que conduz o ser humano a realizar-se objetiva e subjetivamente. A cultura esta em constante movimento e as mudanças dele decorrentes acontece pela interação entre os diferentes sistemas culturais que obedecem a conjunturas próprias em função do ambiente em que elas se processam e manifestam. Sendo a cultura um sistema de vida e idéias que inclui tecnologias e modos de organização econômica, política, social e padrões religiosos e seus sistemas simbólicos, servem para adaptar as comunidades humanas (LARAIA, 2002). Este autor destaca que grande parte dos padrões culturais de um dado sistema foi copiada de outros sistemas culturais, ocasionando o que a Antropologia denominou de difusão e que sem esta, não seria possível o atual desenvolvimento da humanidade.

David Harvey (2008) atribui como condição pós-moderna as mudanças nas práticas culturais e político-econômicas a partir da década de 70 e como as dimensões de tempo e espaço estabelecem “algum tipo de relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital e um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo”. Como tese de sua argumentação afirma que “o novo capitalismo acentua as relações de poder e a política com relação à economia e a cultura”. (HARVEY, 2008, p. 8 e 163)

No mundo contemporâneo a cultura, por seu caráter transversal, é importante tema nas discussões, transpondo os estudos dos campos da Antropologia e Sociologia que até então eram reservados basicamente a essas áreas do conhecimento. A cultura passa a ser assunto de interesse nas mais variadas áreas do conhecimento que procuram entender o comportamento e os sistemas de vida dos diferentes grupos humanos. E nos estudos da economia a cultura, dentro de uma visão contemporânea de desenvolvimento, ganha um novo paradigma com o surgimento da Economia da Cultura como área da Ciência Econômica.

3.1 A dimensão da cultura no processo de desenvolvimento humano e social

A Segunda Guerra Mundial colocou em confronto o valor do homem diante das desastrosas conseqüências que este conflito trouxe para a humanidade. Os países pertencentes à Organização das Nações Unidas se mobilizam para a reflexão do holocausto culminando, em 1948, a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos como meio de assegurar a proteção aos indivíduos e suas distintas formas de vida. Nesta Declaração a garantia das pessoas à satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, presente no artigo 22 e, o direito das pessoas tomarem parte livremente da vida cultural da comunidade, fruir as artes, participar do progresso científico e de seus benefícios, constantes no artigo 27.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos muitos são os eventos onde as questões referentes à cultura passaram a fazer parte dos temas nas agendas de organismos internacionais como a UNESCO. O reconhecimento da cultura como inerente aos diferentes grupos humanos, presente nos debates internacionais fomentaram a elaboração de documentos voltados para a cooperação cultural instruindo, segundo Rangel (2008), instrumentos jurídicos e textos normativos que afetam diretamente a formulação de políticas culturais dos Estados nacionais. Estes documentos expressam as preocupações que afetam os interesses coletivos da sociedade e por isso devem constar na pauta das prioridades e das atitudes dos governos quando desses instrumentos tornam-se signatários.

A relação entre cultura e desenvolvimento foi expressa pela primeira vez, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, conhecida como Mondiacult, ocorrida no México em 1982. O Mondiacul sublinha o elo entre economia e cultura, entre desenvolvimento econômico e cultural e esboça princípios para políticas culturais fundadas no reconhecimento da diversidade entre os grupos humanos.

O documento reconhece as transformações ocorridas no mundo neste final de século, provenientes dos avanços tecnológicos e científicos e os múltiplos conflitos surgidos diante de dificuldades econômicas e sociais. Reconhece que a educação e a cultura são essenciais para um verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. São princípios, além das políticas culturais voltadas para a Identidade Cultural: a Dimensão Cultural do Desenvolvimento; Cultura e Democracia; Patrimônio Cultural; Criação Artística e Intelectual e Educação Artística; Relações entre Cultura; Educação,

Ciência e Comunicação; Planejamento, Administração e Financiamento das Atividades Culturais; Cooperação Cultural Internacional; e, afirma o papel da UNESCO.

Na sessão específica para o entendimento da dimensão cultural do desenvolvimento, a Declaração reconhece que a cultura é elemento fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. Afirma que o desenvolvimento autêntico persegue o bem estar e a satisfação constante de cada um e de todos. Neste sentido o desenvolvimento supõe a capacidade de cada indivíduo e de cada população para informar-se, aprender e comunicar suas experiências.

A noção da cultura enquanto base estruturante da vida social associada ao desenvolvimento humano tem sido protagonista dos enfoques presentes nos projetos políticos associados ao desenvolvimento humano quando defendem a importância da cultura para congregar esforços para a construção de um mundo melhor. Alejandra Radl informa que “o verdadeiro desenvolvimento é aquele que coloca o homem no centro desse processo e lhe outorga a possibilidade de ascender a uma experiência mais plena e mais valiosa”. (RADL, 2000, p.1) Nesse entendimento, a autora defende que a cultura constitui um elemento incondicional para potencializar o desenvolvimento econômico e social.

Em 1996, o informe Nossa Diversidade Criadora, da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento cuja Assembléia foi convocada pela UNESCO, conclui que cultura e desenvolvimento são sinônimos e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta a própria cultura. Significa dizer que a cultura deve ser considerada como base de desenvolvimento e em consequência toda política de desenvolvimento deve inspirar-se nos fatores culturais próprios de cada sociedade, ou seja, a cultura deve ocupar lugar de destaque nos processos de formulação de políticas de desenvolvimento sejam de caráter econômico ou social.

Outros importantes eventos, sob a chancela da UNESCO, como o Seminário Integração Econômica e Indústrias realizado em 1998 em Buenos Aires, o Fórum de Desenvolvimento e Cultura acontecido em 1999 em Paris, o I Congresso Ibero Americano de Direito a Cultura no mesmo ano em Madri, dentre outros apontam como a cultura tem alcançado relevância nas discussões políticas e econômicas, como condição de

desenvolvimento humano e social além do papel da gestão pública enquanto propulsor de medidas que promovam o desenvolvimento econômico.

Brant (2007) informa que a UNESCO tem se dedicado para a consolidação de um entendimento amplo da cultura, trabalhando conceitos sobre a diversidade cultural como ponto central para o desenvolvimento humano e, por conseguinte, para o desenvolvimento das nações em um mundo globalizado. Em 2005, a 33ª Conferência da UNESCO realizada em Paris, adotou uma convenção com o tema “A Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” que teve com objetivo fortalecer a Declaração sobre a Diversidade Cultural em função dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. A diversidade passa a ser entendida como patrimônio da humanidade com a perspectiva de um mundo mais aberto, criativo e democrático. Essa convenção apresenta nos seus preceitos a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais. Esses fundamentos contribuem para o fortalecimento das discussões sobre o tema da cultura nos debates referentes a desenvolvimento, comércio internacional e propriedade intelectual, observando que no mundo contemporâneo a diversidade cultural permite maiores possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos alavancando o desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações.

Neste cenário o desenvolvimento deve ser visto para além do crescimento econômico e Jose Barros (2008), considera alguns elementos importantes que orientam esse enfoque, tais como: desenvolvimento e processo de mudança social e econômica e a própria capacidade do ser humano; os graus de liberdade social, econômica e política, existentes na sociedade e nas instituições; o acesso a saúde, educação e criação de forma universalizada; e, as possibilidades de se desfrutar o respeito pessoal e as garantias plenas dos direitos humanos. Desta forma alcança-se a noção de desenvolvimento humano sustentável. A cultura atua como elemento que concretiza as bases do desenvolvimento humano uma “vez que engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades”(BARROS, 2008, p. 20).

Com esta perspectiva a idéia de capital cultural se insere no entendimento de desenvolvimento humano sustentável que Throsby (2001) sugere como o meio para se compreender a conexão entre a economia e a cultura. O conceito de capital cultural é apresentado por Bourdieu quando discutiu o desempenho do aprendizado escolar das

crianças na França. Bourdieu alerta que as condições de acesso a cultura das famílias e de como as crianças se familiarizam e têm acesso a essa cultura, são decisivas para o seu desempenho escolar (SETTON, 2005). Capital cultural, para Bourdieu então, é um recurso estratégico adquirido na socialização familiar e pelo volume da apropriação dos bens simbólicos necessários para a produção (por exemplo, a matéria prima de uma escultura) e distribuição (o teatro para a montagem e apresentação de uma peça) cultural ou do conjunto dos próprios bens simbólicos como as coleções nas bibliotecas, nos museus, nas videotecas, nas galerias, e assim por diante.

A idéia de capital cultural junto de outras formas de capital em economia é defendida por Throsby e, em resumo, diz que

... podemos prever o capital cultural tangível e intangível existentes em num momento determinado como um tipo de existências de capital valorados como ativos, tanto em termos econômicos como culturais. Estas existências têm lugar a um fluxo de serviços de capital que podem passar diretamente ao consumo final ou combinar-se com outros insumos para produzir novos bens e serviços com valor em um tempo econômico e cultural. Estes novos bens e serviços podem por sua vez entrar no consumo final ou combinar-se com novos insumos, assim sucessivamente. (THRSBY, 2001, p. 60)³

O capital cultural tangível, esclarecem Valiatti e Florissi (2007), é formado a partir das atividades humanas e sobrevive por um certo período de tempo e não havendo manutenção ele pode acabar ou perder sua importância ao longo do tempo. E, o capital cultural intangível refere-se ao capital intelectual como as idéias, a criatividade, as crenças e outros valores partilhados por um grupo.

Desta forma o capital cultural pode ser acumulado ao longo do tempo como um ativo da pessoa que o possui e provavelmente será mais facilmente adquirido por pessoas de maior poder econômico em função do acesso que têm a esses bens simbólicos. Benhamou (2007) reitera este pensamento quando expõe que o aprendizado familiar, consolidado e prolongado pela escola, determina a reprodução dos comportamentos em relação à cultura uma vez que a frequência e as modalidades de consumo cultural são conseqüência direta de todo um modo de vida. Em sentido econômico o capital cultural “pode proporcionar um meio para representar a cultura como armazenadora de valor duradouro e provedor de benefícios para os indivíduos e os grupos” (THROSBY, 2001, p. 57).

Assim a sustentabilidade pressupõe um desenvolvimento duradouro, que cobre as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para suprir suas próprias necessidades, conforme define a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente

³ THROSBY para consolidar a relação entre valor econômico e cultural, no contexto do capital cultural, cita como exemplo um bem tangível como um edifício histórico que seu ativo pode ter um valor econômico derivado de sua existência física e que esse valor pode ser aumentado significativamente em função de seu valor cultural e em relação aos bens intangíveis, como a música, a literatura ou as crenças culturais elas possuem um imenso valor cultural mesmo se carecem de valor econômico mas, os fluxos de serviços que eles proporcionam é provável que aumente seu valor econômico em função de sua importância cultural.

e Desenvolvimento e o capital cultural, conforme Throsby (2001), é uma fonte de bens e serviços culturais que proporcionam benefícios no presente e no futuro e são regidos por seis princípios que definem a sua sustentabilidade: bem estar material e imaterial; equidade na distribuição do bem estar; equidade intragerações; manutenção da diversidade; princípio de precaução; e, manutenção dos sistemas culturais e reconhecimento da interdependência.

Perceber a dimensão da cultura mediante o desenvolvimento humano e social diante dessas questões e das profundas transformações no comportamento e nos anseios da sociedade neste Século XXI, se consumando como pós-moderno, é reconhecer que o avanço tecnológico, os meios de transmissão que oportunizam a comunicação em tempo real, a acelerada integração econômico-financeira organizadora da globalização e a circulação de bens e serviço em escala mundial. Essa dinâmica promove o contato entre os diferentes grupos humanos estimulando as movimentações migratórias nos diversos grupos que buscam melhores oportunidades e bem estar em outras localidades, que aparentemente podem ser entendida como condição de oferta de melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento pessoal.

O acesso aos bens culturais promove o desenvolvimento social e humano, as novas tecnologias além de facilitarem esse acesso contribuem de maneira incisiva nas transformações nos processos de criação, produção, distribuição e consumo dos bens culturais, formadores do capital cultural. Neste sentido as novas tecnologias e as redes de informação possibilitam a disseminação desses bens e serviços culturais, ampliando o acesso principalmente de grupos socioeconômicos menos favorecidos possibilitando sua ascensão social e econômica, sem desconsiderar que ainda há grandes assimetrias nos intercâmbios regionais e entre os países desenvolvidos e os em via de desenvolvimento. (SIDERKUN, 2003).

3.2 Cultura como fator de desenvolvimento econômico

A cultura, presente nos temas das discussões atuais, não se restringe aos discursos acadêmicos frente à preocupação dos avanços do mundo globalizado e as conseqüências para as sociedades e para os países menos favorecidos. Desdobra-se também como resultado do esforço de organismos nacionais e internacionais que compreendem a importância da cultura para o desenvolvimento humano a partir de processos produtivos que a chamada indústria da criatividade pode oferecer. Com este entendimento Miguez (2007) refere-se à importância da cultura na dimensão econômica quando considera que

ainda que compareça de forma relevante em varias esferas da vida social contemporânea, é nas suas interfaces com o campo da economia que de forma mais acentuada a cultura tem vindo a demandar a atenção do mundo científico-acadêmico, de instituições governamentais, de agências multilaterais, de bancos de desenvolvimento e de organizações não-governamentais. (MIGUEZ, 2007, p. 7)

Conforme esses organismos apregoam, a cultura é catalisadora de desenvolvimento, considerando a dimensão econômica da natureza das atividades, bens e serviços culturais. Muitas são as relações que se estabelecem entre os campos da cultura e da economia tais como a amplitude do mercado global de bens e serviços “simbólico-culturais” - usando a expressão de Miguez, ou os números que o Banco Mundial apresenta quando informa que a participação da economia criativa é de aproximadamente 7% do PIB mundial com uma taxa de crescimento de aproximadamente 10% para os próximos anos (MIGUEZ, 2007), desta forma é no campo da economia que esses organismos e entidades têm dado maior atenção a cultura. Para tanto basta considerar

...o fato de alguns países em desenvolvimento terem conseguido estabelecer potentes mercados internos para seus produtos simbólico-culturais, a exemplo da Índia com sua indústria cinematográfica e do Brasil com sua produção televisiva, e operarem, como no caso da Jamaica e de Colômbia no campo musical, significativos nichos globais do mercado de bens e serviços simbólico-culturais. (Miguez, 2007, p.7)

A percepção dos conteúdos da cultura na economia, com base no enfoque dos estudos de Thrsoy, torna-se significativa com alguns economista que iniciaram estudos que indicavam a influência de alguns segmentos culturais no desenvolvimento do turismo e sobre outras atividades regional e nacional sendo, então, essencial para o desenvolvimento econômico . (SANCHO. GRACIA E PIETROI, 2006)

Throsby (2001) considera que as relações e os processos culturais existem dentro de um entorno econômico e o funcionamento do sistema econômico se encontra dentro de um contexto cultural. Com esse entendimento é possível determinar a noção de cultura como economia e interpretar a cultura como algo incluído no meio econômico. Para esclarecer esta condição lógica Throsby pondera a proposição de “que a produção e o consumo de cultura podem situar-se dentro de um processo industrial e que os bens e serviços produzidos e consumidos podem ser considerados como mercadorias nos mesmos termos que outras mercadorias produzidas no sistema econômico”. (THROSBY, 2001, p. 26). Os produtos culturais são fruto de atividades especializadas que processam na chamada indústria cultural.

Throsby (2001) reconhece o papel da cultura no processo de desenvolvimento econômico uma vez que o comportamento de um grupo social está diretamente relacionado ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem representar nessa sociedade. Com isso os padrões de preferência do grupo modelam seu comportamento econômico. Este autor diz que é possível sugerir três questões que podem afetar os resultados econômicos dos grupos: a questão da eficácia econômica através da promoção de valores compartilhados dentro do grupo que condicionam as formas de como esse grupo assume os processos de produção econômica; a equidade que se dá nas decisões de aporte de recursos do grupo voltadas para resultados equitativos para os seus membros; e, nos objetivos econômicos e sociais que o grupo decide perseguir. Portanto os efeitos da cultura sobre o comportamento individual ou do grupo se refletirá nos resultados coletivos ou das nações em termos sociais e econômicos. E cita como exemplo:

Em escala agregada, poderíamos observar a influencia da cultura nos resultados macroeconômicos medidos segundo indicadores de eficácia como a taxa de crescimento do PIB per capita, as taxas de mudança tecnológica, os níveis de emprego, os índices e direções de mudanças estruturais e segundo os indicadores de equidade tais como padrões de distribuição de renda, os programas de bem estar social (especialmente o cuidado com os idosos e dos enfermos), a oferta de serviços comunitários e a vontade de estabelecer programas de investimentos públicos de longo prazo. (THROSBY, 2001, p. 76)

A pesquisa Mundial de Valores, realizada em 2005, para mapear os valores humanos tem como importante contribuição, segundo Reis (2007), o fornecimento de informações para análise da influencia dos valores culturais sobre o nível de desenvolvimento econômico e o impacto do desenvolvimento econômico sobre os valores

culturais apresentando como uma das conclusões, o reconhecimento que a cultura não só influenciaria o desenvolvimento econômico como também seria por ele influenciada.

Com essa visão “a cultura influencia a decisão econômica, e por isso o seu peso no desenvolvimento socioeconômico” (VALIATTI E FLORISSI, 2007, p. 16), onde aspectos como a taxa de alfabetismo, o nível de nutrição, entre outros, fazem parte de um sistema cultural que são refletidos na atividade econômica total de uma sociedade.

3.3 A Economia da Cultura

A Cultura enquanto agente de transformações sociais calcados nos princípios do respeito à diversidade e sua importância na interação dos diferentes sistemas sociais e culturais cria a expectativa do seu papel de promotora do desenvolvimento humano no âmbito das sociedades contemporâneas. Compreender como a cultura está relacionada ao desenvolvimento humano e como esse processo se dá no domínio do desenvolvimento econômico e social na perspectiva da formação do capital cultural é um dos argumentos propostos pela Economia da Cultura.

Cultura e Economia são, numa primeira abordagem, vistas como dicotomias que a Economia da Cultura ajuda a esclarecer quando procura perceber e entender todo o processo da produção cultural desde a ação criativa subjetiva, os modos de viver dos diferentes grupos sociais e suas interações e criação de novos modos de vida, até a materialização dessas manifestações que é dada com o produto cultural expresso nas linguagens representadas nas diferentes formas de artes, línguas, bens e patrimônio cultural formado, que sob este olhar, torna-a inquietante e estimulante enquanto ciência.

O vínculo entre as indústrias culturais como o cinema, a edição de livros, a gravação de discos, as indústrias tradicionais de comunicação e tecnologia como os rádios, a televisão a imprensa escrita as apresentações das artes ao vivo ou a chamadas belas-artes, encontra-se no início da cadeia da produção dos bens culturais, “o trabalho do criador, elemento central da formação de valor” (BENHAMOU, 2007, p. 19), constituindo importantes elementos que congregam o campo da economia da cultura.

A Economia, numa perspectiva neoclássica, lida com a escassez de recursos finitos diante das infinitas necessidades dos seres humanos e como administrar com maior

eficiência do uso desses recursos materiais escassos para a produção de bens uma vez que o indivíduo tende maximizar seu grau de bem-estar. Com “essa escassez o indivíduo se depara com um problema de escolha, tendo que optar por uma entre diversas possibilidades de consumo. A cesta ótima de consumo de diversos bens, escolhida pelo consumidor, é aquela que provêm o maior bem-estar possível entre as opções as quais se depara”. (WALDEMAR, 2006, p.14)

Felipe S. Waldemar (2006) conceitua Economia da Cultura como a área da economia que procura analisar a melhor alocação de recursos disponíveis para a sociedade e para a cultura por intermédio das atividades que possuem valores comuns aos indivíduos e aos grupos.

A Economia da Cultura, então, é um ramo da Economia e “refere-se ao uso da lógica econômica e de sua metodologia no campo cultural” (REIS, 2007, p.6). E complementa dizendo que a Economia com foco na cultura

procura analisar as relações entre oferta, distribuição e demandas culturais, identifica as falhas de mercado que fazem com que nem todos tenham acesso à produção cultural, mapeia as restrições individuais que limitam o consumo, sinaliza caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável e sugere ações a serem tomadas para que distorções sejam corrigidas (REIS, 2007, p. 7)

A autora afirma que ao restituir à cultura seu valor econômico, a Economia da Cultura garante lugar nas mesas de negociações e debate com o intuito de alocar orçamentos públicos, promover o envolvimento do setor corporativo nas questões culturais como estratégia de negócios. E ainda, que a Economia da Cultura se utiliza de técnicas para comprovar a importância da cultura como propulsora do crescimento econômico e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico.

A Economia da Cultura enquanto área dos estudos da Ciência Econômica ganha “status” a partir de um estudo publicado em 1965, pelos economistas William Baumol e William Bowen a partir de uma consultoria prestada a Fundação Ford sobre a economia dos espetáculos ao vivo. Posteriormente os estudos de Gary Becker sobre o consumo de bens cuja apreciação aumenta com o passar do tempo e os de Alan Peacock e da escola da Public Choice, estabelecem o futuro da economia da cultura (BENHAMOU, 2007).

A Economia da Cultura, segundo Françoise Benhamou (2007) estende progressivamente seu território e métodos e com a publicação de um *survey* de David

Throsby em 1984, no *Journal of Economic Literature*, esse segmento da Economia ganha reconhecimento institucional. A autora identifica

três fatores que contribuíram para esse reconhecimento: o reconhecimento de uma propensão de gerar fluxos de rendas ou de empregos, a necessidade de avaliação das decisões culturais e, no pleno teórico, a evolução da economia política para campos novos (economia das atividades sem fins lucrativos, revisão do pressuposto da racionalidade, economia das organizações, economia da informação e da incerteza) A economia da cultura torna-se um terreno privilegiado da comprovação empírica de novos progressos: toma emprestado suas ferramentas de análise da 'nova microeconomia'.(BENHAMOU, 2007, p. 18)

A Economia da Cultura enquanto recurso investigativo é muito recente e se consolida, conforme descrito, no final do século XX. Faz parte de uma nova perspectiva da Economia que percebe nos sistemas culturais e nos processos de produção dos bens culturais, uma via de promoção do pleno desenvolvimento humano e das nações, coerente com as discussões, inquietudes e anseios das sociedades contemporâneas, inseridas num mundo globalizado e pós-moderno, próprio deste século XXI.

Em debate/palestra, Florissi expõe o entendimento sobre a economia da cultura e delineando o pensamento argumenta:

A cultura de uma sociedade tem enormes influencias sobre o pensamento econômico e ético vigente nela, impondo certos valores sobre quais atividades e comportamentos devem obter maior suporte e destaque, conseguindo então maior importância econômica e social. O revés é também verdadeiro, porque dependendo do estado da economia de um país, sua cultura poderá ter maior peso na vida do mesmo ou não, seja envolvendo as pessoas em atividades culturais ou somente florescendo sentimentos que fazem com que exista identificação entre os membros dessa comunidade. (FLORISSI, 2006, P.2)

3.4 Pressupostos teóricos da Economia da Cultura –

A economia da cultura, alerta Reis (2007), por ser um enfoque da economia numa perspectiva dos processos culturais que por sua vez é dado pela cultura como sistemas de formas significativas da ação social que dialogam com as diferentes expressões simbólicas repletas de sentidos, signos e sentimentos, algumas considerações precisam ser feitas referentes aos pressupostos teóricos básicos da economia, tais como:

- a)A Lei das utilidades marginais decrescentes segundo a qual a utilidade marginal proporcionada pelo consumo de um bem diminui a medida em que se consomem novas unidades desse mesmo bem. Quando se reporta ao bem cultural ao contrario do que

informa a Lei, quanto mais produtos e serviços culturais uma pessoa consumir, mais gosto ela passa a ter por esse bem como é o caso da apreciação musical. Benhamou(2007) menciona aos bens culturais coletivos como a visita a um museu realizada por um grupo de pessoas o que contraria também o princípio da utilidade marginal decrescente uma vez que a vontade de consumir aumenta proporcionalmente ao consumo;

b)Tangibilidade onde os instrumentos econômicos estão aptos para mensurar produtos e alguns serviços tangíveis e com o produto cultural a economia se depara com elementos intangíveis como o valor da criação obra de arte e o sentimento que ela pode proporcionar ao indivíduo ou o valor da tecnologia cultural ou o valor histórico de um edifício, criam a condição de Intangibilidade;

c)A substituição de bens e serviços entre si, próprio das escolhas dos consumidores que trocam os produtos de igual utilidade, a mesma necessidade de consumir um bem pode ser satisfeita pelo consumo de outro bem. Em se tratando dos produtos e serviços culturais eles são, na maioria das vezes, intercambiáveis, pois em muitos casos, são únicos como uma pintura de um determinado artista, peça de teatro interpretada por um grupo teatral específico.

Ademais a essas aparentes contradições entre os pressupostos teóricos da economia e como a lógica dos bens culturais se apresenta nessas abordagens, a noção de valor também assume condições particulares para o seu entendimento e aplicação. A noção de valor “é a origem e a motivação de todo comportamento econômico” (THROSBY, 2001, p. 33) Reis (2007) esclarece que o preço de um bem cultural é fixado pelo mercado e necessita de um comprador e um vendedor. Já o valor atribuído a esse bem é altamente subjetivo e normalmente independe de outros agentes.

Tomando como referência um dos trabalhos de Reis (2007), para compreender esses conceitos entrelaçados, alguns pontos, com base na noção teórica da Economia clássica, são sugeridos para serem discutidos à luz da Economia da cultura:

1) Os diferentes tipos de valor – Os produtos e serviços culturais apresentam dois tipos de valor: o valor econômico e o valor cultural:

a)Valor econômico é dado por conjunto de variáveis de representatividade econômica, que geram o impacto na economia de uma localidade e derivam da oferta e da procura

produzindo satisfação em seu consumo. Para Reis (2007) o valor econômico não se confunde com o valor financeiro de um bem e cita como exemplo o valor econômico de um museu que é representado pelo seu faturamento acrescido de suas despesas como o pagamento dos salários, investimentos em equipamentos, custos com a realização de cursos. Throsby (2001) diz que o valor econômico está relacionado a utilidade, o preço e a importância que os indivíduos ou os mercados atribuem a uma mercadoria;

b) Valor cultural é formado por um conjunto de outros valores como o valor estético que deriva de um conjunto de percepções e julgamentos da sociedade; o valor social em que a sociedade atribui valor a um determinado bem que é reflexo de suas crenças e modos de pensar, aquele em representa a identidade cultural; valor de existência quando um bem tem importância para a sociedade apenas pelo fato o bem existir como uma referência cultural; valor espiritual que está presente nos lugares sagrados ou religiosos; valor político quando está inserido no bem cultural, ideologias ou posturas de caráter político; e o bem de valor histórico que é dado pelo passar do tempo e que está ligado a uma época ou período passado representando a memória de pessoas ou grupo social. Para Throsby (2001), no caso da cultura o valor reside na propriedade de certos fenômenos culturais expressáveis como indicação do mérito ou importância de uma obra, objeto, uma experiência ou qualquer outro elemento cultural.

Desta forma então, valor cultural e valor econômico estão embutidos nos bens culturais, entendido aqui como os bens que envolvem algum tipo de valor cultural e que podem gerar também, valor econômico. (FLORISSI, 2006). Para o consumo de um determinado produto cultural é necessário que haja um processo criativo/produtivo, e com isso é possível gerar faturamento ou orçamento sobre essa criação. A “qualidade cultural de um bem determina seu valor econômico e, por conseguinte, a disposição a pagar do indivíduo por esse bem”. (Valiatti e Florissi, 2007, p. 25).

- 2) Noção de valor e preço dos bens culturais privados – Os bens culturais se valoram em dois mercados paralelos, o cultural e o econômico. Dimensionar o valor de um bem cultural é necessário conhecer todas as dimensões desse bem como a sua história, seu produtor, o contexto de sua produção enfim. Essas informações contribuem não só para a definição do valor do bem, mas, sobretudo para que lhe seja atribuída à devida importância cultural. “Assim como as condições culturais navegam em dois mercados paralelos (o cultural e o econômico), o conhecimento de seu valor deve correr igualmente em duas dimensões (o mercado físico e o mercado das idéias)” (REIS, 2007, p. 24).
- 3) Noção de valor, propensão a pagar e políticas públicas dos bens culturais públicos- Em se tratando de bens culturais públicos a medição do valor como marco regulatório, não é o mercado, mas sim o interesse da sociedade. Os agentes públicos, tomadores de decisão, têm como desafio o poder de determinar onde será realizado o investimento no segmento cultural e devem considerar “os valores econômico e cultural dos bens e serviços culturais públicos e o interesse em mantê-los ou fomentá-los para a sociedade atual e as futuras gerações”. (REIS, 2007, p. 25).

Quando se trata de produtos culturais resultantes da produção privada é mais fácil compreender a relação entre valores e preço, numa visão de mercado. O bem cultural público pode ser entendido como um bem coletivo a media em que mais de uma pessoa consome a mesma quantidade do mesmo bem, como por exemplo, assistir a uma exposição de um museu ou ouvir uma musica em um evento. A relação que se dele levam em conta é a do custo do investimento em cultura e o benefício social por ele gerado.

O poder público intervém na cultura quando disponibiliza o acesso aos bens culturais seja fomentando investimentos na produção cultural ou criando ou mantendo espaços para a dinamização da cultura.

Segundo Valiati & Florissi, “a abordagem econômica na análise do sistema cultural como um todo pode ser de grande valia na atual discussão de sobre como gerar incentivos para o investimento na cultura” (2007, p.89). Para Reis (2007), as razões para o setor público investir em um bem cultural estão vinculadas a valores subjetivos como a valorização da diversidade, a construção de identidades, a preservação da memória, a criação de laços sociais, entre outras.

Inserir a cultura enquanto elemento econômico e como as políticas públicas para a cultura fomentam a dinamização ou a produção cultural, com intervenção pública, admite falha de mercado.

- 4) Externalidades - Investimentos na Cultura pelo Setor Público geram externalidades cujo conceito é difundido na Ciência Econômica para a análise de como as falhas de mercado provocam seu desequilíbrio e como as políticas governamentais podem melhorar o desempenho desse mercado a partir dos impactos gerados no bem-estar das pessoas que não tomaram parte nas ações que os provocaram. Em linhas gerais, as externalidades ocorrem quando uma ação não proposital provoca um efeito sobre outras pessoas ou outro agente econômico e não apropriado por quem o causa. (REIS, 2007). Por serem as externalidades consideradas falha de mercado, uma vez que não são intencionais ou não foram contabilizadas no projeto inicial, justifica a atuação do Estado na economia. Esses impactos podem gerar externalidades (efeitos) positivas e negativas.

A existência de um bem ou serviço cultural gera externalidades positivas públicas quando, ao promover o acesso aos bens e produtos culturais a significativa parcela da população, possibilita maior conhecimento e informação melhorando o nível instrucional dessa população. Gera ainda externalidades positivas privadas quando consegue, por exemplo, promover o turismo e toda a cadeia nele embutida como os serviços de hotelaria, alimentação, oferta de espaços e eventos culturais, entre outros além de seu efeito multiplicador. Segundo Reis, “o fato dos investimentos em cultura contribuírem para estimular o pensamento criativo é uma externalidade positiva apenas parcialmente considerada pelo mercado, cabendo ao Estado levá-la em conta nas políticas culturais (2007, p.29)”. “Quando há uma externalidade positiva, o valor social do bem excede seu valor privado (curva da demanda)”. (MANKIWI, 2005, p. 208). Françoise Benahmou diz que “o mercado, por ignorar esses efeitos externos positivos, tende naturalmente a manter a produção abaixo do nível ótimo. O papel do Estado é, então, contribuir para o funcionamento da produção, se o agente que se beneficia com essas conseqüências não o fizer” (BENHAMOU, 2007, p. 149).

Mas é possível também que impactos negativos surjam, originando as externalidades negativas como a deterioração por falta de manutenção e por mau uso dos equipamentos culturais ou bens públicos, a poluição deixada por turistas e ainda a pirataria

e a falsificação das obras artísticas e culturais. “Na presença de uma externalidade negativa, como a poluição, o custo social do bem excede seu custo privado (deslocamento na curva da oferta) (MANKIWI, 2005, p. 206), ou seja, a curva de demanda esta abaixo da curva de custo social.

Para solucionar essas falhas de mercado o governo pode interferir na economia na tentativa de solucionar as externalidades tributando bens que trazem externalidades negativas e incentivando ou subsidiando os bens que trazem externalidades positivas.

- 5) Demanda – Uma das forças da economia dos mercados determina a quantidade de bens que os compradores (demandantes) desejam adquirir em um determinado momento. Um fator importante a ser considerado uma vez que é no movimento da interação entre compradores e vendedores de bens e serviços que surgem os mercados, o preço, ou o valor do bem passa a ser determinante nesse movimento além de outros fatores como a preferência e o poder de compra ou de aquisição do consumidor, a quantidade do bem, expectativa da renda e preço, preço de outros bens substitutos ou complementares.

Em se tratando de cultura, seu produto, manifestado através das produções das variadas linguagens, pode ser visto como bens que na perspectiva de Waldemar (2006), necessitam de acúmulo de gosto, conhecimento para apreciação e com isso a criação de “hábitos de demanda”. Throsby (2001) informa que independente dos fundamentos teóricos os gostos por bens e serviços culturais e artísticos são acumulativos, pois, são competências que se adquirem por meio da educação e de experiências alcançadas ao longo do tempo e, desta forma, atuam como forças especiais da demanda. O investimento em cultura, em sentido amplo, depende do aumento do capital humano que passará a consumir maior quantidade dos bens culturais promovendo um aumento, efeito multiplicador, da demanda pelo produto cultural.

Reis (2007) identifica três tipos de agentes econômicos que desempenham diferentes papéis no consumo ou no fomento da cultura: a demanda pública quando o Estado age diretamente na compra de bens como acervos para museus e bibliotecas organiza eventos como festivais e ainda de modo indireto quanto fomenta o desenvolvimento de projetos como a turismo cultural, promovendo o estímulo de consumo do produto cultural; a demanda privada individual que esta relacionada ao acesso aos produtos, serviços e equipamentos culturais oferecidos pelos produtores culturais ou por iniciativas públicas; e, a demanda privada por pessoa jurídica quando fundações ou

organizações sem fins lucrativos viabilizam o consumo cultural da população, quando implementam programas, promove filantropia ou realiza investimento social empresarial.

- 6) Oferta – Outra força da economia de mercados, o início do processo no qual o produto ou serviço será intermediado, a oferta determina a quantidade de um bem ou um serviço que ofertantes, os “vendedores”, estão dispostos e que podem ofertar ou “vender”. De forma semelhante ao movimento da demanda, a oferta também recebe influencia do preço ou valor dos bens e serviços estabelecidos entre o produtor e o consumidor que assim dinamizam e se complementam num modelo de mercado estabelecido. Influem ainda a tecnologia, o suprimento de insumos para a produção e fatores climáticos.

A oferta de cultura e artes compreende, segundo Throsby (2001), a uma ampla variedade de unidades de produção que abrangem desde as empresas até os produtores individuais e autônomos e que as características da oferta podem ser analisadas nos mesmos termos dos aplicáveis a qualquer indústria de base comercial da economia.

Segundo Sanches, Gracia e Pietro (2006) as atividades artísticas tem curvas de custos decrescentes, que dizer, operam nas chamadas economias de escala internas na empresa. Desta forma as atividades artísticas se beneficiam se existirem numa mesma localidade, produtores de fatores e produtos intermediários necessários para as suas obras, como o material do artista plástico, o estúdio de gravação discográfica, insumos diversos.

- 7) Indústrias Criativas - O conceito de criatividade entrou nos enfoques econômicos somente por sua capacidade de gerar inovação por ser precursora de mudanças tecnológicas. Porém qualquer relação entre economia e cultura estaria incompleta se não for levada em consideração as origens da produção cultural que dada pelos processos criativos. (THROSBY, 2001). Desta forma a ação criativa nas artes e na cultura enquanto trabalho de artistas criativos como pintores, escritores, poetas, atores, compositores, geram valor econômico e cultural em seus produtos. Cris Smith (1998, p. 11 apud Reis, 2007, p. 283) define a indústria criativa como sendo aquela que tem origem na criatividade, habilidade e talento individual e que tem potencial para a geração de emprego e renda a partir a geração e exploração da Propriedade Intelectual, incluindo a propaganda, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, moda, filme e vídeo, softwares, artes performáticas, jogos de computador, edição, rádio e televisão.

8) Indústrias Culturais – Throsby (2001) diz que os bens e serviços culturais supõem criatividade em sua produção, incorporam certo grau de propriedade intelectual e transmitem um significado simbólico, a base das indústrias culturais. As indústrias culturais são formadas, então, pelo conjunto de atividades produtivas relacionadas diretamente com a criação, fabricação, comercialização de bens e serviços no campo da cultura. A noção de indústrias culturais (imprensa, livro, revistas, cinema, discos, rádio, televisão, publicidade e congêneres) foi introduzida nos discursos de políticas culturais nos finais da década de 70, apresentada pela UNESCO quando discutia o direito à comunicação (MATTELART, 2006). Trata-se de produtos de bens simbólicos como se refere Getino (2003, apud, Reis, 2007) como sendo as obras literárias, musicais, televisivas, cinematográficas que são processadas industrialmente e se destinam a grandes públicos na forma de livros, filmes, espetáculos, música, programas de televisão. Com a capacidade de gerar emprego e renda do setor cultural, muitas empresas são formadas e passam a ofertar, cada vez mais, um número maior de bens, criando as indústrias culturais. Segundo Waldemar (2006) a indústria cultural, em tempos de globalização acarretou em uma redução da diversidade da produção cultural, mas, promoveu um aumento do consumo facilitado pela internet que aproxima pessoas e propicia encontrar mercados consumidores.

As indústrias culturais, segundo Sancho, Garcia e Pietro(2006), têm funções de produção diferente uma vez que constituem o setor cultural da economia que se diferencia dos demais porque seus componentes possuem como características comuns: incorporam a criatividade; têm como fim gerar e comunicar significados simbólicos; sua produção está protegida pela legislação da propriedade intelectual. Paulo Tolila (2007) aborda que a indústria cultural, via de regra, se desenvolve em cinco fases: a criação na qual um autor elabora um projeto e busca procedimentos de viabilizar a sua execução; a edição e produção, fase chave que consiste em assegurar a transformação do projeto em bem cultural a ser ofertado em um mercado consumidor; a fabricação que corresponde à materialização de uma idéia criadora em um produto físico e que obedece ainda a duplicação industrial e a reprodução; a distribuição ou a difusão em que o produto cultural é colocado à disposição das redes de comercialização; e, a comercialização pública nos pontos de vendas de redes de varejo.

- 9) Efeito Multiplicador – Em economia o efeito multiplicador explica os deslocamentos adicionais na demanda agregada (soma das despesas com consumo, de investimento, do governo e adicionada ao resultado da Balança Comercial - quantidade de bens e serviços desejados por todos os consumidores que desejam e estão dispostos a adquirir num determinado período de tempo e por certo preço) que ocorrem quando uma política fiscal expansionista aumenta a renda e, portanto, as despesas de consumo. O efeito multiplicador refere-se a cada unidade monetária gasta em compras pelo governo aumenta a demanda agregada por bens e serviços por mais uma unidade monetária.

A partir desses aspectos aqui apresentados o universo da Economia da Cultura se abre para novos entendimentos sobre os processos de desenvolvimento econômico e de como essa dinâmica pode promover o bem estar das pessoas e da sociedade e fazer parte de modo expressivo dos processos produtivos e que gerem impacto positivo nos índices de desenvolvimento social e econômico de uma localidade. Se a economia de um país ou região estiver aquecida a produção cultural tenderá a aumentar, pois haverá maior procura por esse bem ou as pessoas estarão mais dispostas a consumir determinado bem cultural.

Entendendo a Economia da Cultura como um setor estratégico para a modernização e o desenvolvimento do Brasil, Paula Porta (2008), Coordenadora do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura do Ministério da Cultura aponta como principais características: a geração de produtos de alto valor agregado; alta empregabilidade e grande diversidade de empregos com remuneração acima das médias dos salários de outros setores; o baixo impacto ambiental; reflexo positivo em outros segmentos da economia como na indústria e comércio de eletro-eletrônicos; os bens e serviços culturais são compostos de informação, universos simbólicos, modos de vida e identidades o que acarreta um consumo com efeito de entretenimento, informação, educação e comportamento, produzindo externalidades sociais e políticas que promovem impacto positivo na imagem do país e na sua inserção internacional com a exportação desses bens e serviços; proporcionar forte vínculo do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social através de seu potencial inclusivo pela produção e fruição da cultura, proporcionando desenvolvimento humano; promoção e inserção soberana e qualificada do país no processo de globalização a partir da produção de bens e serviços culturais.

A Economia da Cultura passa a ser percebida como um importante segmento para o desenvolvimento econômico no país cuja vocação se fundamenta pela alta capacidade criativa e o pela peculiar característica de diversidade cultural da formação da sociedade. São diferenciais competitivos apontados por Porta (2008): a facilidade de absorção de novas tecnologias; a criatividade e vocação para inovação; a disponibilidade de profissionais de alto nível em todos os segmentos da produção cultural; a qualidade e boa aceitação dos produtos culturais brasileiros em diferentes mercados; a produção musical e os conteúdos de televisão são expressivos tanto no mercado interno como produtos de interesse com grande demanda para exportação.

4 MENSURANDO O IMPACTO ECONOMICO DO SETOR CULTURAL

A partir da publicação *Nossa Diversidade Criadora* elaborada pela Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento e o Informe Mundial sobre cultura editado pela UNESCO tem-se atribuído, cada vez mais, importância para a cultura como fator de desenvolvimento. A cultura passa a ser entendida como um fator e indicador de desenvolvimento social e econômico, presentes nos debates e nas discussões de organizações internacionais que compõem o sistema das Nações Unidas como a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento – UNCTAD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a própria UNESCO com a elaboração de documentos, realização de programas, reunido estatísticas e organizado eventos enfocando esse tema.

Em se tratando de cultura enquanto meio de se alcançar o desenvolvimento, mais que reunir dados estatísticos para fins de informação ou indicadores que se reportam as conquistas materiais da criação cultural como os produtos das artes é preciso perceber o quanto que as informações fornecidas podem proporcionar para a consolidação de políticas de promoção dos grupos sociais. Sakiko Parr (2004), com base nas discussões e conteúdos do informe *Nossa Diversidade Criadora* da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento, sugere que sejam criados indicadores culturais por entender que estes são ferramentas de diálogo político considerando que as dimensões da cultura devem ser identificadas em relação aos dois aspectos básicos do desenvolvimento: os resultados fundamentados na ética universal, a vitalidade cultural e a diversidade cultural; e, aos processos que são voltados para a participação na atividade criadora, o acesso à cultura e o respeito pela identidade cultural.

A necessidade de propor a elaboração de indicadores culturais, para Parr (2004), está centrada na preocupação de a cultura ainda não faz parte das políticas de desenvolvimento. Tais indicadores além de propiciar material para pesquisa e análise, podem contribuir para fornecerem informação monitorada e de avaliação para a tomada de decisões de caráter político de igual forma como acontece com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e não focar tão somente os resultados dos dados em relação ao Produto Interno Bruto – PIB dos países como acontece atualmente. “Em futuros trabalhos sobre indicadores, será preciso desviar a atenção das expressões materiais da criação e centrá-la nos programas sociais, nos padrões de conduta e nos valores. (PARR, 2004, p. 289)

Como orientação para a criação de indicadores culturais Parr (2004) refere-se a seis áreas identificadas que podem contribuir para a operacionalização e mensuração do conceito de cultura e desenvolvimento, são elas:

- a) 3 identificadas no Seminário da UNESCO/UNRISD: Ética Universal, com base nos Direitos Humanos; Vitalidade Cultural, como alfabetização, conservação do patrimônio cultural, acesso e participação em atividades culturais, conteúdos dos meios de comunicação e artesanato; Diversidade Cultural, com o acesso, participação e igualdade, com especial atenção para as minorias;
- b) 3 identificadas por Asizpe (2000, apud Parr, 2004) da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento: Participação em atividades criadoras, que McKinley(1997, apud Asizpe, 2000) propõe principalmente um índice de capacitação cultural que envolva a criação material individual, dos grupos, a criação das idéias e ciências; Acesso à Cultura; Capacidade de convivência, em respeito a diversidade e pelas culturas cuja medida pode ser os esforços necessários para proteger idiomas, os costumes, os valores.

É um importante desafio lançado e certamente contribuirá para o conhecimento e a promoção de melhores condições de vida das sociedades deste Século XXI que incorporam novas formas de tecnologias dos meios de comunicação e informação introduzindo novos hábitos e novas necessidades. E neste processo a economia da cultura atua como importante ferramenta para tomada de decisões abrangendo setores intersectados como o econômico (relativo aos financiamentos, empregos, valores patrimoniais), o de impacto em outros setores (turismo, imobiliário, social) entre outros a partir das informações que podem ser geradas contribuindo de forma decisiva para a tomada de decisões políticas frente às questões das atuais sociedades complexas (PARR,2004).

Os dados disponibilizados por inúmeros países realizados por diferentes instituições e que abarcam informações gerais ou algum segmento cultural demonstram um esforço efetivo em conhecer os elementos que compõem o fazer cultural em suas mais diversas formas e linguagens e são fundamentais para entender o impacto econômico que os investimentos promovem no setor cultural tanto no âmbito da gestão pública como privada e conhecer a dimensão do sentido econômico das questões inerentes às atividades culturais. Esses dados não são excludentes, mas, importantes fontes de informação que demonstram o estado da arte dos investimentos públicos e privados na cultura e como vem se dando o

acesso e uso aos meios culturais como os espaços, a produção literária, musical, visual, de comunicação. Precisam ser considerados como integrantes de um conjunto de informações que deverão estar contidos nos índices dos indicadores culturais sugeridos.

Uma grande dificuldade apresentada pelos diferentes estudos de impacto da cultura na economia nos diversos países refere-se à deficiência de estruturas metodológicas e conceitual de um sistema de informações para o setor cultural do ponto de vista econômico, tornando os dados incomparáveis. Neste aspecto Reis (2007) informa que os conceitos adotados variam entre os países tendo em vista o significado e os valores simbólicos e econômicos da produção cultural que cada país assume. Em relação às metodologias adotadas para coleta de dados, os indicadores, as variáveis, a periodicidade do levantamento das informações e a própria estrutura da apresentação das estatísticas são diferentes. Estudos comparativos, frente a toda essa divergência permitem analisar o comportamento dos dados dentro de cada país com o intuito de observar o alcance das políticas públicas para o desenvolvimento cultural e com isso, identificar que medidas trazem maiores e melhores resultados. Françoise Benhamou chama a atenção de que os dados para

as comparações internacionais são limitadas pela falta de coincidência entre os anos em que foram realizadas as pesquisas, entre as categorias sociodemográficas adotadas e entre as definições das práticas designadas. (...) A definição das atividades culturais varia segundo os usos nacionais e de acordo com a idéia que delas fazem os responsáveis pelas pesquisas; assim, as estatísticas alemãs incluem as práticas musicais com um requinte de detalhe (gênero de música, tipos de instrumentos), coisa totalmente ignorada na França, onde o refinamento dos dados recai muito mais sobre os gêneros literários. Alguns países registram apenas estatísticas de frequência (por exemplo, o número de visitas ao museu), cujo aumento pode ser uma consequência tanto da ampliação do público quanto do número de visitas por parte do mesmo público. (BENHAMOU, 2007, p. 23)

Assim, é importante fazer distinção entre dados e estatísticas. Os dados são derivados da realidade, reflexo direto do que acontece com a sociedade ao passo que as estatísticas são cifras derivadas da aplicação de fórmulas matemáticas sobre os dados que procuram interpretar e aprofundar o significado desses dados. (VICO E RIVERA, 2008)

Numa perspectiva de resposta econômica, os dados apresentados nas estatísticas, os atuais parâmetros disponibilizados, já são muito importantes para os que investimentos realizados no setor cultural possam ter maiores retornos financeiros, tendo em vista a clássica escassez de recursos para os necessários investimentos na produção diante de um consumo, que visa maximizar o bem estar, cada vez mais exigente dos bens e serviços

culturais. Essas informações orientam os executores de políticas públicas a escolher as prioridades para melhor destinar os recursos e possibilitam análises das atividades culturais em termos de geração de valor agregado do produto cultural, ao emprego e a renda.

Os dados apresentados nas informações estatísticas, conforme esclarece Tolila (2004), contribuem para conhecer as relações da cultura com a experiência humana em sua realidade cotidiana no que se refere a informações sobre a identificação da produção e difusão da cultura, o número de empregos gerados nos diferentes setores culturais e como essa participação contribui para a riqueza do país, qual é a relação de homens e mulheres com os produtos culturais comerciais e não comerciais, que obstáculos – financeiros, geográficos, sociais ou educacionais – dificultam o acesso a vida cultural mais desenvolvida. E Paul Tolila conclui:

Cultura e estatísticas, entendidas em sentido estrito, podem transformar-se em barreiras intransponíveis entre as nações e os seres humanos. Mas podem constituir também oportunidades extraordinárias para o diálogo se nos preocuparmos em elaborá-las de forma adequada e compreender bem a cultura e o que está em jogo nela. (TOLILA, 2004, p. 283).

A noção de impacto das atividades culturais sobre o desenvolvimento econômico requer para Paul Tolila (2007) muita prudência e deve estabelecer pertinência entre a escolha dos impactos diretos para uma aproximação dos impactos indiretos ou indutivos e indica algumas alternativas para uma reflexão como: destacar o papel de certos setores econômicos que servem de vetores privilegiados para o estabelecimento de relações entre as atividades culturais e o conjunto da economia com o turismo, da restauração do patrimônio; conhecer qual o papel dos grandes equipamentos estruturadores de atividades culturais a cerca da importância econômica e territorial da instalação de pólos de atração como os festivais e aliança de equipamentos, formando ‘distritos culturais’; reinserir a cultura no centro do desenvolvimento econômico nos setores em crescimento ou como criadores de empregos como os setores da informação e do conhecimento, da inovação e, de maneira ampla da produção cultural, formando capital humano apto a competição em níveis locais, nacionais e internacionais.

Desta forma escolhas poderão ser feitas para determinar prioridades, com base em debates democráticos gerais sobre a cultura, “que formulem questões essenciais para a aprovação e a implementação do esforço público no setor cultural: essa questão, central na luta democrática pelos recursos públicos, fundamental para o desenvolvimento contínuo de políticas culturais, é a da eficácia do gasto com a cultura.” (TOLILA, 2007, p. 75)

Ana Carla Reis (2007) lembra que as avaliações de impacto econômico restituem à cultura seu lugar privilegiado também na geração de riqueza, empregos, arrecadação tributária, saldo de exportações “além de ressaltar as externalidades positivas criadas e a magnitude de seu (efeito) multiplicador na economia”(REIS, 2007, p. 28). Desta forma a cultura torna-se um trunfo para a consecução dos objetivos econômicos e os dados e números adquiridos a partir das investigações devem ser analisados e utilizados a favor da cultura.

As informações provenientes dos dados referentes à cultura contribuem para o seu desenvolvimento quando ao indicarem a produção cultural apontam para a necessidade de planejamento e avaliação as iniciativas e para a criação de espaços para as apresentações dessas manifestações; quando ao conhecer os gostos musicais da população possibilitam a organização de eventos e concertos musicais; quando há procura pelo público é possível orientar a decisão de abrir uma galeria de artes em uma área comercial ou que temas são de interesse para serem tratados nos museus e que programas devem ser promovidos por essas instituições. Os dados permitem ainda orientar para o desenvolvimento profissional nas diferentes áreas de atuação da cultura tanto para o indivíduo que busca alternativas para ingressar no mercado de trabalho quanto para os gestores da administração das entidades culturais e principalmente para o desenvolvimento da política pública cultural, cujos números devem ser um sinalizador que se tem e um norteador do que se pode fazer para o crescimento do setor e para o desenvolvimento social e humano da população.

4.1 Dados do impacto do setor cultural na economia no mundo

Diferentes formas de investimento cultural vinculam-se ao perfil político e econômico que os países adotam e refletem os mecanismos utilizados para o investimento na cultura. Nos Estados Unidos da América o financiamento privado que acontece através do mecenato⁴ e da filantropia, é hábito secular sendo comum a doação de grandes volumes

⁴ Modalidade de doação de grandes fortunas para apoio a produção das artes, aquisição de importantes acervos de artes e históricos e incentivo a cultura é uma prática muito comum na sociedade Norte Americana como o conhecido Smithsonian com um importante empreendimento compreendido por museus, centros de pesquisas e bibliotecas. O Mecenato, segundo Frederico Barbosa da Silva (2007) é um apoio econômico, por parte de pessoas ou instituições, particulares ou públicas, ao produtor cultural, ou à produção de obra ou atividade cultural. Pode ser total ou parcial, pode custear as necessidades vitais do artista ou produtor, mas pode ter como objeto a produção de obra, sistema de obras ou eventos.

financeiros para fundações, entidades e produtores culturais ou para as mais variadas áreas de interesse coletivo. Na Europa, de maneira geral os financiamentos para as atividades artísticas e culturais acontecem mediante as políticas públicas com uma parcela pequena proveniente do mecenato organizado como uma espécie de clubes de mecenato, ligados a estabelecimentos culturais específicos ou a grupos patronais. (VALIATI e FLORISSI, 2007). Na América Latina poucos investimentos são destinados para a cultura, tanto os oriundos dos recursos públicos ou privados ainda são escassos, sendo esta uma queixa dos produtores culturais e estudiosos das áreas sociais e da economia.

Alguns países como a França primeiramente, os Estados Unidos e outros países membros da UNESCO mais recentemente incluem a cultura nos planos estratégicos como um importante segmento de desenvolvimento social e econômico e são citados como exemplos em inúmeros documentos com referência a sistematização e organização de seus dados.

Tomando com referência os trabalhos de Benhamou (2007), Tolila (2007), Reis (2007), do Informe Mundial sobre a Cultura 2000 da UNESCO (2004), dos dados do Ministério da Cultura do Brasil, entre outros, algumas considerações serão traçadas sobre os impactos da cultura gerados na economia, a partir de dados internacionais e nacionais disponibilizados.

Segundo Sancho, Gracia y Pietro (2006) a cultura ampliou consideravelmente seu conteúdo participativo e nos países desenvolvidos vêm alcançando a média de 5 % do PIB. A França iniciou a organização e coleta de dados relativos à cultura desde a década de sessenta. Segundo Reis (2007) em 2001 os dados coletados naquele país indicavam que o setor cultural movimentava 47,2 bilhões de euros distribuídos entre despesas públicas na ordem de 12,9 bilhões de euros.

Porta (2008) informa que o Banco Mundial estima que a Economia da Cultura fosse responsável, em 2003, por 7% do PIB mundial e especificamente nos Estados Unidos a cultura responde por 7,7% do PIB e a 4% da força de trabalho sendo os produtos culturais o principal item de exportação da economia do país em 2001. Em 2004 a cultura representava 8,2% do PIB da Inglaterra, com taxa de crescimento a um ritmo de 8% ao ano desde 1997, e 6,4% da força de trabalho.

Segundo Tolila (2007) os franceses dedicam mais de 4% de seu orçamento à cultura e no consumo cultural destaca os elementos: a progressão dos gastos com a cultura cresce regularmente a taxas que variam de 3,4% a 4%; os bens culturais consumíveis

(discos, livros, vídeos) chegam a 40% dos gastos com a cultura; se somados os equipamentos que servem de suporte ao produto cultural (DVD player, televisores) o consumo cultural dos franceses chega a 50%; a tecnologia como micro informática e internet contribuiu de forma decisiva para a evolução do consumo cultural promovendo um aumento de 60% no volume de aquisição de bens de eletro eletrônicos e informáticos.

Em referencia às indústrias culturais os Estados Unidos supera qualquer dado em relação a outros países. Tolila (2007) apresenta como exemplo a disseminação do cinema norte-americano que por abastecer 92,5% do seu mercado interno conseguiram avançar em todos os mercados externos. Já a Itália satisfaz a necessidade de cinema co 17,5% do seu mercado interno, a Espanha 10% e a França 28,2%. Isso significa que uma vez o mercado interno norte-americano ficar saturado abre o precedente de penetrar nesses outros mercados que apresentam uma grande margem a ser preenchida. Ainda segundo Tolila(2007) estudos da UNESCO informam que 85% dos filmes que circulam nas salas dos cinemas de todo o mundo são produzidos em Hollywood. Outro exemplo de Paul Tolila fornecido por uma observação feita pela Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI) em 70 países, refere-se ao crescimento de cerca de 40% no setor registrando 27 bilhões de dólares em 1990 e 38,7 bilhões de dólares oito anos mais tarde. Esse crescimento exponencial em termos internacionais é observado também no campo do desenvolvimento da informática, dos jogos multimídia, dos DVDs que Tolila comenta:

A importância macroeconômica desses fluxos já é uma realidade tangível, massiva e mensurável nas contas nacionais. Ela explica, em grande parte o nível dos desafios relacionados às negociações internacionais. Um exemplo: a partir de 1996, as vendas internacionais de produtos culturais (filmes, livros, músicas, programas de televisão e *software*) representaram o primeiro setor de exportação dos Estados Unidos, com um volume superior a 60 bilhões de dólares, claramente acima dos setores tradicionais de agricultura, automotivo, aeroespacial ou de defesa. (TOLILA, 2007, p. 35)

As estatísticas do Ministério do Comércio americano o montante de consumo de lazer, entendido como o cultural e de entretenimento, atingiu 9,43% do orçamento doméstico total nos Estados Unidos na década de 90. “Os consumidores americanos dedicam mais dinheiro aos espetáculos e ao lazer que os seus gastos em matéria de veículo, saúde, eletrodomésticos, sapatos, habitação e energia” (RIFKIN,2000 apud TOLILA 2007, p. 52)

A Grã-Bretanha, segundo Paul Tolila (2007), com fluxos econômicos semelhantes aos dos Estados Unidos, registra que em 2000 as exportações desse setor atingiram o patamar de 14 bilhões de dólares.

O consumo cultural doméstico em bens e serviços culturais na França, em 2002, era de 38,150 bilhões de euros, que se refere a 4,6% do consumo total doméstico do país, sendo que a receita de todas as atividades culturais chegou a 62,503 bilhões de euros, ou 4% do PIB da França. (TOLILA, 2007).

Com base nesses dados Tolila(2007) considera que essa é uma tendência geral na Europa (porque não dizer tendência em todo o mundo na atualidade), e estabelece as seguintes hipóteses para o crescimento do consumo cultural pela população:

- 1) É preciso admitir, como um eixo de reflexão, que o acesso à cultura em nossas sociedades modernas passou a ser feito maciçamente por intermédio dos produtos culturais e não mais exclusivamente pelo contato direto com a criação artística em determinado lugar. É preciso aceitar a possibilidade de que o 'mercado' também passou a ser um ator importante na evolução das possibilidades de democratização da cultura. Essa hipótese, se refletirmos bem sobre ela, traz conseqüências para a ação cultural dos processos mais concretos e cotidianos.
- 2) Pode-se imaginar que os fenômenos geracionais só farão aumentar esses novos modos de relação com a cultura. Já se observa nos jovens e em seus comportamentos ('cultura de quarto' fundada em produtos culturais e uso da internet, distanciamento em relação às concepções de 'cultura intelectual' veiculadas pelos pais, adaptação precoce ao universo das tecnologias digitais...) os primeiros elementos dessa profunda transformação.
- 3) Parece razoável pensar, que em lugar de se entregar a um deleite moroso fundado sobre a condenação moral e moralista do mercado e de sua 'mão invisível' (e em todo caso americana), o sentido da ação futura nos embates pela cultura passa pela intervenção ativa e pela modificação das tendências atuais, não por uma recusa abstrata e ineficaz das evoluções e das realidades de um mercado que deve ser compreendido antes de ser condenado.(TOLILA, 2007, p. 58-59)

Na América Latina, o exemplo do México, a partir de estudos realizados por Ernesto Piedras (2004, apud TOLILA, 2007), indica que as indústrias culturais são responsáveis por 5,7% do PIB mexicano. O México criou, na década de noventa, o Sistema de Informações Culturais (SIC) que dispõe as informações organizadas sistematicamente acessíveis publicamente com o intuito de elaborar diagnósticos, orientar tomada de decisões e avaliar as políticas culturais. (CASTELLANO, 2004). A partir dos dados sistematicamente registrados o Conselho Nacional de Cultura do México – CONACULT, órgão semelhante ao Ministério da Cultura, pode publicar em 2003, o Atlas da Infra Estrutura Cultural do México, uma importante ferramenta de mapeamento cultural para subsidiar o diagnóstico dos equipamentos culturais do país que permite cruzar dados sobre a intra-estrutura cultural, proporcionando informações confiáveis, sistemáticas e comparáveis, oferecendo um panorama de conjunto e constituindo uma base sólida para orientar políticas culturais.

O Atlas da infra-estrutura cultural do México registra a distribuição dos equipamentos culturais como o número de bibliotecas públicas, salas de leituras, salas de cinemas, centros culturais, livrarias, museus e teatros e deve ser visto como uma importante ferramenta de informação como um mecanismo de conhecimento para a tomada de decisões que possam fortalecer os setores sociais através de ações culturais.

Desta forma, o Atlas, parte de um programa de informação do Conselho Nacional de Cultura do México, registra indicadores para fins de análises e estudos de prospectivas que o Conselho realiza e preconiza que

tanto o caráter coletivo como a natureza pública deste trabalho partem da convicção de que um esforço deste tipo requer uma ampla discussão que envolva os distintos setores sociais para propiciar a análise e a reflexão de diferentes perspectivas e com distintos modelos interpretativos (ATLAS, 2003, p. 12)

Os dados apresentados no quadro abaixo, a guisa de exemplificação, possibilitam uma visualização da situação da infra-estrutura dos equipamentos culturais públicos do México, e conduzem a orientação de ações que permitam o desenvolvimento social e por consequência o econômico a partir de investimentos que ampliem o acesso ao conhecimento e a formação de uma sociedade mais crítica, principalmente nas regiões menos favorecidas:

INFRA-ESTRUTURA CULTURAL	TOTAL NACIONAL	MÉDIA POR HABITANTE
Bibliotecas Públicas	6.610	2,70
Salas de Leitura	3.797	1,55
Salas de Cinema	2.823	1,15
Centros Culturais	1.592	0,65
Livrarias	1.146	0,47
Museus	1.058	0,43
Teatros	544	0,22

* Dados de 2002 com base nos 2443 municípios mexicanos sondados, ficando fora dois municípios criados na época e sem registro de número de habitantes.** Fonte: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2003.

Quadro 1. – Infra-estrutura dos equipamentos culturais públicos do México em números absolutos e a média por habitante

Com base nessas informações se observa que a distribuição por tipo de infra-estrutura não é equilibrada e se tomar em conta o número de habitantes de cada município

por distribuição de equipamento cultural é possível discutir e aprofundar questões como o perfil do público usuário dessa infra-estrutura, perceber que há um vínculo entre educação e cultura em função do grande número de bibliotecas e a oferta de atividades e serviços. Com isso, permite que medidas de políticas públicas sejam adotadas com melhor capacidade de aplicação de recursos e fortalece ações para maior oferta de cultura disseminada em suas diversas áreas (CONACULT, 2003).

No Chile, conforme anuncia o Conselho Nacional de Cultura e Artes (2003), um estudo realizado entre os anos de 1999 e 2001, revisado em 2003, identificado com Impacto das Atividades Econômicas Características da Cultura (IAECC) no Produto Interno Bruto (PIB), elaborou uma “Conta Satélite” considerando como indicadores a indústria cultural (editoras, imprensa escrita, artes cênicas, artes visuais, audiovisual - cinema, vídeo, rádio e televisão-, música, novas tecnologias da comunicação, turismo cultural, artesanato), correspondendo as atividades econômicas que formam o setor cultural com base no Código Internacional Industrial Uniforme (CIIU). O resultado desse estudo apontou que em 2000, as atividades econômicas de características culturais alcançaram 1,8% do PIB chileno.

4.2 Os dados do impacto do setor cultural na economia no Brasil

No Brasil ainda hoje a cultura é uma das áreas que menor investimentos recebe tanto do setor público quanto privado. Sarkovas (et.al., 1998) alertava para a riqueza da diversidade cultural em referência a quantidade e qualidade de manifestações e a eterna carência de recursos para o mercado cultural brasileiro. E esse quadro de menor aporte de recursos para a cultura permanece o mesmo, apesar dos esforços do setor público na esfera federal com a reformulação da estrutura do ministério e com o estabelecimento de uma política cultural mais efetiva e participativa.

Com o intuito de dotar o Governo Federal de ampla base de dados e avaliar o impacto dos investimentos em cultura na economia brasileira, o Ministério da Cultura solicita da Fundação João Pinheiro/MG, um diagnóstico de investimentos em cultura sobre os gastos realizados por empresas públicas, privadas e demais órgãos culturais no período de 1990 a 1997, cujo trabalho pioneiro desta natureza no Brasil teve como objetivo possibilitar a definição de políticas e a execução de ações estratégicas de planejamento que redirecionasse os destinos dos recursos do setor cultural. Este trabalho fixou-se na coleta

de informações de entidades da administração pública direta e indireta conforme descrito acima, por amostragem, estabelecendo como campo amostral os municípios das capitais e regiões metropolitanas e com a clara finalidade de conhecer o aporte financeiro por elas destinado às atividades culturais pelos poderes públicos, registrando que “em 1995, último ano da série histórica da pesquisa nas três esferas de governo, o valor estimado de gastos públicos com cultura no Brasil atingiu R\$ 692 milhões, a preços de dezembro de 1996, que representam apenas 0,089% do PIB brasileiro deste mesmo ano.(FJP, 1996, p. 15)

Em agosto de 2002 a UNESCO em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA realiza um Seminário para enfatizar a importância da cultura no processo de desenvolvimento e propõem a criação de um sistema brasileiro sobre a cultura de forma a produzir uma base de dados estatísticos que possibilitem compreender as tendências e oportunidades de investimentos e a produção, circulação e consumo dos bens culturais. Este evento apresentou sugestões com base no modelo de sistemas de informação sobre a cultura existentes na França e nos Estados Unidos da América.

Outro mecanismo de informação importante produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE e o Ministério da Cultura - MinC, inserido em 2006, é o Suplemento de Cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, que desde 1999 levanta informações sobre estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais. O Suplemento de Cultura foi elaborado para conhecer a realidade da área cultural nos mais de cinco mil municípios do país. Documento inédito, o Suplemento de Cultura apresenta informações referentes a recursos humanos, articulação com o Conselho de Cultura, a legislação municipal de cultura, fontes de recursos públicos, convênios e parcerias realizados, ações, projetos e programas integrantes nas políticas municipais e as instalações existentes e serviços culturais prestados e os recursos financeiros aplicados pelos órgãos gestores de cultura municipais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com o Ministério da Cultura – MinC divulga em 2007, a segunda versão dos resultados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, referentes aos anos de 2003 a 2005 com o objetivo de organizar e sistematizar informações para a construção de indicadores das atividades relacionadas ao setor cultural brasileiro. A diretora de pesquisas do IBGE, Wasmália Bivar, informa que a publicação apresenta “os principais aspectos da oferta e da demanda de bens e serviços culturais, a posse de bens duráveis relacionados à cultura pelas

famílias brasileiras e, os gastos públicos com a cultura, e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais, consolidados nacionalmente” (IBGE, 2007, p.10).

Este documento adotou a concepção de cultura relacionada com as atividades econômicas geradoras de bens e serviços, apresentando os principais aspectos da oferta e demanda de bens e serviços culturais, a posse de bens duráveis relacionados à cultura pelas famílias, os gastos públicos com cultura e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais, a partir das informações cadastrais, estatísticas e documentais existentes e disponíveis (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, 1º Guia Cultural de Belo Horizonte, os estudos da Fundação João Pinheiro, nos Cadernos do Centro de Estudos Históricos e Culturais – CEHC e em textos elaborados pelo Ministério da Cultura) e com isso elaborar indicadores culturais que apontassem as diferentes faces da cultura pelo lado da produção, do consumo e o emprego no período de 2003 a 2005.

A classificação das atividades culturais está com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas –CNAE 1.0, que tem como referência a CIIU (que em Espanhol, Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas) por se uma nomenclatura completa e desagregada das atividades econômicas e por assegurar a coerência das informações ao longo do tempo, no espaço territorial e entre fontes diversas, conforme informa o IBGE.

Das atividades constantes no CNAE 1.0 e das pesquisas regulares do IBGE o estudo buscou mapear as atividades culturais para organizar as informações estatísticas responsáveis pela produção (oferta) de bens e serviços culturais tradicionalmente ligadas às artes e as que compõem a indústria cultural (edições de livros, radio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico) a partir dos dados existentes nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas e nas pesquisas estruturais econômicas⁵ e sobre os gastos do governo (demanda) e a posse de bens duráveis relacionados com a cultura (demanda)⁶. Foram excluídas as atividades estritamente ligadas ao turismo, esporte, meio-ambiente e religião.

⁵ As pesquisas estruturais econômicas compõem o conglomerado de dados formados pela Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa), pela Pesquisa Anual do Comércio –PAC e pela Pesquisa Anual de Serviços –PAS.

⁶ Os gastos do Governo foram identificados a partir dos dados das Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas –APU, e a Pesquisa de Orçamentos Familiares serviu como fonte de informação sobre a posse de bens duráveis relacionados à cultura das famílias brasileiras.

O estudo insere ainda, as atividades econômicas relacionadas indiretamente à cultura e que estão relacionadas à cultura e agregando atividades como o comércio de artigos de papelaria e escritório, de livros, jornais e outras publicações, de telecomunicações, de informática e de banco de dados de conteúdo eletrônico.

Para os registros e análises da demanda (gastos dos governos com cultura) o IBGE utilizou-se dos dados do SIAFI no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que alocam recursos para o setor cultural para as despesas dos órgãos federais de cultura como o Ministério da Cultura. A Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Palmares, Fundação Biblioteca Nacional, Agência Nacional de Cinema – ANCINE, Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Fundo Nacional de Cultura. Para os dados da esfera estadual e municipal foram usados os dados da pesquisa das Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU especificamente referente aos serviços culturais como as despesas com a administração, operação e suporte dos órgãos encarregados com a difusão da cultura, preservação do patrimônio histórico e os de promoção artística. O estudo não leva em conta os dados referentes aos incentivos fiscais das empresas que investem em projetos culturais provenientes da Lei Rouanet.

A partir desse conjunto de informações disponibilizadas por essas várias fontes o IBGE caracteriza a Economia da Cultura pelo lado da oferta configurando o setor cultural em três segmentos econômicos: indústria, comércio e serviços. Desta forma “foi possível analisar o pessoal ocupado e salários e outras remunerações, assim como a dimensão desse setor, ou seja, a sua representatividade, no total de empresas e outras organizações em relação aos três segmentos econômicos” (IBGE, 2007, p. 38), que considerou as variáveis: número de empresas, pessoal ocupado, salário médio, custo do trabalho, custos totais e receita líquida, valor adicionado e valor da transformação industrial.

Com o intuito de apresentar aspectos do Sistema de Informações e Indicadores Culturais e do como os dados foram trabalhados e cruzados a partir os já disponibilizados, sem querer aprofundar ou esgotar as análises realizadas, essas informações mostram, de acordo com a tabela abaixo, que das empresas e outras organizações registradas no Cadastro Central de Empresas do IBGE, 321 atuaram, em 2005, em atividades consideradas culturais o que correspondeu a 5,7% do total, ocupando 1,6 milhões de pessoas no mercado de trabalho, sendo que 70% delas eram assalariadas, cujo valor médio

de salário foi de R\$ 1.565,74, representando 47,64% acima da média dos salários mensais registrado nesse ano.

Os dados informam que no País atuam 320 mil empresas voltadas à produção cultural, gerando 1,6 milhões de empregos formais, representando 5,7 % do total das empresas no país, sendo responsáveis por 4% dos postos de trabalho, com salário médio de 5,1 salários mínimos equivalente à média dos salários pagos pela indústria.

Ano	Numero de Empresas	Pessoal ocupado em 31.12.2005		Salários e outras remunerações (R\$ 1.000,00)
		Total	Assalariado	
Total da Atividade				
2003	5.185.573	35.674.496	28.472.834	340.789.827
2004	5.371.291	37.577.520	30.346.961	390.053.920
2005	5.668.003	39.585.647	32.224.240	444.252.611
Atividades do Setor Cultural				
2003	269.074	1.431.449	1.007.158	17.821.912
2004	291.321	1.512.528	1.071.395	20.595.714
2005	321.395	1.635.294	1.159.392	23.598.965
Participação do Setor Cultural no Total das Atividades (%)				
2003	5,2	4,0	3,5	5,2
2004	5,4	4,0	3,5	5,3
2005	5,7	4,1	3,6	5,3

Fonte: IBGE – Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003 – 2005

Tabela 1 – Número de Empresas, pessoal ocupado total e assalariado, salários e outras remunerações no total das atividades e nas atividades do setor cultural – Brasil 2003 – 2005

O estudo informa ainda que “durante o período de 2003 a 2005, o numero total de empresas formalmente constituídas, que atuavam na produção cultural brasileira, alcançaram um crescimento de 19,4%, superior ao crescimento total do numero de empresas do País que atingiu 9,3% no mesmo período” (IBGE, 2007, p. 39).

Outro dado referente ao período, apresentado no estudo, refere-se à queda das atividades industriais de 27,9% para 25,1% e nas atividades comerciais de 15,6% para 13,5% e ao aumento das atividades de serviços que passaram de 56,5% para 61,4%.

Em relação à demanda (gastos governamentais com a cultura) o estudo analisou a participação do governo no setor cultural com as despesas orçamentárias das três esferas de

governo registrando que os resultados apresentados informam que os gastos públicos alocados no setor cultural aumentaram de R\$ 2,4 bilhões em 2003 com a participação de 14,4% do governo federal, passando para R\$ 3,1 bilhões em 2005 aumentando também para 16,7% a participação do governo federal. A participação dos governos estaduais registrou um aumento de 31,7% para 36,0% no período analisado enquanto que os governos municipais que mais utilizaram seu orçamento com o setor cultural em 2003 com 54,0% reduziram a participação para 47,2% em 2005, visualizados na tabela abaixo:

Esfera de Governo	Despesa Total com Cultura					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1000 R\$)	Participação (%)	Valor absoluto (1000 R\$)	Participação (%)	Valor absoluto (1000 R\$)	Participação (%)
Total	2358264	100,0	2581670	100,0	3129414	100,0
Federal	338746	14,4	395926	15,3	523338	16,7
Estadual	746851	31,7	836716	32,4	1127768	36,0
Municipal	1272667	54,0	1349028	52,3	1478308	47,2

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007; Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios 2003-2005. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, v. 49-51, 2004-2006. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 2007; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas 2003-2004; Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Tabela 2 – Despesa total com cultura segundo as esferas de governo – Brasil 2003 – 2005

Em relação aos estados da federação o estudo mostrou que os Estados de São Paulo, Goiás e Bahia foram os que mais destinaram recursos, em valores absolutos, para os seus gastos no setor cultural e os Estados de Rondônia, Roraima e Piauí os com menor representação nos dispêndios com o setor cultural, conforme ilustra a tabela 3, abaixo. Os gastos públicos no setor cultural entre as três esferas de governo, de acordo com a pesquisa do IBGE(2007), representaram 0,2% do total das despesas consolidadas da administração pública.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Despesa com Cultura dos Governos Estaduais					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1000 R\$)	Participação (%)	Valor absoluto (1000 R\$)	Participação (%)	Valor absoluto (1000 R\$)	Participação (%)
Brasil	746851	100,0	836716	100,0	1127768	100,0
Região Norte	97301	13,0	153806	18,4	172033	15,3
Rondônia	248	0,0	1409	0,2	674	0,1
Acre	7160	1,0	9498	1,1	11069	1,0
Amazonas	45887	6,1	79994	9,6	69556	6,2
Roraima	665	0,1	1723	0,2	794	0,2
Pará	37898	5,1	52295	6,3	71310	6,3
Amapá	4164	0,6	4299	0,5	5656	0,5
Tocantins	1288	0,2	4587	0,5	9976	0,9
Região Nordeste	183766	24,6	190613	22,8	258939	23,0
Maranhão	34387	4,6	25490	3,0	26011	2,3
Piauí	5144	0,7	1058	0,1	8403	0,7
Ceará	16153	2,2	24015	2,9	40201	3,5
Rio Grande Norte	14795	2,0	17142	2,0	26124	2,3
Paraíba	9162	1,2	8167	1,0	8851	0,8
Pernambuco	13030	1,7	24145	2,9	23654	2,1
Alagoas	7388	0,5	5613	0,7	5342	0,5
Sergipe	4705	0,6	4730	0,6	6377	0,6
Bahia	79002	10,6	80252	9,6	113977	10,1
Região Sudeste	304132	40,7	330583	39,5	453099	40,2
Minas Gerais	27376	3,7	38986	4,7	53997	4,8
Espírito Santo	4460	0,6	6252	0,7	8121	0,7
Rio de Janeiro	61404	8,2	66815	8,0	68014	6,0
São Paulo	210892	28,2	210531	26,1	322967	28,6
Região Sul	84088	11,3	64205	7,7	110720	9,8
Paraná	32837	4,4	17481	2,1	59563	5,3

Santa Catarina	11642	1,6	12053	1,4	14062	1,2
Rio Grande Sul	39609	5,3	34670	4,1	37095	3,3
Região Centro Oeste	77564	10,4	97510	11,7	132977	11,8
Mato Grosso Sul	20331	2,7	26456	3,6	21145	1,9
Mato Grosso	3600	0,5	4979	0,6	4484	0,4
Goiás	14155	1,9	19161	2,3	58870	5,2
Distrito Federal	39479	5,3	46913	5,6	48478	4,3

Fonte: Execução orçamentária dos estados (1995-2006). Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, [200-]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls>. Acesso em: 2007.

Tabela 3 - Despesas com cultura dos Governos Estaduais – Brasil 2003 – 2005

Para o consumo da cultura a pesquisa mostra que as lojas de discos e DVD cresceu 74% em sete anos e o número de salas de cinema cresceu 20% apesar de apenas 8,7% das cidades brasileiras possuírem cinemas. Parte dessa carência pode ser suprida com as videolocadoras que estão presentes em 82% das cidades. O número de museus cresceu 41% com expectativa de um salto para os próximos anos fruto da Política Nacional de Museus que estimula a criação de mais museus com a abertura de crédito para projetos de instalação de museus nos municípios que não possui esse equipamento cultural. O artesanato é a atividade cultural que está mais presente nos municípios concentrando 64,3% dessa atividade.

Os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais, referentes aos anos de 2003 a 2005, organizado pelo IBGE e os estudos e publicações do IPEA, com o apoio do Ministério da Cultura, possibilitam a realização de estudos que orientem a tomada de decisões, fortalecendo setores culturais e auxiliando os investidores privados e gestores públicos.

A organização, sistematização e publicação desses dados são fundamentais para os estudos na área da Economia da Cultura bem como para a implementação de políticas públicas que promovam ações eficientes e eficazes para o desenvolvimento da cultura como um todo e do setor cultural enquanto estratégia de desenvolvimento econômico, apresentando a dimensão da cultura como agente impactante.

4.3 A participação da cultura no impacto econômico e a eficácia dos gastos com a cultura

A Comissão Européia divulgou nota informando que em 1998 o volume de empregos culturais chegava à cifra de 3,5 milhões de empregos ou a media de 2,2% de toda a população economicamente ativa e em 2004, depois de vários trabalhos estatísticos realizados entre 15 países harmonizando nomenclaturas e métodos, conseguiu-se avaliar a media de emprego cultural como 2,56% da população economicamente ativa na Europa com 3,9 milhões de empregos culturais, com taxas que variam de 2% a 3% em cada país.

Estudos realizados na França, particularmente, demonstram que o capital cultural global representava em 2002, 434.000 empregos ou, 2,10% da população economicamente ativa francesa e Tolila (2007) informa que neste mesmo ano o consumo doméstico de bens e serviços culturais era de 38,150 bilhões de euros, equivalendo 4,6% do consumo doméstico total. No México, estudos realizados por Enertos Piedras (2004, apud Tolila, 2007), concentrado nas indústrias culturais, avaliam que o peso da cultura chega a 5,7% do PIB. No Brasil, apesar de não possuir ainda uma medida da representatividade do impacto do setor cultural no PIB brasileiro, através de uma conta satélite da cultura⁷, um passo importante foi dado com a elaboração do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, referentes aos anos de 2003 a 2005, e os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que mapearam e identificaram o setor cultural permitindo observar o comportamento do mercado de trabalho, as empresas, a indústria cultural, os gastos dos governos e o consumo das famílias com produtos culturais. Os dados estatísticos mais que informações numéricas são “a base do debate público sobre a cultura, ferramentas indispensáveis do diálogo democrático entre os atores da decisão cultural” (TOLILA, 2007, p. 73)

No Brasil, segundo Frederico Barbosa da Silva (2007), em 2002, os dispêndios culturais atingiram R\$ 31,9 bilhões, representando aproximadamente a 3% dos gastos totais das famílias e 2,4% do PIB, sendo que 85% dos gastos com a cultura são práticas realizadas com televisão, vídeo, música e leitura. Os gastos com cultura fora do domicílio (cinema, teatro, shows, circo, museus, zoológico, discoteca e outros tipos de lazer)

⁷ O conceito de “Conta Satélite” foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar o peso econômico dos setores transversais da economia como o turismo, o meio ambiente e a cultura e que estão distribuídos entre as diferentes categorias econômicas. As contas satélites reúnem todos os dados que contribuem com o Produto Interno Bruto (PIB) considerando, inclusive, aspectos não monetários.

representaram 17,8%, equivalente a R\$ 5,6 bilhões. As regiões mais desenvolvidas e metropolitanas são responsáveis pelo maior consumo cultural das famílias. A região Sudeste atinge 58,9% desse consumo, seguida da região Sul com 16,2%. Este autor informa que “o poder público tem se mostrado bastante despreocupado no que refere à ação ordenada das cadeias de produção de bens culturais, embora sua intervenção na forma de financiamento e fomento tenha se ampliado”(BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 21)

Com o intuito de exemplificar a eficácia dos gastos com a cultura, Tolila (2007), com base no caso da França, define quatro temas que podem ser norteadores para uma ampla discussão: 1) Permitem valorizar a atração turística da cultura e do patrimônio, pela capacidade que a cultura tem em ser transformadora do turismo ao mobilizar público para os eventos ou para usufruir do patrimônio conservado e valorizado; 2) Engendram uma série de conseqüências benéficas para a economia e o desenvolvimento local uma vez que permite a manutenção das instituições culturais como os museus, os monumentos, os espetáculos ao vivo e o público ainda faz gastos com transporte, ingressos, alimentação e hospedagem e outros serviços; 3) Estabelecem relações estreitas com a oferta privada e o consumo do mercado cultural através do financiamento publico para grandes eventos como a opera e os espetáculos ao vivo em geral, contribuindo com a renovação da produção cultura, a pesquisa, a formação e conservação além da promoção coletiva; 4) Os créditos do Ministério da Cultura exercem um efeito de alavanca sobre os gastos culturais das coletividades territoriais (regiões, Estados e Municípios) por meio das parcerias furto das políticas culturais públicas e de suas redes de estruturas.

Em referencia a importância da produção de informações para a consolidação de um diálogo democrático para o uso dos recursos públicos com eficácia dos gastos com cultura com vista à promoção do desenvolvimento social através da economia da cultura, Paul Tolila diz:

O setor cultural é apaixonante e apaixonado. Na sua essência (a criação artística) é alheia aos procedimentos do conhecimento científico racional ou de quantificação (...). O desenvolvimento das práticas e dos consumos culturais, o florescimento das indústrias culturais, as questões relacionadas à ploriferação de estabelecimentos culturais, a necessidade de ampliar ou de preservar orçamentos das políticas públicas e os debates internacionais tiveram um papel decisivo na conscientização geral da necessidade de uma informação estruturada, útil aos tomadores de decisões, aos atores da cultura e aos cidadãos. (TOLILA, 2007, p. 106)

A economia da cultura representa, então, um desafio importante, segundo Tolila (2007), em três níveis principais: no setor econômico composto pelos financiamentos, nas vendas, nos empregos, nos valores patrimoniais; no setor com impacto sobre outros setores como o turismo, na indústria cultural; e ainda na educação e na formação de capacidades exigidas pelas novas tecnologias, uma vez que essas questões conduzem à tomada de decisão dos agentes públicos, privados e das pessoas e as informações confiáveis, traduzem-se em ferramentas eficientes importantes.

4.4 A atual crise econômica mundial e seus efeitos na economia da cultura

As discussões acerca da cultura como processo de desenvolvimento econômico e os argumentos da economia da cultura para o financiamento e o investimento das atividades culturais e seu impacto na economia dos países numa condição de economia razoavelmente estável, fluem para a o convencimento e a garantia da contribuição da área cultural, a produção e a indústria cultural, como fatores de desenvolvimento econômico onde a oferta e a demanda por bens e serviços culturais se encontram em um modelo de mercado. Porém o que deve ocorrer com o setor cultural quando há uma crise econômica nas proporções da atual crise mundial eclodida no ano 2008 nos Estados Unidos e que atinge a economia de todos os países é uma retração no consumo cultural.

Sobre esta questão algumas manifestações começam a surgir como reflexo da crise econômica que, numa reação em cadeia reduzem o consumo, a produção, a arrecadação, o investimento. Havendo uma redução da capacidade produtiva das empresas, o fomento a projetos culturais, com base na legislação de incentivos fiscais a cultura, param de receber recursos deixando produtores e criadores apreensivos. Anunciando como a crise econômica já afeta as ações culturais em Minas Gerais, Sergio Rodrigo Reis(2009), no site de notícias culturais “divirta-se.uai”, informa que as empresas não têm perspectivas de voltar a investir como antes, no curto prazo e cita a fala de Marcela Bertelli, diretora da Duo Informações e Cultura, produtora de vários projetos culturais em andamento: “A crise chegou forte entre nós. Se as empresas não tem lucro, não geram impostos e, como consequência, não há patrocínio”.

O Jornal O Estado de São Paulo informa que o Ministério da Cultura ainda não é capaz de mensurar o impacto da crise econômica internacional junto ao principal

mecanismo de fomento de projetos culturais brasileiros que é a Lei Rouanet, mas diz que os dados parciais apresentam números preocupantes, registrando uma queda de R\$ 80 milhões em relação ao ano de 2008 na captação de recursos dos artistas e produtores culturais para o financiamento de projetos culturais. E comenta: “Muitos patrocinadores de cultura amedrontados pela situação financeira, preferiram manter dinheiro em caixa a adiantá-lo aos produtores culturais (trata-se de parcela do Imposto de Renda devido, que só será pago à Receita Federal no meio do ano.)”(MEDEIROS, 2009.)

Considerando a cultura como elemento estratégico do desenvolvimento sustentável, fomentador do turismo, produto de exportação e da geração de emprego e renda, algumas sugestões começam a ser apresentadas como alternativas para minimizar o impacto da crise econômica no setor cultural como o estabelecimento, pelo governo federal, de um pacote de estímulo ao setor. E ainda, estimular a indústria cultural de massa como o artesanato e a gastronomia regional e típica e a economia do lazer como os eventos, movimentos de cultura popular e shows subsidiados pelo poder público, as entradas gratuitas aos museus e galerias, favorecendo o consumo cultural das famílias no tempo livre dos trabalhadores.

5 POLITICAS PÚBLICAS NA ÁREA CULTURAL

Com o intuito de chamar a atenção da importância da cultura principalmente nos países em desenvolvimento, a UNESCO, organizou conferências que resultou na Declaração da Década Mundial da Cultura, compreendida para o decênio 1988 a 1997, estabelecendo, segundo Throsby (2001), quatro objetivos: situar a cultura no centro do desenvolvimento; afirmar e valorizar as identidades culturais; ampliar a participação na vida cultural; e, promover a cooperação cultural internacional. Essa Declaração culminou com o trabalho da Comissão Mundial das Nações Unidas para a Cultura e Desenvolvimento, em 1998, na conferência internacional sobre políticas culturais, estabelecendo outra declaração que foi assinada pelos países presentes e que orienta as ações de políticas públicas a serem desenvolvidas. A conferência “identificou as metas essenciais de política cultural, como segue: estabelecer objetivos, criar estruturas e garantir recursos adequados com a finalidade de criar condições para a realização humana”(TRHOSBY, 2001, p. 160).

A UNESCO entende que é preciso organizar um sistema, a partir de conceitos comuns, de um quadro de prioridades e de estratégias para adesão de tarefas de execução descentralizadas, mas, voltadas para um todo comum. (Políticas Culturais para o desenvolvimento – Base de dados para a Cultura, UNESCO, Brasil, 2003)

A Conferência Internacional sobre Políticas Culturais, conforme aponta Throsby (2001), recomendou a adoção de cinco objetivos políticos que deveriam ser seguidos pelos Estados:

- . Fazer da política cultural um dos componentes chaves da estratégia de desenvolvimento;
- . Promover a criatividade e a participação na vida cultural;
- . Reforçar a política e a prática para promover as indústrias culturais e salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural;
- . Promover a diversidade cultural e lingüística na e para a sociedade da informação;
- . Aportar mais recursos humanos e financeiros ao serviço do desenvolvimento cultural.

O conceito de política cultural foi formulado pela UNESCO quando propôs aos governos que reconhecessem as ações culturais como inerentes às políticas públicas definindo como:

O conjunto de práticas sociais, condizentes e deliberadas, de intervenção ou não intervenção, que tem por objeto satisfazer certas necessidades culturais da população e da comunidade, mediante o emprego ótimo de todos os recursos materiais e humanos de que dispõem uma sociedade em um determinado momento e devem ser tomada como um corpo de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e pressupostos que provem de uma base de ação do Estado (Reunião Preparatória da Conferência de Veneza, Mônaco, 1967).

Esta definição, de política cultural, entre outros entendimentos, tem na proposta de Jose Teixeira Coelho Netto, como:

“um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como um conjunto de iniciativas tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”.(Teixeira Coelho, 2004, p.293).

Porém Ana Carla Reis (2007), chama a atenção para o entendimento de política cultural com base nas proposições de Nestór Garcia Canclini e George Yúdice, que tratam da “transversalidade da cultura”, defendendo a presença da “cultura na integração das demais políticas públicas, o que é visto como requisito básico à promoção do desenvolvimento sustentável”.(REIS, 2007, p. 141). Desta forma tem-se a política cultural com a intervenção do Estado e demais agentes e entidades, integrada aos demais setores, de forma articulada e democrática, voltada para a produção, distribuição, divulgação e uso da cultura em suas diversas formas de manifestação, com o intuito de promover o desenvolvimento social e econômico da localidade onde ela for implantada.

5.1 Políticas públicas para a cultura como fator de desenvolvimento econômico

O esforço para entender a Cultura como um dos fatores estratégicos para o desenvolvimento e como elemento de integração econômica principalmente na América Latina e nos países em via de desenvolvimento, tem avançado, mesmo que lentamente, em favor das políticas de Estado quando estabelecem iniciativas de estímulo às atividades que fomentam e organizam o fazer cultural vinculado ao avanço social e econômico dos países. Neste sentido a Economia da Cultura oferece ferramentas próprias da economia para as

áreas das atividades culturais no momento em que reconhece que a cultura é objeto de produção, consumo e bem estar.

Quando a esfera governamental estabelece uma política pública para a área cultural Tolila (2004) diz que esta atitude demonstra o reconhecimento do Estado para a importância das áreas culturais, das artes e da relação estética com o universo da comunidade da qual é responsável, demonstra aos cidadãos o destino do orçamento quando da sua aplicação na manutenção e desenvolvimento das atividades culturais e, que a cultura não pode depender apenas das forças de mercado.

A primeira política governamental para impulsionar as atividades artísticas, segundo Sancho, Gracia e Pietro (2004), é potencializar e robustecer os mercados por serem os melhores destinatários de recursos. Estes autores afirmam que a melhor maneira para este intento é incrementar a concorrência e garantir a competitividade e não podendo corrigir a concorrência imperfeita é necessário garantir seu melhor funcionamento fomentando a variedade de produtos e a redução de custos de transição.

Benhamou (2007) informa que os fundamentos econômicos das políticas culturais baseiam-se na idéia de que se a livre concorrência nos mercados permite atingir o máximo de bem estar coletivo (Economia política de Pareto), então, a intervenção pública em favor da cultura é produto de:

.Falhas de mercado – na argumentação liberal. Sendo o bem cultural de caráter coletivo como uma projeção de cinema, uma peça teatral, um museu, seu consumo não exclui o consumo da mesma quantidade do mesmo bem por outro indivíduo. “Portanto, o custo marginal do espetáculo ou do visitante adicional é nulo e, mesmo que seja possível a exclusão do preço, estabelece-se um pagamento fixo, livre do confronto entre a oferta e a procura”(BENHAMOU, 2007, p. 149).

.Efeitos externos em benefício de outras atividades – Os efeitos externos podem ser privados (promoção do turismo) ou públicos (melhoria do nível instrucional da população). Quando as empresas têm sua atividade afetada por um bem ou serviço cultural, surgem efeitos positivos que por serem ignorados, o mercado tende a manter a produção abaixo no nível ótimo. O Estado contribui então, para o financiamento da produção como nos espetáculos ao vivo que produzem efeitos externos positivos nos meios de comunicação.

.Efeito multiplicador dos gastos culturais – definido como a renda líquida produzida por unidade monetária gasta, os estudos de impacto mostram que o investimento cultural gera fluxos de renda multiplicados diretos (gastos com salários, compras feitas pelas

instituições), indiretos (os gastos feitos por quem freqüentam o organismo cultural) e induzidos (retornos positivos desses gastos a longo prazo).

.Valor de prestígio, de herança e o valor educativo – A conservação do patrimônio e as aquisições de obras de artes formam a base do legado para gerações futuras e cabe ao Estado criar condições de proteger e financiar esses consumos futuros e, regulamentar a exportação de obras de artes.

.As particularidades da oferta – O Estado substitui o mercado para apoiar alguns setores culturais, principalmente no processo da criação concedendo financiamentos para a produção cinematográfica, a instalação de ateliês para a produção das artes plásticas, a concessão de bolsas, prêmios e com encomendas públicas.

.Os modos de formação e de expressão da procura – O Estado assume o lugar do cidadão, como financiador do futuro para cidadãos potencialmente consumidores, quando procura conservar os lugares e edificações de prestígio e de interesse cultural.

.Incerteza e intervenção pública – Se as assimetrias de informação ajudam a alimentar as incertezas quanto à qualidade dos produtos, então uma das vocações do Estado seja estabelecer um sistema de normas e convenções que mantenha o valor dos produtos culturais.

Para Waldemar (2006) o subsídio governamental divide-se em duas questões analíticas que são a eficiência e a equidade. Se as artes estão inseridas num mercado não competitivo com falhas e outras imperfeições, “a intervenção governamental seria a forma de corrigir uma ineficiente alocação de recursos” (WALDEMAR, 2006, p. 23). A questão da equidade refere-se à tentativa de beneficiar os produtores culturais que mais necessitam de apoio.

De outra forma além da “oferta de cultura” por seus produtores há que se trabalhar a noção de consumo de bens culturais que implica ter em mente a condição de acesso a esses bens e de como o poder público promove esse acesso. Seja a partir da preservação do patrimônio cultural material e imaterial, a impressão de um livro ou o acesso a meios de multimídia, ou ainda como dispor de um microcomputador e seus alcances de informação e de contato, por exemplo. Em sentido amplo, o consumo cultural implica na capacidade de acesso aos bens culturais. Nessa direção o investimento em cultura se converte em benefício social.

Numa perspectiva de ação de poder público o investimento em arte e cultura deve ser visto como valor para promover o desenvolvimento da sociedade e não como um gasto inútil, mas ser vertido como valor para promover a educação cultural.

Se há investimento em arte e cultura, o acesso a esses bens aumenta e com isso a população amplia visões, aprimora o senso crítico. O acesso deve se dar publicamente para que as instituições possam desempenhar bem o seu importante papel de cunho social. Cabe ao poder público enquanto promotor de políticas públicas, o acesso dos cidadãos aos direitos culturais, incluindo o fomento a essa produção, o estímulo a difusão de bens e serviços culturais e a proteção do patrimônio cultural.

Dessa forma o desenvolvimento da economia da cultura requer a existência de diferentes mecanismos de fomentos a partir de ações integradas e contínuas envolvendo Estado, entidades setoriais e iniciativa privada.

Ter acesso aos bens culturais, enquanto um direito garantido aos cidadãos, significa consumir as mais diversas formas presentes na produção cultural, que vai desde os bens de sentido simbólicos como as artes até as informações disseminadas através das mídias convencionais ou eletrônicas. Neste sentido Silva et alli, (2007, p.2), esclarece que “implica no direito de se informar, estabelecer opiniões, se comunicar com os outros e, assim, participar do acervo e do repertório simbólico coletivo, no sentido social e político”. Assim cabe ao poder público promover ações que permitam a sociedade compartilhar, usufruir e consumir os bens culturais produzidos por ela mesma e por outras de distintas origens.

5.2 Alguns modelos de políticas públicas para a cultura

Os modelos de política cultural são, de maneira geral, o anglo-saxão adotado principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha com uma menor intervenção pública direta e o a Europa meridional inclinado ao uso da ajuda pública para o fomento à cultura. O modelo anglo-saxão há o financiamento indireto sob forma de deduções fiscais e o repasse de subvenções a órgãos independentes que distribuem os recursos às entidades solicitantes e o modelo adotado na Europa meridional há um ministério que administra diretamente as subvenções. Entre os dois modelos “diversos países optaram por delegar ao plano subnacional a responsabilidade pela política de cultura”(BENHAMOU, 2007, p.

156). A Alemanha mantém uma ação descentralizada entre os ministros da cultura dos estados que definem as políticas, cabendo ao ministério da Cultura os assuntos como direito autoral, subsídio ao cinema e a política fiscal. Na Itália as responsabilidades culturais são partilhadas entre quatro níveis de governo e na Espanha, comunidades autônomas intervêm nas decisões do governo central. Na Grã-Bretanha uma parte das receitas da loteria nacional vai para o Conselho de Artes que nomeia uma comissão para analisar projetos culturais. (BENHAMOU, 2007).

A França, mantém por tradição, da intervenção “segundo a qual o gasto cultural é de responsabilidade do Estado” (BENHAMOU, 2007, p. 160), adotando o modelo da Europa meridional, cujo orçamento chegou a 1%, no ano de 2002, assim distribuídos: 34% para o Patrimônio (Artes plásticas, patrimônio museográfico, monumentos, livros e arquivos), 6% para ensino e formação, 26% para o desenvolvimento cultural e espetáculos (cinema e audiovisual, teatro, dança e música e desenvolvimento cultural e da língua francesa), 30% para pessoal, meios e equipamentos dos serviços e estabelecimentos) e, 4% para despesas diversas. Algumas medidas para proteger o consumo dos produtos artísticos franceses como a regulamentação para a venda de livros e para a circulação de músicas nas rádios que devem destinar 40% do seu tempo para os autores ou artista que interpretam músicas francesas. Há ainda as subvenções para a produção cinematográfica com a criação de fundos de garantia para empréstimos bancários e taxas parafiscais que consistem em um meio eficaz de redistribuição entre profissionais do cinema. O apoio alcança ainda a distribuição e a exibição de filmes com a modernização e abertura de novas salas de cinema em áreas mal servidas desse equipamento cultural. (BENHAMOU, 2007).

No México, esta em desenvolvimento o Programa Nacional de Cultura (PNC – México) para o período de 2007 a 2012 que é parte integrante do Plano Nacional de Desenvolvimento com perspectiva de longo prazo – a visão México 2030. Este Programa dimensiona a cultura como potencializadora do desenvolvimento político, educativo, social e econômico do México que, nas palavras do Presidente do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, Sergio Vela, “junto a sua riqueza cultural, o México tem desenvolvido historicamente um notável conjunto de políticas, instituições, espaços, programas e serviços públicos para fazer, desses valores, na prática, um bem comum”(VELA, 2007).

O principal objetivo desse Programa no México é implementar uma política cultural que contribua para a compreensão de que as indústrias culturais e a produção e promoção da arte e da cultura oferecem condições e potencialidades para o

desenvolvimento econômico dos municípios, estados e regiões em conjunto uma vez que as expressões culturais, segundo este documento, incidem, através da geração de empregos que em muitos caso são permanentes, na melhoria do desenvolvimento humano e das condições socioeconômicas da população.

O documento reconhece o momento atual da sociedade e da econômica globalizada e acena a importância da cultura como elemento de gozo e desfrute do tempo livre dos trabalhadores que em decorrência das mudanças das estruturas laborais o País, houve um aumento do tempo livre e que, por conseqüência, devem ser aproveitados com maior consumo cultural. Destaca ainda a estratégia de difundir a cultura mexicana, a partir da promoção de autênticas manifestações artísticas e o fortalecimento das representações culturais no exterior com um melhor uso dos instrumentos de cooperação entre os países e organismos internacionais e um maior compromisso de interação entre as instituições nacionais e estrangeiras o que deve reorientar a estrutura e a reorganização das instituições culturais em nível federal.

O Programa Nacional de Cultura do México deixa claro que seu fundamento está sedimentado na Declaração da Década Mundial da Cultura e a política cultural do país segue o modelo de intervenção do estado com base no modelo europeu meridional, na perspectiva das políticas públicas. O Programa estabelece estratégias e “ações transversais” que compreendem oito marcos: o patrimônio e a diversidade cultural; a infra estrutura cultural; a promoção cultural em nível nacional e internacional; estímulos públicos com inventivos para a criação e o mecenato; a formação e pesquisa antropológica, histórica, cultural e artística; o lazer cultural e a leitura; a cultura e turismo; e, as indústrias culturais.

5.3 Políticas públicas para a cultura no Brasil

Dois momentos marcam uma nova conduta do Governo brasileiro frente a uma nova fase política: a promulgação da nova Constituição brasileira, em outubro de 1988 e a partir de 1990, com a consolidação do regime democrático no Brasil, iniciam ações para tirar o País da estagnação que esteve submetido, implantando uma serie de medidas estratégicas para promover o desenvolvimento econômico. Dentre essas medidas encontram-se os incentivos fiscais para as empresas, através da renúncia fiscal, como forma de estimular o investimento das empresas públicas e privadas em vários setores da economia brasileira.

A Constituição de 1988, nos seus artigos 215 e 216 reconhece os direitos culturais e do princípio da cidadania cultural, e, no artigo 221 estabelece que as TVs abertas exibam filmes e produções culturais, representando um importante avanço político brasileiro. A adoção de medidas de incentivo fiscal serviu sobremaneira para as atividades culturais ao permitir que parte da renda tributada das empresas privadas e públicas pudesse ser revestida como investimento em projetos culturais através da renúncia fiscal. Em 1986, foi elaborada a primeira Lei de Incentivos Fiscais a Cultura (Lei 7.505 de 02 de julho de 1986), denominada Lei Sarney que recebeu inúmeras críticas por problemas de ordenamento e esclarecimento quanto a sua aplicabilidade. Segundo Yacoff Sarcovas (2002, apud SEBRAE, 2003), a Lei Sarney permitia que parte do valor devido do imposto fosse deduzido do valor do imposto a pagar, como um diferencial dos países que dispunham de algum tipo de legislação para incentivo fiscal que dava o direito do contribuinte de abater de sua renda bruta, as doações a instituições culturais. No Governo Collor, em 1990, a Lei Sarney é extinta “a reboque do dismantelamento que promoveram no frágil e desestruturado sistema público de cultura” (2002, apud SEBRAE, 2003, p. 22).

No período em que o País permaneceu sem um mecanismo legal de incentivo à cultura, fez com que vários municípios elaborassem suas Leis para abatimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no caso do Município de São Paulo. Seguindo a experiência de sucesso os Estados do Acre, Mato Grosso, Paraíba e Rio de Janeiro criaram suas leis de incentivo com dedução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). (SEBRAE, 1998)

Em 1991, o Presidente Collor volta atrás de sua decisão e uma nova Lei compõem a nova estrutura de financiamento aos projetos culturais, a Lei 8.313 de 23 de dezembro, conhecida como “Lei Rouanet”, em homenagem ao então Secretário da Cultura, o sociólogo Sérgio Paulo Rouanet, como um procedimento de regulamentação e monitoramento do poder público, mas com a decisão dos investimentos feita por agentes interessados em investir na cultura. Nesta Lei é instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC com a finalidade de captar recursos para a área cultural, dispondo de recursos orçamentários e extra orçamentários contendo um fundo de investimento e incentivos fiscais.

Ana Carla Reis (2007) diz que no que se refere ao setor cultural, os incentivos fiscais podem abranger a produção uma vez que reduz a alíquota de impostos que incidem no faturamento de empresas culturais ou elimina o imposto de renda dos artistas; pode

abranger a distribuição pois oferece benefícios fiscais para a construção de equipamentos culturais nas áreas menos favorecidas; e, pode abranger também o consumo uma vez que incentiva a compra de produtos ou serviços culturais permitindo o abatimento de parte do valor dos impostos.

Frederico Barbosa (2007) informa que parte da política de desenvolvimento econômico é consolidada com a legislação de incentivo á cultura por renúncia fiscal e promove uma ampla movimentação da Indústria Cultural brasileira, aquecendo a economia além de gerar empregos qualificados e exemplifica informando que em 2004, o MinC, através da lei de renuncia fiscal, mobilizou R\$ 483 milhões em recursos. Os dispêndios públicos com cultura do sistema de financiamento do governo federal se dão pelo incentivo fiscal, que permite a aplicação de parte dos impostos devidos para o apoio direto as atividades culturais, e, pelos recursos orçamentários que fazem parte as transferências diretas da União de 0,6% do orçamento da União para o Ministério da Cultura e os recursos captados e destinados ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e às demais instituições públicas federais.

Ana Carla Reis (2007), mesmo reconhecendo que os benefícios dos incentivos fiscais são grandes como a consolidação da visão empreendedora dos criadores e produtores culturais, a atuação mais ativa por parte do setor empresarial e o aumento do número de projetos que buscam recursos para as mais variadas manifestações e estilos, destaca algumas situações que são motivos de críticas como:

.financiamento público sem contrapartida privada, possibilitando a dedução de 100% do valor investido, constituindo para o empresário um investimento a risco zero;

.a falta de visão de planejamento uma vez que não há critérios para a seleção dos projetos passíveis de incentivo fiscal e não orienta se há um público identificado como prioritário para a execução do projeto cultural;

.confusão entre processo e resultados, meios e fins, que não deixa claro a eficiência da aplicação dos recursos oriundos das isenções fiscais e como não há acompanhamento não se sabe se os recursos são suficientes ou se estão sendo aplicados da melhor forma possível;

.criação de um paradigma de que parcerias não pressupõem contra-partida, compreendendo que é possível que as empresas que patrocinam a cultura não se de conta dos benefícios de marketing ou da existência de investimento social privado.

5.4 Incentivo Fiscal como mecanismo para estimular o setor cultural

A Lei Rouanet sofreu algumas alterações ao longo desses quase 20 anos, como em 1995 em que o percentual de abatimento do Imposto de Renda para as pessoas jurídicas passou de 2% para 5%. Posteriormente atinge os “percentuais máximos de 4% para pessoa física e 6% para pessoa jurídica dos valores empregados em realizações artísticas é o benefício fiscal proposto hoje pela Lei Rouanet” (Valiati e Florissi, 2007, p. 99). Em 20 de julho de 1993, é promulgada a Lei no. 8685, do Audiovisual cujo maior fomentador é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que em dez anos de existência da Lei já apoiou a realização de 330 projetos culturais dentre eles 246 produções cinematográficas⁸. O BNDES realiza editais periódicos para a restauração de monumentos de bens tombados e desde 1997, destinou R\$ 70 milhões para 63 projetos. Nesta mesma década foram criados o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

Constituindo ainda “o principal mecanismo de apoio indireto às atividades culturais no Brasil” (Waldemar, 2006, p. 52), neste ano de 2009, tramita na Câmara dos Deputados um novo texto que deverá substituir a Lei Rouanet, atendendo as novas demandas dos produtores culturais, as perspectivas dos gestores e a realidade econômica e social do país frente à globalização.

5.4.1 Incentivo Fiscal para a produção cultural no Rio Grande do Sul – breve relato

Sem a intenção de discutir as inúmeras leis estaduais e municipais existentes no país, o Rio Grande do Sul, seguindo a tendência dos Estados brasileiros, elabora, em 1996, sua lei de incentivos fiscais como forma de fomentar as atividades culturais a partir do desconto do ICMS devido das empresas em favor da aplicação desses recursos em projetos culturais. A Lei 10.846, primeira legislação de incentivo fiscais do Rio Grande do Sul, permitia a transferência de 0,5% da receita líquida total e limitando em 3% o valor do saldo devedor do ICMS de cada período de apuração da empresa apoiadora do projeto cultural. Em 2001, uma nova lei, de número 11.598, modifica o valor de 0,5% da

⁸ Informações detalhadas disponíveis no endereço eletrônico do BNDES: www.bndes.gov.br

transferência da receita líquida para uma tabela escalonada com alíquotas diferentes para cada valor total de ICMS (WALDEMAR, 2006), conforme abaixo:

De	Até	Alíquota	Valor a Crescer
-	50.000,00	0,20	0,00
50.000,00	100.000,00	0,15	2.500,00
100.000,00	200.000,00	0,10	7.500,00
200.000,00	400.000,00	0,05	17.500,00
400.000,00	Infinito	0,03	25.500,00

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

Tabela 4 - Alíquotas de dedução de imposto – Valor do ICMS a recolher

As áreas culturais que podem apresentar projetos para receber apoio com base na Lei de incentivos fiscais riograndense, em seu artigo 5º, são: artes plásticas e grafismos; artes cênicas e carnaval de rua; cinema e vídeo; literatura; música; artesanato e folclore; acervo e patrimônio histórico e cultural. Importante mecanismo reserva a Lei para estimular o consumo cultural com a isenção do pagamento de qualquer taxa para frequência de alunos e professores da rede pública do ensino médio, em exposições, mostra de artes, entrada de museus, participação em seminários, palestras ou quaisquer outras atividades culturais organizadas pelo Estado.

Segundo Felipe Waldemar (2006), os incentivos fiscais aumentaram a capacidade de financiamento das atividades culturais, promovendo ações de políticas públicas para a cultura que priorizaram o setor artístico, por seu mérito e produzindo desenvolvimento sócio-econômico.

Em estudo realizado por Portugal et.al. (2007) referente aos efeitos econômicos do incentivo à cultura na produção cinematográfica riograndense mostra que a partir de 1998, houve um aumento significativo no número de emprego do setor audiovisual em relação ao mesmo setor em nível nacional, atingindo 6,1% em 2001. Em relação ao número de empregos gerados dentro do Rio Grande do Sul, o estudo mostra que o emprego no setor audiovisual teve um crescimento anual médio de 3,20% e o emprego total do Estado cresceu 2,30% em média. Combinado a este dado que mostra o crescimento do setor do audiovisual gaúcho, o estudo identificou que as ações de incentivo contribuíram também para a composição interna do setor como a produção e projeção de filmes e exemplifica dizendo que “o peso do emprego associado ao segmento de produção de filmes e fitas de

vídeo subiu de 13,4% em 1995 para 22,8% em 2002, enquanto o segmento de projeção de filmes e vídeos a participação sobe de 44,5% para 62,3%”.(PORTUGAL et. Al., 2007, p. 38).

O trabalho mostra que a partir da Lei de Incentivos Fiscais do Rio Grande do Sul, a LIC, e da Lei do Audiovisual do Governo Federal, houve uma repercussão positiva sobre o setor do áudio visual gaúcho promovendo ganhos de especialização produtiva motivando também a participação dessa produção, como alcance desses ganhos, em mostras e festivais nacionais e internacionais de cinema.

5.5 A realização de eventos com a participação da sociedade como estratégia para consolidar diretrizes de políticas culturais

Em 2004, a cidade de São Paulo cedia o Fórum Cultural Mundial, em sua primeira Conferência Global, congregando representantes de quase todos os países. Este Fórum colocou a cultura no centro da discussão sobre a sua importância no mundo contemporâneo. No discurso de abertura, o Presidente Lula afirma que a cultura ao mesmo tempo em que é a expressão da afirmação humana deve, junto com a produção cultural, ser encarada como fator de geração de renda e emprego, de inclusão social, de cidadania, de crescimento individual e coletivo, e de inserção soberana no processo de globalização. Reconhece que o poder público não pode desconhecer o papel fundamental que desempenha no contexto das negociações econômicas e políticas de nossos dias.

O Fórum Cultural Mundial resulta na publicação da “Carta de São Paulo”, que sinaliza direitos culturais como integrantes dos direitos humanos destacando que cada sociedade, grupo social e indivíduo tem um patrimônio cultural singular, que vão além das expressões artísticas, refletido em um sistema de valores, um modo de pensar, fazer e sentir próprio, a partir do qual se dá a sua identidade e que a cultura sendo uma das dimensões do desenvolvimento humano, o crescimento econômico e as trocas internacionais de bens, serviços e conteúdos econômicos e culturais devem ser culturalmente sustentáveis onde a cultura e as indústrias criativas desempenham papel importante na geração de renda e emprego, na qualificação das relações entre os indivíduos e na construção da paz entre os países.

Neste Fórum Cultural Mundial as idéias de que a cultura é um mercado, cujo setor da economia apresenta impacto em termos de emprego, além de crescimento econômico e

de inserção social, foram bem difundidas. Desta forma a “cultura precisa da vitalidade do setor cultural para existir” (François Nizery – Conselheiro de Cultura da Comissão Européia do Fórum Cultural Mundial, 2004, São Paulo. Caderno 2, p.36). O Fórum Mundial Cultural foi um marco para despertar a atenção dos produtores e gestores culturais sobre a visão e a abrangência da cultura tanto como processo de organização e inclusão social como estratégia para o desenvolvimento econômico e sustentável.

Neste período, que se refere ao início do primeiro mandato do Governo Lula, entendendo que as estratégias para as medidas de fortalecimento da cultura precisavam ser continuadas e intensificadas, e tendo a cultura como um campo institucional passível de ser organizado com vista à democratização das relações sociais e simbólicas, o Ministério da Cultura recebe uma nova estrutura e três Secretarias são criadas em substituição as outras existentes: Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas, Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos e, Secretaria de Articulação Institucional, todas ligadas ao Gabinete do Ministro. Esta nova estrutura tem como objetivo o planejamento de uma gestão compartilhada e participativa, em sintonia com as diretrizes gerais do governo e dos princípios do Plano Plurianual (PPA), com a preocupação da criação de políticas culturais e mecanismos que promovam ações sistemáticas para os diversos segmentos da produção cultural. Frederico Barbosa (2007) ressalta duas novas linhas de atuação do MinC com a criação de um programa de apoio às iniciativas culturais nas periferias e no interior do País e ou programa do patrimônio de natureza imaterial com a consolidação de legislação para o registro desse patrimônio, sendo reconhecida internacionalmente.

Outro passo importante para a consolidação do poder público para a elaboração de políticas públicas para a cultura foi a realização, em 2005, da primeira Conferência Nacional de Cultura, com a participação direta da sociedade, dos produtores e agentes culturais. A Conferência Nacional de Cultura foi a maior consulta pública do setor cultural que teve início com as conferências e seminários setoriais, as conferências municipais, intermunicipais, estaduais e, por fim, a plenária nacional. A 1ª Conferência Nacional de Cultura representou a primeira ação coordenada entre os entes da federação, as entidades e os movimentos da sociedade civil.

A Conferência adotou uma metodologia que pudesse organizar procedimentos a partir de uma construção coletiva, para propor um conjunto de propostas que formariam o Plano Nacional de Cultura. As características centrais da metodologia adotada foi o registro das atividades dos grupos de discussão disponibilizadas em painéis; priorização

coletivas das atividades propostas com adoção de valoração como procedimento; interatividade entre os grupos de discussão; sistematização das propostas pelos grupos de discussão que eram apresentadas em cartelas; concluídos os trabalhos dos grupos de discussão e priorizadas as propostas, as cartelas eram disponibilizadas para os demais participantes valorassem, pontuando as propostas. Para facilitar as discussões, a organização dos grupos de discussão foi orientada por cinco eixos temáticos: Gestão pública e cultura; Cultura é direito e cidadania; Economia da Cultura; Patrimônio Cultural; Comunicação é Cultura.

O próximo passo para consolidar uma política nacional para a cultura seria organizar as propostas votadas na 1ª Conferência Nacional de Cultura para compor o Plano Nacional de Cultura.

5.6 Políticas setoriais de cultura como elementos de políticas culturais

Ainda na década de 1990 duas modalidades de ações, segundo Barbosa da Silva (2007), são desenvolvidas enquanto políticas para a área cultural:

. Política de eventos – que mesmo com ações fragmentadas, desarticuladas e isoladas promoveram efeitos multiplicadores significativos com o estímulo a produção e circulação dos produtos culturais como os festivais, a realização de concursos e a concessão de prêmios e bolsas onde se destaca o premio Grande Premio Cinema Brasil, premiando atores, autores, cineastas e técnicos, reconhecendo a retomada da produção do cinema brasileiro. O concurso na área do teatro, promovido pelo Ministério da Cultura – Concurso Nacional de Textos Teatrais -, o Bolsa Virtuose que concede bolsa para artistas participarem de especializações no exterior, a realização da Mostra de Curtas e Documentários – O Cinema dos Brasileiros -, o programa Encena Brasil concedendo prêmios para os grupos teatrais e de dança e ajuda de custo para os deslocamentos durante a circulação dos espetáculos, merecem referência como os principais eventos promovidos pelo Ministério da Cultura e que tiveram financiamento por intermédio das leis de incentivo;

. Políticas Culturais – conjunto de medidas composto por políticas sistemáticas, institucionalizadas e com caráter contínuo cuja tônica encontra-se na elaboração de normas

e procedimentos que servirão de base para outras medidas que foram adotadas como o investimento em equipamentos culturais, apoio a ações e manifestações específicas.

A partir do ano 2000, com a entrada do novo século o Brasil, provavelmente estimulado pelas orientações das declarações assinadas nas conferências internacionais referentes à cultura e desenvolvimento e que o país é signatário, o Governo Federal dá continuidade a implementação de importantes ações consolidando medidas de políticas culturais que são coordenadas e desenvolvidas pelo Ministério da Cultura. Já no início da década, em 2001, foi instituído o Programa Nacional de Desenvolvimento do Cinema (PRODECINE) com recursos vinculados a um fundo para o cinema.

Como políticas setoriais, importantes elementos de políticas públicas, o Ministério da Cultura, a partir da sua reformulação, implantou o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, tem conduzido suas ações com base em eixos estruturantes definindo como estratégicos os seguintes segmentos:

- . Audiovisual através da Secretaria do Audiovisual;
- . Patrimônio, Memória e Cidadania com a reformulação do Instituto do Patrimônio Histórica, Artístico Nacional (IPHAN) e a criação do Sistema Nacional de Museus;
- . Cidadania e Tecnologias Sociais, com ações do Programa Cultura Viva e a instalação de Pontos de Cultura;
- . Identidade e Diversidade Cultural com o Programa de Identidades e Diversidade Cultural alcançando grupos sociais e comportamentos culturais até então desconsiderados pela ação pública;
- . Cultura Afro-brasileira, com atuação decisiva da Fundação Cultural Palmares;
- . Democratização, Modernização e Alcance Nacional a partir da reestruturação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) destacando a Caravana Funarte de Circulação de Espetáculos e o Premio de Estímulo na área do Circo, o Projeto Pixinguinha, o Pauta Funarte de Musica Brasileira, a Rede Nacional de Artes Visuais;
- . Economia da Cultura com um programa específico inserido no Plano Plurianual a partir de 2007, com a elaboração de parcerias com o IBGE, IPEA, BNDES, APEX, SEBRAE e BID, para prover estudos voltados para conhecer o encadeamento das atividades culturais, o levantamento de dados e realização de estatísticas, ações voltadas para a capacitação profissional e a criação de mecanismos para a melhoria da produção e ampliação da circulação do produto cultural e sua inserção nos mercados nacional e internacional;

. Direitos Culturais e Cidadania na perspectiva da ampliação da democracia e do acesso a educação e a cultura; e,

. Comunicação é Cultura que visa proporcionar a integração da sociedade a partir dos sistemas de informação e dos dispositivos de veiculação dos conteúdos culturais como os transmitidos pelas Televisões, na internet e outros dispositivos eletrônicos.

Importantes medidas de políticas públicas foram implantadas para a área do patrimônio. A valorização, reconstrução e proteção do patrimônio edificado foram possibilitadas com o Programa Monumenta (inspirado em experiência do Equador, em Quito), desenvolvido em parceria com a UNESCO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo Federal ainda no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Com pouco mais de 102 áreas, sítios ou conjuntos de monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), o Programa Monumenta iniciou sua ação nos centros históricos de Ouro Preto (MG), Olinda (PE), que tem como principais objetivos: sustentabilidade, replicação ou reprodução do patrimônio protegido, com acompanhamento de indicadores que pudessem demonstrar o desenvolvimento do lugar como, por exemplo, o aumento dos impostos gerado pelo município.

Aportando uma metodologia participativa de gestão partilhada, o Programa Monumenta, segundo Taddei Neto (2003), foi elaborado por entender que o patrimônio histórico edificado agrega a seu valor simbólico o valor imobiliário e orienta a criação do Fundo Municipal de Preservação, dirigido por um Conselho Curador representado pelas três esferas do poder, para possibilitar o repasse e utilização dos recursos para as localidades inscritas no Programa. Os recursos são formados por 2/3 do poder público e 1/3 em parceria com o setor privado. Devido o perfil do Programa Monumenta, foi necessário investir na formação de profissionais especializados em áreas específicas como restauro, criando três centros de restauradores em Ouro Preto, Olinda e Rio de Janeiro. O reunia em 2003 “26 cidades, em dezoito estados da Federação. Sete entre essas cidades pertencem à lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO” (NETO, 2003, p. 112).

Para o apoio a produção cinematográfica, em 2001, a Medida Provisória número 2.228, enquanto instrumento legal de políticas públicas, criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional (PRODECINE), a Agência Nacional do CINEMA (ANCINE) e o Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). Com “a criação da Agencia Nacional do Cinema Brasileiro (ANCINE), do

Conselho Superior de Cinema e a reestruturação do financiamento da produção de cinema, som e vídeo, ocorreu forte reconfiguração do papel da administração pública na área” (BARBOSA DA SILVA, 2007, p. 23), computando algo em torno de 15% de lançamentos de filmes nacionais no mercado, registrando 10,43% a frequência de público, segundo os dados do MinC.

Para a produção e circulação de livros, importante produto cultural para os processos de formação, informação e escolarização, mesmo havendo um mercado dinâmico ainda há uma grande faixa da população que não tem acesso a eles em função do preço e do número de livrarias. Uma estratégia foi de implantar uma rede de bibliotecas públicas e implementar uma política de compra e repasse de acervos para essas bibliotecas. A criação do Sistema Nacional de Bibliotecas, sob a coordenação da Fundação Biblioteca Nacional, tem estimulado a criação de sistemas estaduais e municipais e em 2001 o IBGE registrava que 78,7% dos municípios brasileiros possuíam esse equipamento cultural, com a implantação de 1.471 bibliotecas, significando uma ampliação de 38% do número de bibliotecas, segundo estimativas do MinC.

Como apoio para a erradicação da pobreza e a geração de emprego através das atividades culturais o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil tem destaque o programa cultura viva que tem por objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade a iniciativas culturais de todo o Brasil que valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania, conforme registra o MinC. O programa é concretizado em *pontos de cultura* a partir de convocação por editais dos quais qualquer manifestação cultural brasileira pode participar. Os projetos selecionados recebem uma verba de R\$150 mil e um conjunto de equipamentos digitais multimídia com computadores, câmeras de cinema e ilhas de edição. A partir de uma parceria com o Ministério das Comunicações, todos os *pontos de cultura* são ligados em rede efetuando uma interação simbólica e cultural que passa ao largo dos grandes conglomerados da comunicação brasileira.

Ainda em 2004, no primeiro semestre, foi construído o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Informações Culturais como uma das prioridades do Ministério da Cultura para a melhoria das capacidades de atuação das instituições públicas de cultura e na dinamização da economia da cultura. O Sistema Nacional de Cultura atua articulado com os sistemas setoriais de cultura – museus, bibliotecas, arquivos, patrimônio e pontos de cultura, e pelo Conselho Nacional de Política Cultural e pelos governos

estaduais, pelos Sistemas Estaduais de Cultura, pelos governos municipais e pelas organizações não governamentais de caráter cultural. A esfera pública é o foco do Sistema Nacional de Cultura cujos governos estaduais e municipais manifestam sua inserção no Sistema a partir da assinatura do Protocolo de Intenções que estabelece critérios, prazos e orientações sobre as diretrizes políticas, institucionais e de recursos financeiros para a cultura.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Adesão ao Sistema Nacional de Cultura	Ciência da Elaboração do Plano Nacional de Cultura
Brasil	5564	1888	1257
Região Norte	449	76	137
Rondônia	52	3	15
Acre	22	11	1
Amazonas	62	11	15
Roraima	15	-	3
Pará	143	28	63
Amapá	16	3	9
Tocantins	139	20	48
Região Nordeste	1793	506	445
Maranhão	217	53	53
Piauí	223	27	54
Ceará	184	151	15
Rio Grande Norte	167	31	29
Paraíba	223	66	71
Pernambuco	185	51	57
Alagoas	102	40	29
Sergipe	75	28	26
Bahia	417	59	111
Região Sudeste	1668	688	357
Minas Gerais	853	323	177
Espírito Santo	78	31	22

Rio de Janeiro	92	29	36
São Paulo	645	305	122
Região Sul	1188	474	217
Paraná	399	184	71
Santa Catarina	293	113	46
Rio Grande Sul	496	117	100
Região Centro Oeste	466	144	101
Mato Grosso Sul	78	54	17
Mato Grosso	141	65	35
Goiás	246	25	48
Distrito Federal	1	-	1

Fonte: IBGE, 2006

Tabela 5 - Municípios com adesão ao Sistema Nacional de Cultura e Ciência da Elaboração do Plano Nacional de Cultura, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2006

Os museus são instituições imprescindíveis para a valorização e dinamização dos espaços de memória e por isso, nessa nova configuração de administração pública da Cultura, ações específicas para os museus passaram a fazer parte das estratégias das políticas para o desenvolvimento do setor que se encontrava em estado de esquecimento da gestão pública. Em 2003, então, com a reformulação da Coordenação Geral de Museus e Artes Plásticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, extinta com a reestruturação do Ministério da Cultura e com a avaliação da necessidade de um tratamento diferenciado e especial para os Museus, entra em funcionamento o Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU vinculado ao IPHAN, sendo criado com o Decreto 5.040/2004, com o desafio da modernização dos museus nacionais com o objetivo de promover a sustentabilidade desses equipamentos culturais.

A realidade, mostrada através dos números, é de grandes desafios com uma distribuição muito desigual no Brasil, onde 82,6% dos municípios brasileiros, segundo o IBGE, não possuem museus, além da carência de recursos humanos adequados e habilitados para a gestão e as atividades próprias dos museus.

Em 2003 é lançada a Política Nacional de Museus em atendimento as urgentes demandas da área museológica. Das atividades da gestão, o Programa Museu: Memória e Cidadania, tem contribuído para a revitalização de importantes museus da União, com a criação de museus em comunidades e a revitalização dos museus estaduais, municipais, públicos e privados com o Edital de Modernização de Museus e estimulando a criação de novos museus em municípios onde não existe esse equipamento cultural com o Edital Mais Museus, além dos recursos adicionais da Caixa Econômica Federal, do BNDES e da PETROBRÁS elaboram editais específicos para atender os museus e aos acervos documentais, sempre em consonância com a Política Nacional de Museus.

Esta atitude proporcionou “o estabelecimento de uma política pública abrangente capaz de articular o sistema de museus aos espaços públicos estaduais, municipais e federal, bem como envidar articulações de nível internacional, como já acontece com Portugal e Espanha”(BARBOSA DA SILVA,2007, p. 115). Dessas parcerias internacionais com Portugal esta em vigência um acordo de cooperação técnica e a articulação com a Rede Portuguesa de Museus e com a Espanha, como estratégia para mapear a diversidade dos museus brasileiros, o Cadastro Nacional de Museus, e ainda o Sistema Ibero americano de Museus que já se encontra em pleno funcionamento. Destaca-se o Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia oferecendo cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional para todos os museus brasileiros, estimulando a criação de cursos superiores de graduação em museologia nas universidades públicas e na realização do Mestrado em Museologia na UniRio no Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 2004, em novembro, foi criado através do Decreto 5.264, o Sistema Brasileiro de Museus como avanço do desenvolvimento do setor e como um importante mecanismo de interlocução entre os diversos agentes dos museus. Como estratégia de aproximação das instituições e com a intenção de criar ambientes de discussão sobre as questões dos museus e da museologia, foi instalado o Fórum Nacional de Museus que já realizou três importantes eventos bianuais e a orientação para a realização dos Fóruns Estaduais e Municipais e intensificação de eventos com adesão em cadeia, nas datas significativas para o setor como o Dia Nacional dos Museus e a Primavera dos Museus. Em 2009, em 20 de janeiro, com a sanção pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da Lei número 11.906, é criado o Instituto Brasileiro de Museus –

IBRAM, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, coordenará a Política Nacional de Museus.

O Plano Nacional da Cultura (PNC) está previsto na Constituição Federal com a Emenda Constitucional número 48, em 2005. Durante o ano de 2007, audiências públicas foram realizadas na Câmara dos Deputados Federais promovendo um amplo debate sobre o PCN. Para 2008, foram realizados seminários pelo País e uma série de debates pela internet. O Plano Nacional de Cultura é um “documento que busca abranger as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações geográficas, origens étnicas, e demais situações identitárias”(PNC, 2008, p. 10). O PNC encontra-se na Câmara dos Deputados como um projeto de lei que após aprovado seguirá para o Senado Federal para análise e aprovação para depois receber a sanção presidencial.

A proposta do Plano Nacional de Cultura engloba sete conceitos e valores norteadores, 33 desafios e cinco estratégias gerais: Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais; Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural; Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais⁹. Compõem ainda mais de 200 diretrizes, divididas por modalidades de ação do Estado. Como uma perspectiva de longo prazo o PNC deverá em 2018 estabelecer parâmetros para a realização de ações de médio e curto prazos indicativas ao Plano Plurianual e a execução orçamentária anual da União, Estados e Municípios

Todas essas informações apresentadas fazem parte de um processo de desenvolvimento de ações que consolidam as políticas públicas do setor cultural no País de forma a superar os desafios que se apresentam diante da complexidade da cultura em toda a sua dimensão.

5.7 Iniciativas de organizações civis como mecanismo de apoio ao desenvolvimento econômico e cultural, fortalecendo as políticas públicas

⁹ O detalhamento de todo o Plano Nacional de Cultura pode ser visto no endereço eletrônico do Ministério da Cultura: WWW.cultura.gov.br

O caso do SEBRAE-

O SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma organização civil sem fins lucrativos que fomenta o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, como estratégia de políticas que fomentem o desenvolvimento econômico e social do país a partir do fortalecimento dos pequenos negócios.

Com as mudanças que a instituição vem passando o interesse pela cultura tem ganhado relevância em função de suas estratégias setoriais de atuação como no Programa SEBRAE de Artesanato e por entender que a dimensão cultural perpassa pela ambiência dos pequenos negócios além de compreender que a cultura tem participação ativa nos processos produtivos movimentando, conforme a revista Marketing Cultural, R\$ 7 bilhões por ano. Nesta vertente a entidade deixa de atender a empresa individualmente e passa a considerar todo o seu ambiente. O SEBRAE tem intenções de conhecer como o segmento cultural se articula com suas cadeias produtivas e qual o espaço que pequena empresa tem na atividade cultural.

Vinícius Lages, Gerente da Unidade de Atendimento Coletivo, Comércio e Serviços do SEBRAE Nacional (2007), considera que a cultura, no concerne ao cumprimento da missão do SEBRAE, se apresenta como um conjunto de recursos, ativos, a serem mobilizados e transformados em empreendimentos e negócios ou como amálgama de grupos de empresas, instituições e atores do desenvolvimento. Este Gerente reconhece que as transformações ocorridas na economia global e o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, onde a educação, a informação, a comunicação e o entretenimento, enquanto dimensões da cultura, ganharam posição de centralidade na dinâmica econômica. Desta forma o SEBRAE institui um Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE no segmento da Cultura e Entretenimento por considerar o ilimitado potencial de crescimento e seu vínculo com o setor de serviços e lazer, por possuir uma produção limpa, gerando produtos com valor econômico agregado, por ser um setor onde o desenvolvimento econômico está fortemente vinculado ao desenvolvimento social e pelo seu potencial altamente inclusivo. Com modelo de gestão baseado na Gestão Estratégica Orientada para Resultados, orientada em dois eixos, define como diretrizes:

1) Eixo da Economia da Cultura:

a) reconhecimento das vocações e identidades – promovendo estudos de cadeias de valor, modelos de negócios, impactos de inovações tecnológicas, formulação de

indicadores específicos para o monitoramento e avaliação dos projetos, realização de diagnósticos e proposições para o desenvolvimento de segmentos como dos mercados internos e externos, do acesso da população a produtos e serviços, da política de fomento estabelecida pelo setor público e ainda, realizar inventários e cartografias das referências culturais locais e regionais e promover a difusão dos resultados dos estudos através de seminários, palestras, meios eletrônicos e impressos;

b) capacitação empreendedora – promovendo a qualificação e atualização de profissionais, empreendedores do setor, com foco na gestão empresarial, inclusão digital, novos modelos de negócio, propriedade intelectual e comércio exterior, com vista a melhorar a inserção nos mercados internos e externos;

c) acesso a financiamentos e serviços financeiros – articulando parcerias e promovendo a divulgação de mecanismos adequados de financiamento a produtores e empresas da cultura;

d) promoção de negócios – promovendo a ampliação dos negócios da cultura e do entretenimento, estimulando as exportações e comercialização de produtos e serviços;

e) inovação, tecnologia e aprendizagem – reconhecendo as potencialidades, identificando as vocações locais e territoriais para a valorização das práticas culturais e de entretenimento através de incubadoras culturais, da gestão do patrimônio natural e cultural, da tematização de territórios, de estudos de indicadores de criatividade;

f) formação de redes – criação de instâncias de diálogo, como conselhos, fóruns, conferências, núcleos setoriais, que permitam a participação e o protagonismo nas decisões, protegendo e difundindo os conhecimentos, fortalecendo o associativismo, o cooperativismo e a formação de redes de cultura;

g) políticas públicas – articulação para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a Economia da Cultura, visando a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento cultural, apoiando e estimulando a adequação e formulação de leis de incentivo à cultura, promovendo a integração de parceiros públicos e privados para a otimização de recursos e ações;

h) comunicação e difusão - divulgação dos casos de sucesso como diferenciais estratégicos das comunidades e dos segmentos culturais com vista a aumentar a competitividade no mercado, promoção de prêmios e concursos, elaboração de planos de marketing cultural.

2) Eixo da Culturalização da Economia:

- a) Identificação de saberes, fazeres, costumes e tradições locais;
- b) tematizar rotas e equipamentos turísticos;
- c) Inovar mix de produtos e serviços locais a partir dos conteúdos simbólicos: artesanato, turismo, gastronomia, agronegócios;
- d) utilizar a indicação geográfica como estratégia de negócios;
- e) articular o tradicional e o inovador nos métodos de trabalho produzindo a confluência de símbolos – design para os produtos e embalagens.

A atuação do Sistema SEBRAE na cultura e entretenimento definiu como segmentos prioritários: o produto da música como os CDs, DVDs, festivais, espetáculos e fonogramas; o audiovisual como o cinema, a TV, os conteúdos de internet, a animação, jogos eletrônicos, fotografia e novas mídias; as manifestações populares definidas como as festas do carnaval, do São João, do Peão de Boiadeiro, dos Bois Bumbá e de Parintins, os batuques, jongos, congadas, folias, manifestações religiosas populares; artes cênicas e performáticas como o teatro, a dança, o circo, a ópera e a mímica.

Essas prioridades devem ser adequadas nos SEBRAE dos Estados e deve envolver os empreendedores individuais e coletivos formais e informais que atuam ou pretendem atuar no setor cultural além dos gestores e agentes culturais, as organizações, empresas e entidades culturais, bem como os veículos de comunicação e divulgação.

6 ESTUDO DE CASO: RORAIMA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO À LUZ DA ECONOMIA DA CULTURA

Os assuntos discutidos nos diversos temas apresentados no decorrer do trabalho foram utilizados como argumentos para compreender como as sociedades se estruturam com a dinâmica cultural e como esse movimento ganha celeridade e promove grandes mudanças com a modernização do mundo quando desenvolve novas tecnologias. Entender como essas questões se refletem no comportamento dos indivíduos, nos processos econômicos dos países, das regiões, das cidades, dos grupos sociais e como o poder público pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com a adoção de medidas econômicas e de políticas públicas.

Ao abarcar as dimensões que estão implícitas nos pontos que se apresentam, amparados na Economia da Cultura, é possível conduzir o tema para uma situação local a fim de permitir que situações não percebidas possam ser trazidas à tona como elemento para discussões como contribuição, cuja consequência seja ações que permitam que o Estado de Roraima alcance seu intento que é promover o desenvolvimento e o crescimento de forma sustentável, no sentido amplo que o termo requer.

Em função de sua localização geográfica, por razões da história do processo de ocupação colonizadora do País, esta área do Brasil, mesmo sendo utilizado o mesmo processo de “ocupar o vazio demográfico”, teve a dinâmica de sua ocupação diferenciada, orientando o perfil da formação da sociedade local.

Partindo dessa premissa o estudo se volta para situar a cultura como inerente aos processos de desenvolvimento social e econômico entendendo que o setor cultural contribui com esse processo e se torna um fator que pode ser estratégico do Estado de Roraima.

6.1 Processo histórico dos fluxos migratórios e da ocupação urbana de Roraima

A história da ocupação do vale rio Branco remonta às primeiras explorações portuguesas na Amazônia. Já em 1637 são iniciadas as viagens exploratórias de Pedro Teixeira por essas regiões. Um conflito registrado em 1770, com os espanhóis, acarretou na construção do Forte São Joaquim do Rio Branco, na confluência do rio Uraricoera e

Tacutu, favorecendo a instalação de efetivo militar na região. A partir daí pequenos povoados foram distribuídos ao longo dos principais rios, que somados aos indígenas que já habitavam essas áreas, promoveu o aumento do contingente populacional. Ainda nesta época, as primeiras cabeças de gado, em função da existência de áreas de pastagens naturais, são introduzidas como forma de estimular a fixação das pessoas, de fornecimento de carne bovina para algumas vilas da Capitania, e incentivar a colonização no rio Branco, o que levou a coroa portuguesa a fundar três Fazendas Nacionais. Conflitos entre os indígenas e os colonizadores, as doenças transmissíveis e pelas dificuldades inerentes a localização afastada, levou ao despovoamento da região. (BARBOSA, 1993)

Uma nova tentativa de povoamento ocorreu em 1840, com missionários religiosos, com a “tentativa de instalação de um povoamento indígena sob o comando religioso”(BARBOSA, 1993, p.132), mas que feneceu em 1849, fazendo existir um deserto demográfico. Em 1858, para conter as forças inglesas na área, foi estabelecida a Freguesia Nossa Senhora do Carmo, com estímulo ainda do governo provincial com a concessão para particulares, de títulos de terra para a criação de gado, sem muito sucesso. Com a seca do Nordeste, em 1877, e a exploração da borracha no Amazonas, tem intensificado nessa região, o processo de ocupação, contando, no final do Século XIX, com 1000 indivíduos e nos arredores de Boa Vista 27 casas.

Com a Proclamação da República e a organização do Estado Brasileiro, em 1890, é criado o Município de Boa Vista do Rio Branco. Os conflitos políticos em outras regiões brasileiras e o declínio da extração da borracha ocasionaram estagnação nessa área. Por volta de 1910, a exploração mineral atraiu por volta de três mil pessoas que se instalaram nas áreas garimpeiras. O explorador Hamilton Hice, que esteve por aqui em 1924, informa que o maior aglomerado populacional era a vila de Boa Vista com aproximadamente 1.200 pessoas. Em 1926 essa Vila é elevada a categoria de cidade de Boa Vista e com a descoberta de minas de diamantes na Serra do Tepequém, “centenas de pessoas vindas das mais diferentes regiões do Brasil, migram para essa região, a procura do rápido enriquecimento”. (BARBOSA, 1993, p. 137).

Em 1940, havia no município de Boa Vista uma população de aproximadamente 10.500 pessoas, excluindo dessa contagem os indígenas, registrando uma densidade demográfica de 0,06 hab./km², oitenta vezes menor que a média nacional. Devido o abandono dessa região, o Presidente Getúlio Vargas cria em 1943, em meio da II Guerra Mundial, o Território Federal do Rio Branco em uma área de 230.104 km², que em 1962

passa a ser Roraima, e estabeleceu que Boa Vista fosse a capital dessa unidade da federação, com o intuito de preservar e garantir o domínio nacional com o imperativo da ocupação humana. A partir dessa decisão são iniciados os trabalhos de infra-estrutura com abertura de estradas, abastecimento de água, unidades de saúde e educacional, a implantação de colônia agrícola e a primeira tentativa de assentamento humano como ato organizado pelo poder público. Este fato instrui a organização política dando o início a instalação do poder público nesta área. Isto significa dizer que somente após esse evento as instituições e as ações governamentais começam a se consolidar. Neste período existiam dois Municípios: Caracará e Boa Vista.

Em 1950, o censo contabilizou 18.116 pessoas no Território Federal de Roraima, “80% a cima da contagem de 1940”(DINIZ e SANTOS, 2006, p.2). Em 1960 a população estava em torno de 28.000 habitantes e em 1970 chegou a 40.880, alcançando o numero de 79.159, em 1980. O principal incentivo para a ocupação foi o de oferecer melhores oportunidades aos nordestinos originários de regiões castigadas pela seca e ao fixá-los em áreas rurais atingiam um objetivo maior que era ocupar os grandes espaços vazios do território.

Em 1982, a Lei 7009 de 1º de julho, cria os municípios de Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz do Anauá. Entre 1987 e 1991, um intenso fluxo de pessoas 40.000 pessoas chegou atraído pela exploração de ouro e diamante. A pesar dos atrativos serem de ordem rural (agricultura e exploração mineral), a precárias condições para a permanência e sem infra-estrutura nessas localidades, e o fechamento dos garimpos que a maioria encontrava-se em áreas ocupadas tradicionalmente por indígenas, a maior parte desse contingente populacional acabou migrando para a cidade de Boa Vista. (DINIZ e SANTOS, 2006).

Em outubro de 1988 é promulgada a Constituição Federal e com ela a criação do Estado de Roraima. Em 1990 o primeiro Governador eleito por voto direto, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, é empossado e um novo projeto para ocupação dessas áreas é implantado. Em 1994, são criados novos municípios: Caroebe, Iracema, Pacaraima, Amajari, Cantá, Uiramutã e Rorainópolis. No ano de 2000, o censo do IBGE informava 324.397 habitantes no Estado de Roraima

Assim tem-se Roraima, o Estado localizado mais ao Norte do Brasil e faz fronteira ao Norte e Oeste com a República Bolivariana da Venezuela, ao Norte e Leste com a República Cooperativista da Guiana e divisa ao Sul e a Oeste com o Estado do Amazonas e

a Leste com o Estado do Pará. Com área territorial de 224.298,98 km² (SEPLAN 2008), possui 15 municípios: Boa Vista a capital, Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajai, Normandia, Pacaraima, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Uiramutã.



Mapa 1 - Fonte: SEPLAN, 2008

Com população estimada em 391.317 habitantes (IBGE, 2005), apresenta como característica a ocupação concentrada nas zonas urbanas, com taxa média de crescimento, para o período de 2001 a 2005, de 3,86%, que corresponde aproximadamente 13.500 indivíduos por ano, sendo que pelo menos 3000 são imigrantes em idade produtiva que buscam, em Roraima, sua inserção no mercado de trabalho.

A tabela 6, a seguir, mostra a evolução do crescimento populacional de Roraima e sua variação percentual, nos últimos quase vinte anos:

Ano	População	Varição (%)
1998	260.705	-
1999	266.922	2,4
2000**	324.397	21,5
2001*	337.327	4,0
2002*	346.871	2,9
2003*	357.302	3,0
2004*	381.896	6,9
2005*	391.317	2,5
2006*	403.334	3,1

Fonte: IBGE; * estimativa; ** censo realizado

Tabela 6 - Crescimento Populacional

De acordo com os dados do censo do IBGE realizado em 2000, dos 324.397 habitantes, 247.016 residiam nas áreas urbanas e 77.381 na área rural. Observa-se no ano de 2000, uma variação do crescimento da população extremamente superior à média, que foi provocada pelo estímulo a ocupação de áreas nos municípios de Cantá, Iracema e Rorainópolis para atividades agrícolas e extrativistas, como estratégia de ocupação para fins de implementação de programas de desenvolvimento econômico. Diante desse quadro o governo entende que o maior desafio da gestão pública é a organização de setores produtivos para a geração de emprego e renda. (SEPLAN, 2008)

O Estado de Roraima, como característica de sua formação humana, apresenta um grande número de ameríndios pertencentes a diferentes etnias, que segundo estudos iniciados em 1996 (Namem, et al, 1999), é composto por integrantes das etnias Yanomami, de língua isolada, Ye'kuana, Ingaricó, Macuxi, Taurepang, Waimiri-Atroari e Wai-Wai, de línguas Karib, e Wapixana, de língua Arawak.”(NAMEM et alii, 1999, p.2). Conta, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com 15.000 Yanomami e 31.106 indivíduos das demais etnias, segundo dos dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), totalizando em 2006, 46.106 ameríndios e por migrantes oriundos de vários Estados brasileiros, vindos do Norte, com maior contingente do Nordeste, destacando o Estado do Maranhão, e por estrangeiros procedentes dos países limítrofes, Colômbia e Equador.

A cidade de Boa Vista, com melhor infra-estrutura, oferta de bens e serviços públicos e privados, com a maior presença do poder público, sendo, portanto, o centro mais dinâmico do Estado, concentra 62% da população, com densidade demográfica de 37,57 hab/km² (SEPLAN, 2003), atraindo, com isso, o imigrante em busca de melhoria de suas condições de vida e estimulando as migrações internas já que outras cidades do Estado e a zona rural não dispõem de melhores condições estruturais.

A cidade de Boa Vista é o principal lugar de fixação humana, mas as questões que envolvem a ocupação urbana se repetem nas cidades dos demais municípios, com um contingente humano que se desloca estimulado pela oferta de oportunidades gerada por estratégias governamentais, que busca melhoria da qualidade de vida, formando um ambiente marcado por diferenças interagindo nesse espaço social.

A cidade passa a ser o lugar de muitos. Favorecida pelo fluxo migratório, próprio das sociedades contemporâneas como em Roraima, visto que o processo de ocupação apesar de iniciado no Século XVIII com inúmeras tentativas fracassadas, só se concretiza a partir de 1940, em pleno período da II Guerra Mundial, acompanhando uma tendência para essa época, estabelecendo o perfil das sociedades multiculturais. Envoltas no fenômeno da mobilidade humana, as cidades são complexas e precisam ser entendidas como um lugar de significativa interação social e cultural. As cidades constroem-se como lugares da alteridade, da reelaboração de identidades, como lugares de culturas híbridas.

Alexandre Diniz e Reinaldo Santos (2006) chamam a atenção para a impressionante capacidade de adaptação dos migrantes de Roraima neste novo destino, formando grupos de ajuda, contando uns com os outros. Desta forma estabelecem uma rede de solidariedade fortalecida pela exclusão social e econômica que, em muitos casos estão submetidos, desterritorializando processos simbólicos, reorganizando novas fronteiras culturais, resignificando a divisão do trabalho, a vida e seus elementos culturais. Como estratégia de sobrevivência no novo território, as incessantes relações entre os migrantes e as populações tradicionais, produz uma sociedade complexa e diversificada dentro de um “ambiente cultural fluido”, marcado por conflitos e profundas contradições, de múltiplas situações de encontro e da diversidade social, cultural e étnica, conforme expressa Carla Monteiro de Souza, pesquisadora de História da Universidade Federal de Roraima, se referindo aos processos migratórios em Roraima.

6.2 Cultura em Roraima: processo em construção

Entendendo a cultura como processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social onde a dinâmica da interculturalidade tem lugar, conforme propõe Néstor Canclini e compreendendo que a formação da sociedade de Roraima se dá pelo contato e interação entre os diferentes grupos e que o sentido da vida, suas práticas e significados são construídos na interseção de muitas culturas, é possível conceber o intenso movimento da construção de identidades locais que se materializam na produção cultural e se refletem em diversas manifestações.

Respeitando os saberes tradicionais de cada um dos diferentes grupos originários e dos demais grupamentos humanos que se deslocavam, produzindo forte contato, se reconhece a cultura como um conjunto de valores e materiais que se expressam nas idéias, hábitos, costumes, bens e artefatos, cujos significados, símbolos e signos podem ser apropriados, traduzidos e re-historicizados e que propulsionam a dinâmica da transformação social. Desde o início do Século XX, tem-se registro da existência de uma importante produção artística nessa região. Destaque se dá para a música com a composição e organização de grupos instrumental que chegavam e introduziam novos procedimentos para a produção cultural local. Outras formas e linguagens culturais ensinadas nos grupos escolares, como o canto, as artes plásticas e cênicas trazidas por missionários religiosos e professores que incorporados novos elementos com as frentes migratórias que iam se estabelecendo, criam novos hábitos, padrões alimentares, expressões idiomáticas, modos de manifestar a cultura. Muitos produtores culturais regionais iniciaram suas atividades estimulados pelas ações desenvolvidas nas escolas.



Prédio da Prelazia em Roraima, localizada no centro histórico da cidade de Boa Vista, construído no início do Século XX. Fonte: Portal do Governo de Roraima

Na década de 1980 é criada a unidade de gestão para as ações de cultura em Roraima com o Departamento de Assuntos Culturais, com o propósito de organizar o setor cultural. Neste período é também instalada a Biblioteca Pública, a Escola de Musica, o Museu Integrado de Roraima e, reformado o Teatro Carlos Gomes que abrigou na década de 1960, uma sala de cinema e estação da radio AM local. Neste período é criado ainda, o Parque Anauá como um lugar com a finalidade de uso da cultura, esporte e lazer. Todos esses equipamentos estão instalados na cidade de Boa Vista. Neste período existia uma sala de cinema, privada e as mídias de comunicação instalam suas sedes na cidade de Boa Vista. Ainda nesta época foram criados mais quatro novos municípios e em nenhum deles foi instalado qualquer equipamento cultural.

Na década de 1990, com a instalação do Estado de Roraima, foi construído o novo Palácio da Cultura, criada a Casa da Cultura em um imóvel no chamado centro histórico da cidade, tombada pelo patrimônio histórico. A Universidade Federal, a Escola Técnica Federal e as Faculdades particulares, todas sediadas na cidade de Boa Vista, implantadas neste período. São criados mais sete novos municípios e neles não se instalam equipamentos culturais. No início dos anos 2000, é criada a Universidade Virtual com pontos de acesso localizados em todas as sedes dos municípios. Em 2007 é criada a Universidade Estadual de Roraima que mesmo com a sede na cidade de Boa Vista, tem como principal característica a realização dos cursos multi campi, levando a formação superior aos moradores do interior de estado e como forma de fixá-los em seus municípios de origem.

A cidade de Boa Vista, em função da expansão urbana, concentra a produção e consumo de bens e serviços culturais, que por esta razão justificam a expansão de mercados e de pontos de distribuição cultural. É na cidade de Boa Vista que os maiores eventos se realizam tanto da produção local, como os carnavais, os arraiais juninos, as apresentações teatrais, musicais e as exposições das artes visuais, onde circula a produção literária local, bem como as atrações de grande vulto como os shows e espetáculos nacionais e internacionais. A indústria cultural, no sentido de processos de produção local se estabelece, então, na cidade de Boa Vista. Artistas e produtores culturais, em função da maior facilidade da difusão e distribuição de seus trabalhos, e por estarem no centro consumidor do Estado, procuram se estabelecer na cidade de Boa Vista, favorecendo o surgimento de núcleos e movimentos de artistas e produtores culturais. Nesta perspectiva a

noção da satisfação de consumo cultural, no sentido que vai além da apropriação de bens, ganha significado e com o acesso a produção, reforçado pelo acesso a informação, ampliam a capacidade de consumo dos indivíduos.



Foto: Taylor, 2004

Vista do centro da cidade de Boa Vista

Com o crescimento de outros núcleos urbanos, principalmente nas sedes dos municípios, surge a necessidade de melhorar a infra estrutura dessas cidades e os movimentos culturais começam a se organizar. Mesmo sem equipamentos culturais como bibliotecas, museus, cinemas, teatro, eventos são realizados, muitas vezes em espaços improvisados, atendendo a um calendário local dando oportunidade de atividades artísticas serem apresentadas, como a encenação da Paixão de Cristo no município de Mucajaí, as festas de rodeio e vaquejadas em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré no município de Normandia e Bonfim, os festivais de música no município de Rorainópolis, o carnaval fora de época no município de Pacaraima, os movimentos das quadrilhas juninas que surgem em diversos municípios, como os principais e que já gozam de destaque entre os mais conhecidos.

É a cultura, em suas diversas manifestações, organizando a vida social com base no desenvolvimento humano, pois oportuniza a participação da coletividade tanto no processo da produção quanto do consumo cultural. Mas nenhum desses eventos conseguiria se manter sem a presença do poder público que disponibiliza recursos financeiros, oriundos principalmente do Estado de Roraima, subsidiando todo o processo da produção e circulação. E, desta forma, o poder público contribui também para diminuir os custos do consumo cultural da população, permitindo a formação de capital cultural.

6.3 A participação do poder público no desenvolvimento cultural de Roraima

A gestão cultural em Roraima é, antes de qualquer coisa, um grande desafio uma vez que, o setor cultural do Estado, desde sua implantação, não tem recebido significativa atenção por parte dos agentes públicos e isso acaba por ocasionar um enfraquecimento deste setor, dificultando as estratégias que podem fortalecer os processos culturais e até a noção de identidade em seu caráter coletivo.

Os equipamentos culturais públicos não foram modernizados ou acrescidos em unidades e encontra-se em precárias condições de conservação. Os acervos bibliográficos são insuficientes, desatualizados e não estão informatizados. Muitos espaços encontram-se fechados, subutilizados ou são inadequados às práticas e atividades culturais. Espaços privados são insuficientes, com ambientes inadequados e estão concentrados na capital Boa Vista. Nos demais treze Municípios existentes os equipamentos culturais são inadequados ou inexistentes. O setor público de cultura de Roraima, em nível estadual e municipal, encontra-se frágil e desestruturado.

Em relação aos espaços e equipamentos culturais pertencentes ao poder público, disponibilizados em todo o Estado de Roraima, o quadro inspira preocupação: Apenas cinco municípios possuem biblioteca pública, criadas a partir das ações do Sistema Estadual de Bibliotecas em consonância a Fundação Biblioteca Nacional, sendo que o IBGE (2006) informa que este equipamento cultural esta presente em 89,1% do municípios; O único Museu, instalado na cidade de Boa Vista, com 24 anos de funcionamento passou a receber apoio financeiro a partir de 2003 com a Política Nacional de Museus e dos programas de difusão da ciência e tecnologia do MCT, de pequenas verbas alocadas por emendas parlamentares e com a participação em editais do MinC, FINEP, CNPq; A Escola de Música do Estado, com 26 anos de criação ainda não esta regulamentada, e há dois anos encontra-se fechada depois de uma reforma nas instalações com recurso proveniente de emenda parlamentar; A Biblioteca Pública do Estado, tem problemas de espaço físico e seu acervo é desatualizado, recebeu em 2008 uma verba de emenda parlamentar para aquisição de novos títulos literários; O teatro esta sem funcionar aguardando reforma e novos equipamentos de climatização, iluminação e sonorização; A Casa da Cultura, tombada em 1994, encontra-se fechada, em adiantado estado de deterioração, o Parque Anauá, local para praticas culturais, desportivas e lazer encontra-se

em estado de abandono. Na rede privada, existem duas sala de cinema que estão disponibilizadas na cidade de Boa Vista e seis municípios possuem videolocadoras.

Os documentos elaborados, para demonstrar as oportunidades de empreendedorismo, pelos setores governamentais e entidades de suporte dos meios produtivos, não indicam a cultura, como os centros de comercialização de artesanato, museu, casas de shows, como um fator de propulsão da economia local ou indicam que a infra estrutura existente possa promover circulação dos produtos culturais, como incentivadores do turismo ou como um setor produtivo. Esse quadro retrai a produção cultural. Com a escassez da oferta de bens culturais é essencial a presença do poder público para viabilizar as atividades culturais, com medidas de políticas culturais que promovam o aumento da oferta a uma quantidade ótima que estimulem o consumo desses bens com vista melhorar o bem estar da sociedade.

A atuação do poder público procura, modestamente, prover recursos básicos para a difusão da cultura, custeando as despesas de manutenção dos espaços, pagamento de pessoal, disponibilizando alguns materiais de expediente e realizando pequenas reformas. Porém os recursos disponibilizados não são efetivamente gastos nas ações programadas e em atividades essenciais, deixando o setor cultural em estado latente e com a prerrogativa do potencial para ser explorado com foco na ampla valorização da diversidade e ações para alavancar a economia da cultura, necessitando de políticas culturais como estratégias de desenvolvimento deste setor em Roraima.

Com base nos procedimentos para a condução das atividades sob orientação do poder público, a partir dos eventos promovidos pelo governo, com ações muitas vezes desarticuladas e isoladas, observa-se que a política de eventos é a estratégia adotada pelo setor público cultural em Roraima que prioriza a realização de alguns festejos alusivos ao calendário civico. Muitas atividades e eventos culturais que são realizados e disponibilizados pelo Sistema “S”, como alternativa para a circulação da produção cultural, demonstram que a política de eventos também é a adotada e nem sempre essas ações encontram parcerias ou são atividades coadjuvantes de políticas adotadas pelo poder público.

O setor cultural realiza atividades e eventos como: Incentivo à Leitura com a instalação do Comitê PROLER da Biblioteca Nacional; adquirindo alguns títulos literários de autores locais; o Festival Visconde de Sabugos, na semana do livro infantil que estimula através da arte cênica os alunos da rede publica a usar as obras de Monteiro Lobato com

adaptação para teatro de seus textos; o Sábado Cultural na Biblioteca Infantil. O incentivo as artes cênicas com a realização do Festival Estudantil de Teatro; Edital, lançado em 2008, de apoio a produção das artes cênicas. O apoio ao artista da música e do canto subsidiando a orquestra e corais. Estimulado ações da cultura popular com a realização de eventos como o Arraial do Anauá. Promovido eventos a datas comemorativas abrindo espaço para apresentações artísticas; Apoio aos principais eventos municipais com a celebração de convênios para repasse de recursos, como forma de fomento. E outras atividades de caráter social, envolvendo crianças, jovens e idosos, utilizando as linguagens das artes e dos esportes como meio de inclusão. É importante fazer a referência de que quase a totalidade desses eventos são realizados na cidade de Boa Vista. Essas atividades não fazem parte de iniciativas voltadas para a organização do setor cultural e da cadeia produtiva da cultura ou como ação estratégica de desenvolvimento econômico do Estado.

A participação na produção audiovisual com documentários é realizada através do Programa DOC TV do Ministério da Cultura, a Fundação Padre Anchieta e a TV Cultura de São Paulo, o que permitiu a produção de três documentários e que foram inseridos na programação da TVE, aberta, como parte das ações de distribuição e divulgação do Programa. Outros materiais audiovisuais são produzidos com finalidade de promoção de entidades públicas, para divulgação do turismo ou de apresentação de programas de governo que divulgam o Estado, mas, não estimulam e não organizam o setor do audiovisual.

O Governo de Roraima tem adotado algumas medidas espaçadas que são tomadas com vista a organizar o setor cultural, mesmo sem fazer parte de estratégias de políticas públicas. Conforme previsto na Constituição do Estado de Roraima, em 1993, a Lei 055, cria o Conselho Estadual de Cultura, vinculado a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desportos, como um órgão de colegiado superior, consultivo, deliberativo e fiscalizador das atividades culturais do Estado. Composto por 11 membro efetivos, sendo 2 de livre escolha do Secretário e 9 representando as diversas áreas culturais. O Conselho Estadual de Cultura tem se esforçado para que o Estado de Roraima elabore normas para orientar a organização e os processos produtivos da cultura.

O Conselho Estadual de Cultura conduziu o processo que culminou com o Decreto de tombamento do Sítio Histórico do Forte São Joaquim do Rio Branco, o Decreto que instituiu o Premio Notoriedade Cultural que valoriza o produtor cultural, o Decreto que institui o Dia do Escritor Roraimense como forma de incentivar a produção literária

regional, e promoveu dois importantes eventos com o objetivo de conhecer os anseios dos produtores culturais como a “Mesa Redonda com os Artistas” e o I Seminário Cultural do Estado. Esses dois eventos resultaram na Carta de Cultura de Roraima que deve ser utilizada como referência aos anseios da classe artística, produtores e promotores culturais, na elaboração das políticas culturais para Roraima.

Outra medida do Estado de Roraima, que teve o empenho do Conselho Estadual de Cultura com o apoio da Sub-regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instalado em 2007 em Roraima, foi o encaminhamento de proposta de criação da Lei para a proteção de preservação do patrimônio cultural do Estado de Roraima. O resultado dessa investida se traduziu em projeto de Lei encaminhado à Assembléias Legislativa do Estado através da Mensagem Governamental de número 011, de 2 de março de 2009, e encontra-se em tramitação naquela Casa Legislativa.

Em 2002 o Estado de Roraima assina o Protocolo de Intenções para a implantação do Sistema Nacional de Cultura no âmbito do Estado, como um documento de comprometimento do Estado em formular e implantar uma política pública de cultura, democrática e permanentes, pactuada entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Esse documento encontra-se sem paradeiro e em 2008, o Conselho Estadual de Cultura recebeu a missão do Secretário de Educação Cultura e Desportos, a missão de resgatar o documento.

Com a oferta de programas do Ministério da Cultura, como o Mais Cultura, o Estado de Roraima, aloca recursos em 2009, para instalar Pontos de Cultura com recursos do Estado e estimular essa iniciativa positiva do Governo Federal para descentralizar recursos e fomentar os produtores culturais das localidades mais afastadas e sem acesso aos recursos.

O SEBRAE/Roraima inseriu, no seu planejamento de ações, no biênio 2008-2009, o Projeto de Empreendedorismo Cultural de Roraima, como primeira iniciativa de apoio ao setor cultural de Roraima, priorizando os produtores das artes cênicas e dos movimentos de quadrilhas juninas, por serem estes os dois segmentos mais organizados, oferecendo consultorias em associativismo, cursos e oficinas de elaboração de projetos, iluminação cênica, musicalização para teatro, técnica vocal, cenografia, figurino, técnicas de filmagens, técnicas e estratégias de marketing cultural, empreendedorismo e de formação de agentes culturais e a realização de seminários onde questões como gestão e produção

cultural possam ser discutidas. Essa atividade fortalecerá os produtores culturais desse segmento apoiado pelo SEBRAE e os tornará mais competitivos e exigentes.

Em agosto de 2006, é realizada, por iniciativa de alguns grupos artísticos, a Conferência Estadual de Cultura, um ano após a I Conferências Nacional de Cultura.

O conjunto dessas são iniciativas podem contribuir para a formulação de políticas públicas para a cultura de forma organizada e sistematizada.

6.4 Incentivo fiscal como mecanismo de fomento a cultura em Roraima

O Estado de Roraima praticamente não participa da captação de recursos através da Lei Rouanet, com uma parcela ínfima e inexpressiva em relação aos recursos que são assegurados para a Região Norte, conforme aponta o Ministério da Cultura:

Estado/Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Sub Total
Roraima	-	-	300	2.580	500	-	3.130
Rondônia	-	-	12.623	4.800	4.500	1.600	23.523
Tocantins	-	-	2.280	29.000	50.000	45.000	126.280
Amazonas	-	-	128.718	251.375	125	150.000	530.218
Pará	469.940	999.198	2.963.394	514.201	9.542	178.557	5.134.832
Reg. Norte	469.940	999.198	3.107.315	801.956	64.417	375.157	5.817.983

Fonte: Ministério da Cultura

Tabela 7 - Divisão de recursos: Estado de Roraima em relação a Região Norte

Os dados mostram como os Estados com melhor infra-estrutura e com maior produção cultural estão melhores articulados para a captação de recursos e por isso conseguem apresentar e aprovar um número maior de projetos. Seguindo as proporções de aglomeração populacional há a centralização dos recursos nos centros mais desenvolvidos, reforçando as desigualdades na distribuição e acesso a esses recursos. O Estado do Pará, seguindo esta lógica, captou mais de 90% dos recursos que chegaram a Região Norte, segundo registra o MinC, lembrando que a participação dessa região corresponde a pouco mais de 10% dos recursos disponibilizados nacionalmente.

Uma das mais importantes iniciativas do Conselho Estadual de Cultura culminou com a elaboração da Lei número 318 de dezembro de 2001, que disciplina a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais de Roraima, permitindo que o contribuinte de ICMS apóie financeiramente projetos culturais, deduzindo mensalmente o valor desse imposto devido. A essência da Lei disciplina que dedução é

efetivada a cada mês e não pode ser superior a 3% do ICMS devido no período pela empresa que manifesta interesse em apoiar um projeto cultural, até atingir o valor total dos recursos dedutíveis. A soma dos recursos disponibilizados pelo Estado, não pode exceder a 0,3% do montante da receita anual do imposto, e o apoio deve chegar até 80% do valor total do projeto a ser incentivado, sendo os 20% ser integralizado a título de contrapartida.

Roraima foi um dos últimos Estados da Federação a possuir tal mecanismo de apoio a produção cultural, depois de mais de seis anos de muita articulação do Conselho Estadual de Cultura para quebrar resistências de segmentos do setor público que não apoiavam a criação desta Lei.

Essa Lei de Incentivos Fiscais a Projetos Culturais tem permitido a captação de recursos oriundos da arrecadação do ICMS e orientado para uma melhor organização do artista e produtor cultural. Livros têm sido editados, CDs musicais são produzidos e “shows”, mostras e feiras organizados. Esta é a primeira iniciativa do Governo em promover a produção artística e cultural do Estado que não seja através dos eventos festivos que realiza em algumas datas comemorativas.

O Decreto número 5.024 – E, de 21 de outubro de 2002, portanto quase um ano após a promulgação da Lei 318, e com muito trabalho do Conselho Estadual de Cultura, regulamenta o funcionamento da citada Lei e em especial o funcionamento do Grupo Técnico de Aprovação de Projetos - GTAP. A dinâmica estabelece uma relação de trabalho conjunto entre a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos (SECD), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e representantes da classe artística que compõem o Grupo Técnico para Avaliação de Projetos – GTAP, previsto no Decreto de Regulamentação desta Lei de Incentivos Fiscais. Designado em Portaria o GTAP tem como atividades: providenciar o lançamento dos Editais, que em 2008 lançou o 5º Edital, a análise documental, e a análise técnica da execução física e financeira dos projetos inscritos participantes, acompanhar a execução dos projetos e orientar sobre os procedimentos de prestação de contas, além de emitir relatórios e informações aos gestores públicos e a sociedade em geral. O GTAP é formado por três membros da SECD, três do CEC e três representantes da classe artística, para um mandato de um (01) ano, durante o exercício das atividades previstas no Edital. Cabe ainda ao CEC, analisar e emitir parecer em todos os projetos que foram aceitos na pré- análise (atendimento das exigências documentais), procedendo a primeira fase da classificação dos projetos encaminhados. Os

projetos que não obtiverem aprovação, quanto ao mérito e relevância cultural, manifestado em parecer pelo CEC é desclassificado.

Os projetos para serem analisados com fins de aprovação e submetidos a captação de recursos através dos incentivos fiscais são apresentados nos Editais elaborados pelo GTAP e lançados anualmente pela SECD. A Secretaria de Estado da Fazenda informa o valor estimado da arrecadação de ICMS para o período de vigência das atividades de captação e realização dos projetos que após o cálculo da porcentagem permitida de uso deste Imposto, é fracionado em três categorias para apoio: Produção cultural, eventos e recuperação do patrimônio histórico. As áreas que podem receber apoio, segundo a Lei 318, de acordo com seu artigo 7, são:

- I – teatro, dança, circo, ópera e congêneres;
- II – cinema, vídeo, fotografia e congêneres;
- III – “design”, artes plásticas, artes gráficas, filatelia e congêneres;
- IV – música;
- V – literatura;
- VI – folclore e artesanato;
- VII – pesquisa e documentação;
- VIII – preservação e restauração do patrimônio histórico e cultural;
- IX – bibliotecas, arquivos, museus e centros culturais;
- X – bolsas de estudo de caráter cultural ou artística;

O Decreto de Regulamentação da Lei 318, estabelece os limites dos valores orçamentários dos projetos culturais (Art 18), assim distribuídos em seus incisos:

I – 40% da previsão dos recursos destinados ao incentivo fiscal, que estejam relacionados aos produtos culturais;

II – 30% da previsão dos recursos destinados ao incentivo fiscal para projetos relativos à promoção de eventos culturais;

III – 30% da previsão dos recursos destinados ao incentivo fiscal para projetos que envolvam reforma de edificações e acervos de equipamentos, e manutenção de entidades culturais.

A Lei de incentivos fiscais a projetos culturais permitiu, entre 2003 a 2008, que cinco Editais fossem lançados estimulando a elaboração de 77 projetos por parte dos produtores e promotores culturais. Destes, 17 não foram aprovados e 6 foram retirados por solicitação dos proponentes. Dos 54 projetos aprovados e que receberam o Certificado de

Aprovação, permitindo o início do processo de captação de recursos junto aos contribuintes de ICMS, 8 projetos não sensibilizaram o contribuinte e ficaram sem apoio. Dos 46 restantes, 27 foram executados, 2 tiveram apenas execução parcial e 17 até o final de 2008 ainda não tinham sido executados, pois ainda estão em fase de captação de recursos. O demonstrativo da situação dos projetos culturais submetidos informa que no Edital 001/2003, 23 projetos foram encaminhados; no Edital 002/2005, 15 projetos foram submetidos à Lei 318; no Edital 003/2006, 10 projetos foram apresentados; o Edital 004/2007, recebeu 8 projetos; e, o Edital 005/2008, 21 projetos foram apresentados(GTAP, 2009)

Os projetos, por área de atuação, estão assim distribuídos: Eventos culturais diversos: 24 projetos; Produção de CD (música) 20 projetos; Produção de Literatura: 13 projetos; Produção das Artes Cênicas: 9 projetos; Produção de Dança: 8 projetos; Produção de Artes Visuais: 1 projeto; Produção de Vídeo: 1 projeto; e, Recuperação do Patrimônio Cultural Edificado: 1 projeto

Os resultados apresentados demonstram que o contribuinte de ICMS, ainda demonstra dificuldade em apoiar os projetos culturais ou porque desconhecem o mecanismo de incentivo fiscal ou porque a contribuição deste Imposto sendo muito pequena em relação aos custos do projeto, dificulta o processo de captação e até mesmo inviabilizando essa captação uma vez que a participação do segmento da atividade econômica não é tão expressiva, respondendo por 32 % do PIB do Estado. (SEPLAN, 2008). Os Editais estabeleceram como valores máximos disponibilizados com recursos do ICMS os seguintes valores por Edital: 01/2003: R\$ 400.000,00; 02/2005: R\$ 400.000,00; 03/2006: R\$ 637.000,00; 04/2007: R\$ 734.000,00; e, 05/2008: R\$ 843.863,00. Atingindo o total de R\$ 3.936.783,00. Deste valor total, os recursos aprovados pelo GTAP, emitindo o Certificado de Aprovação, que garantiu a captação de recursos do contribuinte do ICMS que manifesta interesse em apoiar a realização de projetos culturais e possibilitou a realização dos projetos, injetou R\$ 669.000,00 na produção cultural do Estado de Roraima.

É possível observar ainda que os projetos voltados para a promoção de eventos estão em maior número, reforçando a idéia da política de eventos, seguido dos projetos relacionados aos produtos culturais e os que se referem a preservação do patrimônio cultural edificado não representam parcela significativa de quem busca essa modalidade de financiamento.

As políticas culturais podem contribuir para o aumento do número de projetos culturais a serem elaborados e aumentar a participação dos contribuintes de ICMS através de medidas sistemáticas que aprimorem a qualidade dos projetos e esclareçam o contribuinte dessa fonte de recursos para a cultura.

6.5 Os gastos do Governo com a Cultura de Roraima

Uma panorâmica visão dos gastos do Governo de Roraima, a partir da instalação do Estado será apresentada nessa sessão. O Estado não produz dados estatísticos referentes à produção ou desempenho da participação da cultura na economia local e desta forma serão apresentados os dados disponibilizados nos programas orçamentários de forma a entender como o poder público investe na cultura. Segundo a Fundação João Pinheiro, que realizou um diagnóstico dos investimentos em cultura sobre os gastos realizados por empresas públicas, privadas e demais órgãos culturais no período de 1990 a 1997, conforme apresentado no capítulo III deste estudo, a participação relativa com cultura no total de despesas dos gastos do Estado de Roraima entre 1990 e 1995 representa, em média, 0,2 %, conforme demonstra a tabela abaixo:

Estado/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Roraima em %	0,21	0,09	0,09	0,35	0,12	0,37

Fonte: Fundação João Pinheiro (MG)

Tabela 8 – Variação do total de despesas com cultura dos gastos do Estado de Roraima de 1990 a 1995

A Fundação João Pinheiro informa, ainda, que o município de Boa Vista aparece em 1995, como o 26º no ranking com 0,25% com participação relativa na despesa total com gastos públicos com cultura. Há que se lavar em conta os aspectos de concentração urbana e o papel das cidades no desenvolvimento cultural, discutidos neste estudo como um importante elemento a ser considerado.

Os documentos encontrados e disponibilizados nos arquivos do Governo do Estado, alguns dos programas orçamentários e alguns relatórios que compreendem os dez primeiros anos de funcionamento do Estado, estão dispersos e incompletos o que dificulta ou mesmo impossibilita uma análise mais aprofundada do momento que se quer dedicar.

Porém são importantes registros que formam a memória da gestão pública e não devem ser desconsiderados.

Os dados informam que houve um aumento expressivo da evolução da receita do Tesouro do Estado de Roraima, provavelmente recebendo recursos da União como parte dos procedimentos da instalação do Estado que precisava dessa fonte até que os mecanismos legais fossem implantados e as contas do Estado pudessem conter suas receitas próprias. Mesmo os valores serem apresentados em Cruzeiros, moeda corrente à época, o que se quer demonstrar, conforme a tabela 9, abaixo, é a evolução dessas receitas em termos percentuais:

1990	1991	(%)	1992	(%)	1993	(%)	1994	(%)
25.231.653	97.742.512	287,38	995.960.237	918,96	3.655.744.000	267,06	171.316.354.000	911,67

Fonte: SEPLAN/RR, 1995

Tabela 9 - Variação da Evolução da Receita do Tesouro do Estado de Roraima 1990 – 1994 (Cr\$ 1.000,00)

A partir de 1996 a variação percentual da evolução da receita alcança patamares mais modestos, conforme demonstra a tabela 10.

1992	1993	1994	1995	1996	Variação (%)
995.960.237	17.026.182.883	127.444.299	291.193.626	252.017.044	3,77

Fonte: SEPLAN/RR, 1997

Tabela 10 –Evolução da Receita do Tesouro 1992 – 1996 (Valores em Reais)

Detendo atenção a essas tabelas é possível perceber que os gastos com cultura não receberam a mesma variação da evolução das receitas em valores proporcionais.

Consultando o relatório das atividades realizadas pelo setor cultural nesse período de 1990 a 1996, observa-se que houve a realização de eventos nas diversas áreas culturais (música, dança, exposições de pintura concursos literários) e cursos regulares na Escola de Música. Registra ainda a presença de 17.454 usuários da Biblioteca Pública. Em 1993 houve um grande investimento com a construção do novo prédio do Palácio da Cultura, em substituição ao anterior que desabrigou a Cultura para instalar a Assembléia Legislativa, devolvendo para a cidade e a sociedade um espaço dedicado ao fazer cultural. O relatório das atividades culturais do ano de 1995, registra a realização de 10 eventos culturais e o apoio financeiro para a gravação de um livro e de um disco musical mais a realização de treze oficinas de teatro para professores e alunos das escolas públicas. Informa também o

implantação da Orquestra de cordas infanto juvenil e a marca de 40.722 usuários da Biblioteca Pública e 1.731 visitantes no museu, para uma população de aproximadamente 250 mil pessoas em todo o Estado.

Para o período de 1997 e 1998, o Plano de Metas do Governo do Estado, único nessa linha de documento referente ao período encontrado, informa na apresentação “que prioriza as ações que atendam aos anseios da sociedade, no sentido de assegurar as pré-condições para um desenvolvimento sócio-econômico mais harmônico e consistente do Estado de Roraima” (SEPLAN, 1997). Este Plano não contempla a cultura ou o setor cultural no rol das prioridades do Estado.

A partir de 2000 com a implantação do Plano Plurianual, com base nas orientações do Governo Federal para acompanhar os gastos públicos, a Lei 248 de 11 de janeiro de 2000, estabelece esse modelo de gestão de planejamento físico e financeiro dos órgãos públicos do Estado, com a definição de programas setoriais e ações e projetos, definindo metas a serem cumpridas. Para o setor cultural o Programa Produção e Difusão Cultural indica um orçamento de R\$ 7.403.685,00 para serem investidos no setor no período de 2000 – 2003, distribuídos em:

1)Aparelhamento do Patrimônio Histórico e Cultural de RR – R\$ 455.000,00 em Capital

2) Construção e ampliação de Prédios Componentes do Patrimônio Histórico e Cultural de RR – R\$ 3.648.685,00 em Capital

3) Implantação de acervo bibliográfico para o Museu e para as Bibliotecas públicas do Estado R\$ 700.000,00 em Capital

4) Instalação de Arboreto e de mini-viveiro de Espécies nativas de botânicas –R\$ 325.000,00 em despesas corrente

5) Interiorização das atividades culturais com formação de agentes para o desenvolvimento cultural nos municípios – R\$ 720.000,00 em despesas corrente

6) Realização de eventos para a promoção e divulgação artístico-cultural – R\$1.550.000,00 em despesas corrente. O relatório das execução das atividades informa que dos recursos disponibilizados foram executadas reformas do Teatro Carlos Gomes, no Museu Integrado de Roraima e muitos serviços de recuperação das instalações do Parque Anaua. As demais ações não foram executadas: o acervo bibliográfico não foi adquirido, o setor cultural não foi informatizado, o patrimônio histórico não foi aparelhado, o arboreto não foi instalado.

Alguns eventos, de interesse do Governo, foram realizados como o dia internacional do circo, festa em comemoração ao dia do trabalhador, o XII Arraial do Anauá e o projeto Visconde de Sabugosa, superando a meta estipulada (previstos 10 eventos e o Departamento de Cultura realizou 13 eventos) No relatório o indicador de desempenho não foi preenchido nos anos de 2000 e 2001.

Em 2001 o Governo celebrou seis convênios com os municípios para “incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, de atividades carnavalescas culturais e turísticas do estado e para a realização de festividades do Forró Alegre no município de Alto Alegre, para divulgar e promover a cultura e o turismo no município totalizando 288.000,00 em repasses com ação subentendida no PPA porém não previstas nos Planos Anuais de Trabalho (PAT), orientador das atividades que serão realizadas anualmente dentro do período de vigência do PPA.

A tabela 11, abaixo, informa os gastos públicos com cultura em relação aos gastos totais do Governo:

Ano \ R\$	Dotação Autorizada	Despesas Líquida Realizada	Variação dos gastos totais do governo (%)
2002	2.464.800,00	1.325.582,66	0,06
2003	657.100,00	653.789,25	0,08
2004	1.351.314,00	1.218.242,55	0,27
2005	2.976.654,00	2.670.484,06	0,30
2006	5.239.612,00	3.215.078,14	*
2007	6.606.390,00	2.648.392,24	*
2008	9.989.561,00	8.064.074,40	*
Total	29.285.431,00	19.795.643,30	*

Fonte: SIAFEM / Informa: SECD-RR - * Não Informado

Tabela 11- Gastos Públicos na Cultura em relação aos gastos totais do Governo 2003 – 2005

Em relação ao Plano Plurianual do período 2004 – 2007, estão disponibilizados os dados da avaliação do Programa. Nele registra que em 2004 na ação Manutenção e Fortalecimento do Setor cultural das 43 metas previstas, 1 realizada com repasse de recursos para Convênio da Fundação Estadual de Educação Superior de RR. Na ação

Ampliação do Acervo da Biblioteca Pública, foram aquisição de 300 exemplares de livro de autor regional e de 1 sistema multimídia (BARSA). Na ação Reforma de Unidades e Áreas de Lazer componentes do Patrimônio Cultural, foi realizada uma reforma parcial da casa do estudante.

Como avaliação final do período o relatório registra:

2004– “A apuração ficou prejudicada. É preciso considerar as dificuldades em se definir indicadores que sejam capazes de mensurar o impacto país políticas culturais na sociedade. O cumprimento das metas ficou prejudicado uma vez que os recursos materiais e infra estrutura são inadequados e insuficientes

Principais resultados:

Manutenção de 12 unidades culturais no interior e na capital (não especificadas)

Reforma parcial do Parque Anaua

Reforma do Parque Aquático do bairro Asa Branca

2005 - as mesmas observações do ano anterior

Principais resultados:

Manutenção de 10 unidades culturais em Boa Vista – 23% do previsto

Reforma da praça na vila de Martins Pereira – Rorainópolis

Reforma do Palácio da Cultura

2006– Avaliação usa tabela de variação do índice dos indicadores:

Acima do esperado	-	(+ 100%)
Dentro do Esperado	-	(90% a 100%)
Abaixo do Esperado	-	(60% a 89%)
Muito Abaixo do Esperado	-	(abaixo de 60%)
Não apurado		

Na avaliação do desempenho o resultado mostra que o desempenho ficou abaixo do esperado. Observa, registrando literalmente, que: o mesmo precisa ser reavaliado pois não é adequado para demonstrar o desenvolvimento do programa que parece que esta mais direcionado para a realização de eventos; o cumprimento das metas ficou prejudicado devido a descontinuidade na liberação de recursos; os recursos materiais e infra estrutura são insuficientes e inadequados; necessita de pessoal capacitado nas áreas atendidas por

deste departamento; a participação da sociedade se dá através dos eventos culturais que pode ser verificada a satisfação do público. O programa atingiu o objetivo no calendário de eventos desse ano.

Outro documento produzido pela SEPLAN/RR, a Nova Serie do Produto Interno Bruto do Estado de Roraima (2007), para o período de 2002 e 2005, informa que o PIB ocupa o último lugar no *ranking* nacional, representando 0,15% do PIB no Brasil e 2,98% da Região Norte. A principal atividade econômica do Estado continua sendo a “Administração Pública” com um crescimento de 44,5% entre 2002 a 2004, respondendo por 48,4% em 2005. As demais atividades (Comércio, Construção Civil e Agropecuária), juntas, diminuíram em participação de 28 % em 2002 para 25% em 2005 do PIB a preços básicos. Informa ainda que a atividade agrícola apresentou uma variação de (- 25,8 %) no seu valor adicionado, com a agropecuária em 2005 ocupando 7,7% do PIB. A justificativa dessa queda, segundo esse documento, foi devido a produção de arroz ter sofrido uma queda de 12,6 % . Este cenário deve se agravar com a retirada dos rizicultores da região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Normandia, fazendo lembrar que esta é a principal atividade do setor agrícola no Estado.

Os documentos elaborados com vista ao estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento do Estado colocam as atividades do setor agrícola como a forte vocação do Estado, e a noção de desenvolvimento sustentável gira em torno do aumento da produtividade desse setor da economia. Mas os números do PIB de Roraima demonstram que essa vocação, historicamente, não se concretiza.

O Plano Plurianual referente a 2008 – 2011, para o Programa: Produção e Difusão Cultural estão previstos recursos do Orçamento Geral do Estado para o período, o total de R\$ 20.414.957,00, sendo para 2008: R\$ 3.321.216,00 e o período 2009 – 2011: R\$ 17.093.741,00, distribuídos em despesas correntes e de capital, que se encontra em execução.

A Economia da Cultura, neste contexto, atua como importante ferramenta e se a Administração Pública com a maior participação no PIB do Estado de Roraima reconhece que os bens culturais são bens públicos e produtores de externalidades positivas e por tanto deve interferir na atividade econômica desse setor, concedendo subsídios para corrigir as falhas de mercado e com isso fomentar a produção de bens e serviços culturais, estará dando o primeiro passo para orientar uma política cultural para o Estado de Roraima, nos termos que este estudo procurou apresentar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiro trabalho em Roraima versando o tema Economia da Cultura, aborda questões que visam orientar o público em geral e especificamente produtores e gestores culturais para que se familiarizem com conceitos e termos próprios da economia e da cultura, situando este segmento como uma atividade do setor produtivo inserido nesses tempos e ambientes das sociedades contemporâneas. O trabalho procurou apresentar elementos que fundamentassem a importância das políticas públicas para a cultura como fator de desenvolvimento econômico e promotora de ações e atividades que podem alavancar o setor cultural de Roraima, compondo mais um dos itens representativos da participação deste setor no PIB local.

O estudo perseguiu a intenção de proporcionar aos gestores públicos, produtores e promotores culturais acesso a informação numa perspectiva do entendimento da economia, não como altos estudos para economistas, mas, com o intuito de possibilitar o debate para a definição de estratégias que promovam não só a organização e o crescimento do setor cultural mas sobretudo para que com espírito de colaboração, todos possam contribuir para que a cultura configure como um setor produtivo e promova de forma efetiva o desenvolvimento econômico de Roraima

Informações essas imprescindíveis para iniciar uma discussão sobre o papel do Estado na condução do processo de apoio e de difusão da produção cultural local, na perspectiva de compreender como as políticas públicas podem contribuir para que a cultura seja um dos fatores de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, é importante conhecer os mecanismos de fomento, os espaços e meios de acesso disponibilizados, como variáveis condicionantes das políticas públicas para o desenvolvimento da cultura e perceber como se processa a produção cultural local e entender que cultura e desenvolvimento são sinônimos e, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta a própria cultura. Significa dizer que a cultura deve ser considerada como base de desenvolvimento e em consequência toda política de desenvolvimento deve inspirar-se nos fatores culturais próprios de cada sociedade, ou seja, a cultura deve ocupar lugar de destaque nos processos de formulação de políticas de desenvolvimento sejam de caráter econômico ou social.

A cultura deve ser entendida como instaladora de Indústrias criativas que são limpas, que captam e retém talentos, têm vocação para o mercado externo e é excelente veículo de marcas e incentivo ao turismo e agem fomentando a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão adequados para as distintas e múltiplas expressões culturais. A cultura, ao considerar seu ilimitado potencial de crescimento e seu vínculo com o setor de serviços e lazer, por possuir uma produção limpa, gerando produtos com valor econômico agregado, por ser um setor onde o desenvolvimento econômico está fortemente vinculado ao desenvolvimento social e pelo seu potencial altamente inclusivo, deve ser aproveitada como oportunidades de geração de ocupação e renda e deve ser promovida e protegida pelo Estado.

No Brasil os dados estatísticos em cultura são praticamente inexistentes. Informações não sistematizadas dificultam as análises na área cultural. Em Roraima a situação se agrava, pois a cultura em seus múltiplos aspectos, não faz parte dos registros e levantamentos estatísticos. A inexistência de dados e de sistematização de informações estatísticas do setor cultural de Roraima não só torna mais difícil o trabalho dos gestores culturais como também tem promovido ações culturais dispersas, fragmentadas e em muitas vezes pouco coerentes. Poucas pesquisas científicas, como compromisso acadêmico, reportam-se a aspectos culturais de alguns grupos sociais locais, com ênfase nos estudos referentes à cultura indígena são realizadas, refletindo na pouca bibliografia existente sobre os amplos estudos culturais.

O setor educacional exerce papel preponderante, pois é também na escola que se desenvolvem os valores, desperta o senso crítico, o respeito à diversidade e o gosto pelas artes. O consumo de cultura, determinado pela diversidade de itens culturais, pela quantidade e qualidade de uso dos itens, indicam o perfil do consumidor com base em seu nível de escolaridade uma vez que as ações educativas a partir das atividades humanas, produzem capital cultural que é acumulativo e não havendo a manutenção desse capital ele perde a sua importância ao longo do tempo sendo a cultura é um meio de armazenamento desse valor, conforme apresentado no capítulo II deste estudo.

Os resultados apresentados nas provas nacionais de desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, promovidas pelo Ministério da Educação – MEC, mostram que o Estado de Roraima ainda apresenta um dos piores índices desse desempenho. As ações das políticas públicas para a cultura devem contemplar atividades que promovam a inclusão social através do acesso a bens culturais formadores do capital

cultural tangível e intangível, e por conseqüência o aumento da renda com o aumento do consumo de bens culturais, promovendo a sinergia da economia.

É importante a presença do setor público com eficiente política cultural para garantir a oferta desses bens em quantidade ótima, ao tempo em que deve investir em educação com forma de aumentar o capital humano a fim de gerar uma demanda crescente e qualitativa e promover não só o aquecimento do mercado em termos econômicos mas também em termos de valores simbólicos do meio social e aumentar a inserção e participação do indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho.

Como apresentado no capítulo IV desse estudo, a política de eventos também promove efeitos multiplicadores quando oportuniza a produção e circulação dos produtos culturais. Para que o setor público possa promover o crescimento da cultura e se torne um fator de desenvolvimento econômico e social, com vista a uma efetiva participação no PIB local ou da região onde essa cultura se manifesta, é preciso que a política cultural, enquanto conjunto de medidas sistemáticas, institucionalizadas e de caráter contínuo, sejam implantadas e implementadas.

Como forma de descentralizar o acesso a produção e aos bens culturais, permitindo que uma parcela maior da população possa participar de forma mais ativa do consumo cultural, as cidades precisam ser providas de recursos culturais mínimos para que as pessoas possam ter acesso a uma cesta de bens culturais diversificadas e que se disponibilize espaços culturais para a troca de experiências e vivências para um aprendizado da produção simbólica. Ampliar os espaços públicos para a difusão da cultura implica em possibilitar a troca, a interação e formação de cidadania, fazendo com que a cultura seja um qualificador do processo de desenvolvimento. Equipamentos culturais como bibliotecas públicas, salas de leituras, salas de cinemas, centros culturais, livrarias, museus e teatros, devem ser visto como importante ferramenta que fortalecem os setores sociais através de ações culturais. O número dos equipamentos culturais distribuídos nos municípios fornece informação, como um importante mecanismo de conhecimento, para medir a atuação do setor cultural na promoção da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade e para a tomada de decisões dos diferentes atores da sociedade.

Os dados apresentados a partir do Orçamento do Estado, dos Planos Plurianuais de Roraima - PPA RR e de seus relatórios, demonstram que existe disposição do poder público em promover gastos para investimento no setor cultural, porém, a falta de objetividade por desconhecimento do desdobramento da participação da Cultura no

desenvolvimento social e econômico, a inexistência de indicadores para medir o impacto desse setor na economia local, a necessidade de investimento em capital humano para a formação de grupo de profissionais que discutam e proponham soluções para as questões inerentes ao desenvolvimento da cultura e a importância da formulação de diretrizes que conduzam os caminhos do uso dos recursos destinados para o setor cultural, orientados para uma ação de política cultural, fragilizam o setor tornando-o inexpressivo e ineficiente.

O Estado de Roraima deve ser observado como uma localidade, conforme a história de sua ocupação demonstra, que se consolida num ambiente mundial em que novos modos de organização da sociedade se estabelecem e se caracterizam como urbanas. As cidades se configuram, neste contexto, como lugares de encontros, de migrantes e por isso complexas e dinâmicas.

O Estado de Roraima movimenta sua economia basicamente por conta da Administração Pública ao injetar recursos a partir do pagamento dos servidores. Se a cultura gera externalidades requerendo a presença do poder público e sendo a cidade o lugar onde a ciranda econômica acontece, então lógico seria que os investimentos nos setores com alta capacidade de agregar valor, dentre elas a Cultura, fizesse parte das estratégias do setor público para promover o desenvolvimento econômico. Entendendo que o processo da urbanização é irreversível, os órgãos de planejamento precisam olhar as cidades como ambientes propícios para a promoção humana e de desenvolvimento social e econômico e criar medidas e políticas públicas com esse foco para interferir na atividade econômica com o objetivo de fomentar a produção e circulação de bens e serviços culturais.

O tema apresentado, primeiro esforço para discutir políticas públicas para a cultura, à luz da Economia da Cultura, como fator de desenvolvimento econômico para o Estado de Roraima, é fundamentalmente uma reflexão de idéias e experiências de caráter histórico, empírico e teórico, com a intenção de ter contribuído para chamar a atenção desse segmento que faz parte da vida das pessoas e não é percebido como um elemento capaz de organizar setores produtivos e contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

8 RECOMENDAÇÕES

Algumas recomendações, enquanto diretrizes, orientadas pela Economia da Cultura, são apresentadas como parte de um conjunto de medidas de planejamento que poderão ser inseridas em uma agenda de desenvolvimento do Estado de Roraima:

- a) Inserção da cultura na agenda de desenvolvimento do Estado para promover o desenvolvimento da Cultura de forma transversal, interagindo Educação, Turismo, Saúde, Meio Ambiente, Lazer e Esporte;
- b) Organização do setor público da cultura com a criação de um órgão autônomo, com orçamento próprio, recebendo o mínimo de 1% do orçamento do Estado conforme as orientações da UNESCO;
- c) Implantação do Sistema Nacional de Cultura, articulado com o Sistema Nacional de Cultura;
- d) Implantação de mapas culturais e cartografias culturais a fim de permitir uma visão de conjunto da produção cultural e facilitar as intervenções de estudo, elaboração de inventários e de definição de apoio;
- e) Levantamento de dados e organização de indicadores culturais a fim de medir e conhecer os impactos das atividades culturais na economia local e orientar as decisões dos gestores, produtores e promotores culturais;
- f) Estimulo a organização da cadeia produtiva dos diversos segmentos culturais com vista a conhecer seu funcionamento de forma que o setor público contribua para o seu desenvolvimento;
- g) Investimento em infra estrutura para a promoção, divulgação e circulação de bens e serviços culturais;
- h) Desenvolvimento de estratégias e ações transversais que alcancem os âmbitos da preservação do patrimônio cultural, a formação e o desenvolvimento de estudos e pesquisas culturais e artísticas com foco no estímulo a criação, promoção e difusão da arte e da cultura;
- i) Estímulo a criação de museus, lugares de memória, nos municípios e nas comunidades indígenas e comunidades tradicionais e a implantação do sistema estadual de museus articulado com o sistema nacional de museus;

- j) Modernização e ampliação dos equipamentos culturais nas cidades de todos os municípios do Estado de Roraima;
- k) Fortalecimento de laços culturais com os países fronteiriços, promovendo intercâmbio de experiências, estudos, eventos e convivências;
- l) Descentralização e disponibilização de recursos distribuídos de forma equitativa
- m) Estabelecimento de ações de curto, médio e longo prazos definindo prioridades conjugando as atividades às políticas culturais eleitas;
- n) Organização de eventos como fatores de difusão da produção cultural como consequência de ações e intervenções eficazes;
- o) Estímulo à criação, difusão e circulação, e a preservação do patrimônio cultural em todas as suas dimensões, no âmbito do Estado e entre os Estado da Região Norte;
- p) Apoio as indústrias criativas, para consolidação da cadeia produtiva da produção dos diversos segmentos culturais;
- q) Investimento em capital intelectual com vista a profissionalizar o setor cultural e dotar gestores, promotores e produtores culturais de informação e conhecimento específicos para alavancar os processos produtivos da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Frederico, et all. – **Cultura, consumo e direitos**, **Seminário Internacional de Economia da Cultura**, texto em pdf, publicado no site <http://www.fundaj.gov.br/noticia/>, consultado em 8.9.2007.

BARBOSA da Silva, Frederico A. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, volume 3. Ministério da Cultura e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2007.

BARROS, Jose Marcio (Org.). **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. Ed. Autentica, Belo Horizonte, MG, 2008.

BENHAMOU, Françoise. **A Economia da Cultura**. Ateliê Editorial, Cotia, São Paulo, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. 3ª reimpressão. Editora UFMG, Belo Horizonte, MG, 2005.

BOSCOV, Isabela. **Parece Estranho, mas não é**. REVISTA VEJA. Ed Abril. Edição 2102, ano 42, no. 9, p. 114 e 115, 4 de março de 2009.

BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. **O Amor pela Arte: os museus de arte na Europa e seu público**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP e Editora ZOUK, Porto Alegre, 2007.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª. Edição, Ed. Perspectiva, São Paulo, 2005.

BRANT, Leonardo. **Faces da Cultura, Desenvolvimento Social e Investimento Social Privado**. Artigo em pdf, disponível em: <http://www.fundata.org.br/Artigos-Cefeis/> em pdf. Consultado em 03.12.2008.

BURITY, Joanildo. Globalización y identidad: desafios del multiculturalismo. Pernambuco. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/107.htm>, consultado em 28.05.2001.

CASTELLANO, Afonso Ribot. **El Sistema de Información Cultural de México**. Portal Iberoamericano de Gestão Cultural. Boletim GC: no. 7: Indicadores y Estadísticas Culturales, abril 2004. ISSN 1697-073X. Texto em pdf. Disponível em <http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/pdf/Indicadores/ACastellanos.pdf>. Consultado em 20.02.2009.

COELHO NETTO, Jose Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. Editora Iluminuras. 3ª Edição, FAPESP, São Paulo, 2004.

CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE. **Impacto de la cultura en la cultura en la economía chilena: participación de algunas actividades**

culturales culturales en el PIB y evaluación de las fuentes estadísticas disponibles. Convenio Andrés Bello, Chile, 2003.

DINIZ, Alexandre M. A. e SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima.** Texto em PDF, disponibilizado em www.abep.org.br, 2006, acesso em 25.02.2009.

DORIA, Carlos Alberto. **O poder público e a economia da cultura: A cultura como propulsora do desenvolvimento nas políticas públicas.** Seminário Internacional de economia da Cultura. Mesa redonda. Texto em pdf, publicado no site <http://www.fundaj.gov.br/noticia/>, consultado em 12.9.2007.

FIORETTI, Elena C. **Fundamentos del Multi e Interculturalismo para la formación del Profesor de la de educación fundamental de la ciudad de Boa Vista, Roraima.** Dissertação de Mestrado, Universidad de Matanzas, Cuba, 2001.

FRANCESCHI, Antonio de. (et. al.). **Marketing Cultural: um investimento com qualidade.** Informações Culturais. São Paulo, 1998.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 3ª edição, Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, São Paulo, 2000.

_____. **Leitores, espectadores e internautas.** Iluminuras, São Paulo, 2008.

_____. **Consumidores e Cidadãos.** Trad. Mauricio Santana Dias. 6ª. Edição. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias.** Ed. Atlas, São Paulo, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 9ª Edição. Editora Record. Rio de Janeiro, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** DP&A Editora, 10ª edição, Rio de Janeiro, 2005.

HAVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Ed. Loyola, 17ª edição, São Paulo, 2008.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 4ª. Edição, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005**. Serie Estudos e Pesquisas, arquivo em PDF. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em www.ibge.gov.br , acessado em 13/01/2009.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. Editora Atlas, 2ª. Edição, São Paulo, 1992.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. Editora Atlas, 4ª. Edição, São Paulo, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

LAZZARIN, Luis Fernando. **Identidades negociadas nos muros de Boa Vista**. Texto no prelo para publicação. UFRR, 2008.

MAGALHAES, Liliana F. **O que é que eu ganho com isso?** Seminário Internacional de Economia da Cultura, texto em pdf, publicado no site <http://www.fundaj.gov.br/noticia/> , consultado em 15.9.2007.

MANKIW. N. Gregory. **Introdução à Economia**. Trad, 3ª edição norte americana Allan Vidigal Hastings. Thompson. São Paulo, 2007.

MATTELART, Armand. **Mundialização, cultura e diversidade**. Revista FAMECOS, no. 31, quadrimestral, dezembro de 2006, pgs. 12-19, Porto Alegre, RS, 2006. Texto em pdf, disponível em www.famecos.org.br, consultado em 15/02/2009.

MEDEIROS, Jotabê. **Levantamento parcial mostra refluxo nos patrocínios em relação a 2008**. O Estado de São Paulo, virtual. Disponível em www.estadao.com.br , acessado em 03/2009.

MIGUEZ, Paulo. **Alguns aspectos do Processo de Constituição do Campo de Estudos em Economia da Cultura**. Texto em pdf., disponível em www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/paulomiguez, consultado em 15.01.2009.

NIZERY, François. **Pronunciamento de abertura do Fórum Cultural Mundial**, Conselho de Cultura da Comissão Europeia do Fórum Cultural Mundial, 2004, São Paulo. Caderno 2, p. 36

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 4ª reimpressão. Editora Brasiliense, São Paulo, 2000.

PORTA, Paula. **Economia da Cultura: um setor estratégico para o país**. Artigo em pdf, disponível no sitio www.cultura.gov.br/prodec. Consultado em 20/02/2009.

RADL, Alejandra. **La dimensión Cultural, base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración**. Instituto para a Integracion de America Latina y Caribe - INTAL Divulgación, documento de divulgación 6, ISBN 950-

738-090-6. Disponível em, <http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones>. Texto em pdf, consultado em 15.01.2009.

RANGEL, Leandro de Alencar. **A UNESCO e a construção do direito à identidade**. E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH, Belos Horizonte, vol. 1, no. 1, Nov. 2008: ISSN: 1984-2716. Disponível em: WWW.unibh.br/revistas/ecivitas. Consultado em 10 de janeiro de 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura ou economia criativa? Pondo o pingo nos is**. Tribuna cultura e mercado, virtual, coluna opinião de especialistas, publicado em 11.03.2007. Disponível em www.tribunaculturaemercado.com.br . Consultado em 12.09.2007.

_____. **Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável, o caleidoscópio da cultura**. Editora Manole Ltda, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Felipe. **O Valor Econômico dos Bens Culturais**. Artigo, disponível em <http://www.cultura.gov.br> . Consultado em 18.01.2009.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II)**. Mana 1103 – 150. Rio de Janeiro, 1997.

SCOPINHO, Savio Carlos Desan. **Filosofia e Sociedade Pós-Moderna**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 4ª edição. Record, Rio de Janeiro, 2008.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Trad. Laureano Pelegrin. Ed. da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), Bauru, São Paulo, 1999.

SEPLAN. **Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima**. Secretaria de Estado do Planejamento de Roraima, Boa Vista, Roraima, 2008.

_____. **Produto Interno Bruto de Roraima: nova série 20002- 2005**. Secretaria de Estado do Planejamento de Roraima, Boa Vista, Roraima, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 77-105, Jan./Abr. 2005 105. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 18/01/2009.

SIDARUS, Adel Youssef. **Religiosidade e Cultura**. Mesa de Debate. Fórum Mundial de Cultura. São Paulo, 2004

SIDERKUM, Antonio (Org). **Alteridade e Multiculturalismo**. Editora UNIJUÍ, Ijuí, Rio Grande do Sul, 2003.

SILVA, Ângela Maria Moreira. **Normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da UFRR – baseadas nas Normas da ABNT**. Editora da URFF, Boa Vista, 2007.

SILVA, Frederico Barbosa da, et alli. **Cultura, Consumo e Direito**. Cadernos do IPEA. Disponível em www.ipea.org.br, consultado em 27.09.2007.

SOUZA, Carla Monteiro de. **A História Oral e os Estudos Migratórios na Amazônia Brasileira: o caso de Roraima**. Texto disponível em, [http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Carla Monteiro Souza/](http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Carla_Monteiro_Souza/), acesso em 20.02.2009.

THROSBY, David. **Economía y Cultura**. Trad. De Cristina Piña y Maria Condor. 1ª. Edição. Cambridge University press, Madri, Espanha, 2001.

TOLILA, Paul. **Economia e Cultura: problemas, hipóteses, pistas**. Ed. Iluminuras, Itaú Cultural, São Paulo, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Atlas, São Paulo, 2006.

TURNER, Terence. **De cosmologia a historia: resistência, adaptação e consciência social entre os kayapó**. Em Amazônia Etnologia e historia indígena. Série Estudos. Núcleo de História Indígena e Indigenismo, USP, São Paulo, 1993.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Cultura e Desenvolvimento**. Sitio de Internet disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/culturaedesenvolvimento>, consultado em 12 /02/2009.

_____. **Informe Mundial sobre a Cultura 2000: diversidade cultural, conflito e pluralismo**. Ed. Moderna. São Paulo, 2004.

VARIAN. Hal R. **Microeconomia Princípios Básicos: Uma abordagem moderna**. Trad. 2ª edição americana. Luciane Melo. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1994.

VICO, Manuel Lobato e RIVERO, Mareia Quintero. **Mapas Culturales y Estadísticas: para que?** Proyecto Mapa Cultural Del Puerto Rico Contemporâneo. Texto em PDF, disponível em <http://gestioncultural.uprrp.edu/mapacultural/> novembro, 2008. Consultado em 15/02/2009.

VILIATI, Leandro e FLORISSI, Stefano (Orgs) **Economia da Cultura – Bem-estar econômico e evolução cultural**. Ed. UFRGS, RS, 2007.

VITOR NETO, Jose. **Identidade cultural e hibridismo nas narrativas orais do município de Castanhal**. Artigo publicado do mestrando da UFPA. Disponível em <http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/38/1084.pdf> Acesso em 11/01/2009.

ZANOTTI, Gabriel. **Epistemologia da Economia**. Trad. Julio Cezar R. Pereira. EDIPUCRS. Porto Alegre, RS, 1997.

YUDICE, George. **Economia da Cultura no Marco da Proteção e Promoção da Diversidade Cultural**. Texto em pdf, da Oficina Virtual de Economia da Cultura e Diversidade. Disponível em: <http://economiadacultura.blospot.com/2007/06>. Consultado em 20.01.2009.

_____. **A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global**. Trad. Marie-Anne Kremer. Editora da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2004.

WALDEMAR, Felipe Starosta de. **Economia da Cultura: análise do caso brasileiro em comparação com outros países à luz da literatura contemporânea**. 2006. Monografia (Bacharel em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ANEXO A



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
"AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

CARTA DE RORAIMA

Na cidade de Boa Vista, no período de 23 a 25 de novembro de 2004, na ocasião do I Seminário Estadual de Cultura sob o tema central "**Cultura em Roraima: Realidade e Perspectivas**" e acatando as proposições apresentadas na **Mesa Redonda com os artistas**, realizada em junho/2004, os presentes apresentam as propostas que, após deliberadas e aprovadas, deverão compor as políticas públicas para o desenvolvimento cultural de Roraima, entendendo:

- a necessidade de refletir sobre a cultura de Roraima;
- a possibilidade de promover intercâmbio como troca de experiências entre os participantes, entidades culturais e o Conselho Estadual de Cultura;
- a orientação para a formulação de diretrizes;
- a importância do engajamento da classe artística e da sociedade para elaboração e cumprimento deste documento;

É que o I Seminário Estadual de Cultura propõe:

- Formação continuada nas diversas linguagens das artes de professores da Educação Básica;
- Criação de um programa de capacitação das pessoas ligadas à área das artes, através de oficinas;
- Calendário permanente de ações culturais;
- Criação do Centro Profissionalizante em Artes;
- Criação de Curso Superior em Educação Musical;
- Realização de campanhas de esclarecimentos sobre a Lei de Incentivo Fiscal para empresários e a classe artística;
- Inclusão de prêmio em dinheiro no Prêmio Notoriedade Cultural, instituído pelo Estado em 2001;
- Instalação da Pinacoteca do Estado, com a criação de um salão permanente de artes;
- Inclusão da área circense no plano de cultura;
- Orientação técnica para que os artistas elaborem os projetos em condições de concorrer aos recursos federais;
- Intensificar as ações do Conselho de Cultura para a definição de políticas públicas no Estado;
- Promover a capacitação de Conselheiros de Cultura atendendo as diretrizes do MINC;
- Estimular a participação dos municípios nas discussões;
- Priorizar os requisitos constitucionais nas políticas públicas locais;
- Criação de mecanismos eficientes para pagamento dos serviços culturais prestados;
- Inserção do Estado de Roraima no Programa de Pontos de Cultura;
- Estímulo à produção de Documentários (Vídeo e Cinema) através da realização de oficinas;
- Promoção de educação patrimonial nas escolas e junto a sociedade;
- Intensificação das atividades de registro, tombamento e recuperação do patrimônio arquitetônico de valor histórico para Roraima;
- Aproximação institucional através da celebração de acordo e convênios entre instituições de excelência, ministérios e entidades visando a fortificação do setor cultural local;
- Programa de capacitação sistemática nas diversas linguagens das artes visando o aperfeiçoamento de técnicas e a descoberta de valores;



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
“AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS”

- Estabelecimento de um calendário cultural para o Estado de Roraima;
- Capacitação para gestores culturais em todos os níveis de atuação;
- Criação do Fundo Estadual de Cultura;
- Criação da Secretaria de Cultura do Estado de Roraima;
- Contemplar representantes dos municípios no Conselho Estadual de Cultura;
- O Conselho de Cultura deve intensificar a fiscalização sobre a realização dos eventos culturais;
- Valorização e apoio ao produtor cultural;
- Criação do Centro Cultural do Estado;
- Criação dos Conselhos Municipais de Cultura;
- Instalação de Museus nos Municípios;
- Realização de Festivais Culturais nos Municípios;
- Fomento de ações culturais no processo educativo realizado nas escolas;
- Ampliação das unidades e implementação das bibliotecas escolares;
- Urgente renovação do acervo e informatização dos serviços;
- Elaboração da Lei de Patrimônio Histórico local;
- Construção da Biblioteca Pública do Estado atendendo as especificações técnicas;
- Elaboração de programa de intercâmbio cultural entre artistas de Roraima (capital e interior) e os estados do Norte;
- Democratização do uso dos espaços culturais;
- Implantar sistema informatizado do cadastro dos artistas;
- Elaboração de planejamento participativo para o setor cultural;
- Elaboração da lei para regulamentar a veiculação de música regional nas rádios locais;
- Editoração, publicação e distribuição de obras literárias de escritores locais;
- Implantação de serviços de extensão da Biblioteca Pública do Estado; (Carro Biblioteca)
- Criação de “site” disponibilizando informações sobre a cultura e o produtor cultural de Roraima, via Internet;
- Elaborar programas de estímulo a pesquisa na área da cultura;
- Valorizar a cultura indígena no plano de ação do setor cultural;
- Criação de concursos e festivais na área da música, literatura teatro e dança, visando a descoberta de novos talentos;
- Elaboração de calendário de visitas do Conselho Estadual de Cultura em todos os municípios do Estado de Roraima;
- Estimular a organização da classe artística com a criação de Associações;
- Apoiar o projeto Pé na Estrada através da participação do setor cultural do estado, nas suas atividades;
- Implantar e implementar as Bibliotecas em escolas indígenas;
- Dotar de Infra-Estrutura para logística no setor cultural viabilizando a execução dos programas planejados;
- Realizar periodicamente Conferências Municipais e Estadual;



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
“AMAZÔNIA PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS”

A partir destas proposições, o I Seminário Estadual de Cultura de Roraima delibera e aprova a presente carta como documento norteador para as ações de planejamento na área cultural do Estado de Roraima. Reflexo dos anseios da sociedade e da classe artística, compreende que a viabilidade da transformação das proposições em ações efetivas, que promoverão o desenvolvimento cultural do estado, só se dará com o comprometimento e interesse político do Governo do Estado de Roraima.

Assinam os participantes:

- Adélio Almeida Barros
- Agrinaldo Silva
- Albe de Sena Cruz
- Alcindo de Oliveira Pantoja
- Alessandro da Silva Magalhães
- Alessandro Nunes da Silva
- Alessandro Tiani V. de Souza
- Alex de Sena Cruz
- Alfredo Clodomir Rolins de Souza
- Altacir Vitorina Nascimento da Silva
- Amazoner Okaba
- Ana Aparecida Vieira de Moura
- Ana Carolina Freitag
- Ana Cristina Alves Monteiro
- Ana Maria Fernandes dos Santos Costa
- Anez Martins de Araújo
- Ângela Maria Schardong
- Angelita Suanã Sena Vogel
- Anísio Fernandes Filho
- Antonio César Soares Quiz
- Antonio Clerton Castro Farias
- Antonio Evaldo Soares
- Antonio Valdgilson Mariano da Costa
- Aroldo Azevedo Gomes
- Artemise Barbosa de Sousa
- Artur Mesquita da Silva
- Átila Alves de Azevedo
- Bartolomeu da Silva Tomaz
- Brecilene Cruz Reis
- Breno Alves Ribeiro
- Carlos da Silva Marques
- Carlos Evandro Rocha

ANEXO B

- 28- Projeto Musical para o Teatro Carlos Gomes
Zeca Preto, Airton Vieira
- 29- Regulamentação da Escola de Música
George Farias, Airton Vieira
- 30- Elaboração de Lei de Patrimônio Histórico Estadual
Junior Brasil
- 31- Criação da Escola de Teatro (curso técnico)
Renato Barbosa, Airton Vieira
- 32- Criação da Casa da Fotografia
Jorge Macedo
- 33- Regulamentação para aquisição de obras de artes de artistas locais para comporem os espaços dos prédios públicos
Bartô
- 34- Desapropriação do Prédio da Prelazia
Jorge Macedo
- 35- Formação do CEC atendendo a indicação da classe artística
Junior Brasil
- 36- Transformação do Museu Integrado de Roraima em um Núcleo da UFRR
Petita Brasil
- 37- Proteção e Valorização dos Bens Patrimoniais Edificados e Tombados
Petita Brasil
- 38- Ampliação das unidades e implementação das Bibliotecas Escolares
Anete Pinto
- 39- Editoração de obras literárias de escritores regionais e disponibilização dessa obras nas bibliotecas escolares e na pública estadual
Anete Pinto
- 40- Formação de acervo da produção dos artistas para disponibilização de estudos e pesquisas
Halisson Cristian
- 41- Editoração de Livros e CDs provenientes dos concursos e festivais já realizados
Halisson Cristian
- 42- Instituir concursos de Contos e Poesias
George Farias
- 43- Transformação do Mercado Romeu Caldas em um Centro de Artesanato
Isaias Emiliano
- 44- Realização do Fórum Estadual de Cultura anualmente
Rosângela
- 45- Criação da Associação dos Artistas de Roraima
Evaristo

* Denúncias:

- Desaparecimento de obras de artes que ficam na tutela do Departamento de Cultura para Exposição
Carmézia Emiliano

- Uso de interpretação musical em regravação sem a devida autorização e pagamento dos direitos autorais no CD "As dez mais dos Festivais"

Halisson Cristian

* Conclusão:

Apesar das críticas feitas por parte dos artistas, ao órgão do governo de cultura, a Mesa Redonda com os Artistas recebeu um número de pessoas considerado pequeno principalmente aquelas ligadas ao fazer cultural local. Como primeira iniciativa do gênero acontecida junto a classe artística, com visão aberta e democrática o Conselho Estadual de Cultura ouviu todos os posicionamentos, recebendo elogios referente a postura louvável com manifestação de acreditarem que desta forma é possível haver mudanças para melhor no cenário cultural de Roraima. Assim, valiosas contribuições foram dadas, importantes propostas foram apresentadas e as queixas poderão ser aproveitadas como indicadores das medidas que não devem ser adotadas na gestão.

A íntegra dos pronunciamentos está disponível no Conselho Estadual de Cultura em fita cassete e disquete para todos os interessados.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTOS
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA



SÍNTESE DA MESA
REDONDA COM OS
ARTISTAS

* **Apresentação**

A Mesa Redonda com os Artistas, uma iniciativa do Conselho Estadual de Cultura-CEC, foi programada com a intenção de ouvir a classe artística, os seus diversos segmentos e linguagens, promotores culturais, entidades de fomento e interessados, a fim de orientar o CEC na elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da cultura local.

A mesa Redonda com os Artistas aconteceu durante os dias 22,23, e 24 de junho deste ano, na sala da videoteca do Palácio da Cultura. A fim de oportunizar todos os artistas e favorecer a expressão por segmento das áreas das artes, adotou-se como dinâmica a distribuição das diversas manifestações, em blocos, nos turnos matutino e vespertino, durante os três dias de evento, assim compreendidos 22/06 - manhã (música e comunicação) tarde (artes cênicas e dança) 23/06 - manhã (artes plásticas e fotografia) tarde (literatura e cultura indígena) 24/06 - manhã (artesanato, folclore e turismo) tarde (produtores culturais e entidades de classe)

* **Objetivo:**

Promover debate entre a classe artística, em seus diversos segmentos e linguagens, promotores culturais, entidades de fomento a cultura e o Conselho Estadual de Cultura visando abstrair propostas a partir de reivindicações, críticas, sugestões e sentimentos diversos, com a finalidade de orientar políticas públicas para a cultura do Estado de Roraima.

* **Participantes:**

* **Conselheiros de Cultura:** Augusto Cardoso (presidente), Elena Fioretti (vice presidente), Jose Maria de Souza Garcia (Zeca Preto), Shirleyne Rodrigues, Laucides Oliveira, Dalva Honorato, Maira Meire Saraiva Lima, Airton Vieira de Souza, Raimundo Walnro de Souza e Zigomar Dantas Maia

* **Artistas:** Artur Mesquita (cantor e compositor), Joemir Guimarães (cantor e compositor), Julieta Souza Silva (artista plástica), Jatai Albuquerque (cantor e compositor), Mark Edward (cantor e compositor), Prof. Cristino (professor de música), Sergio Barros (cantor e compositor, músico), George Farias (cantor e compositor e músico), Catarina Ribeiro (atriz e teatróloga), Junior Brasil (ator, diretor de teatro, jornalista e escritor), Nel Gomes (ator humorista), Renato Barbosa (ator, diretor de teatro, produtor), Leo Malabarista (artista circense), Marcio Costa (professor de dança, coreógrafo), Jorge Macedo (fotógrafo), Bartô (artista plástico), Máximo (escultor e design), Coelhoinho (escultor e professor de desenho), Walber Aguiar (poeta), Eliakin Rufino (cantor, compositor, poeta), Josemar de Souza (poeta), Peita Brasil (artista e artista plástica), Halisson Cristian (cantor e compositor), Isaias Emiliano (artista plástico e artesão), Carnésia Emiliano (artista plástica), Maria Luiza Vieira Campos (artesã), Rosângela Duarte (musicista, professora), Nonato Chacon (ator, teatrólogo), Sandra ... (musicista).

* **Promotores Culturais, fomentadores e entidade culturais:** Vilmar Lana (contador e membro do GTAP), Sandra (representante do SEBRAE), Edicilda Cardoso (Marchand), Marco Aurélio Porto (Produtor Cultural), Ângela (representante do SENAC), Aurilena (Empreendimentos Walter Vogel), Valdete (representante do SESI), Rosângela Duarte (ABEM-RR), Nonato Chacon (representante do CEFET), Irone Andrade (professora), Marcelo Máximo (cidadão roraimense, empresário da área de marketing)

* **Proposições:**

As proposições elencadas abaixo, estão por ordem de ocorrência a partir das manifestações dos participantes da Mesa Redonda com os Artistas:

1- Clareza na utilização e prestação dos recursos públicos destinados para a Cultura e maior acesso a esses recursos pelos artistas

Artur Mesquita., Joemir Guimarães, Jatai Albuquerque
Mark Edward, Sergio Barros, Catarina Ribeiro
Marcelo Máximo

2- Promover intercâmbio entre artistas no interior de Roraima, Estados do Norte e exposições coletivas no Brasil

Joemir Guimarães, Jatai Albuquerque, Catarina Ribeiro
Jorge Macedo, Bartô, George Farias, Isaias Emiliano

3- Melhores condições para uso dos espaços culturais públicos – democratização do uso dos espaços

Artur Mesquita, Joemir Guimarães, Catarina Ribeiro
Marcio Máximo, Noel Gomes, Valdete

4- Maior agilidade para o pagamento dos cachês artísticos

Joemir Guimarães, Jatai Albuquerque, Mark Edward

Leo Malabarista, Halisson Cristian

5- Maior atuação do Conselho Estadual de Cultura no que se refere a fiscalização e acompanhamentos das ações

Junior Brasil, Leo Malabarista, Rosana, Halisson Cristian, Airton Vieira

6- Maior apoio ao produtor cultural

Joemir Guimarães, Nel Gomes, Leo Malabarista

Bartô, Halisson Cristian

7- Programa de Qualificação para as diversas áreas das artes (cursos, oficinas, escolas de artes, especialização com pós graduação)

Cristino, George Farias, Junior Brasil, Marcio Costa

8- Elaboração de Programação Cultural para Roraima – ano inteiro (Parque Anauá no verão, Teatro Carlos Gomes)

George Farias, Zeca Preto, Bartô, Marcelo Máximo

9- Criação da Secretaria de Estado da Cultura

Zeca Preto, Leo Malabarista, Marcelo Máximo, Walnro, Airton Vieira

10- Criação de uma página web – site, disponibilizando informações sobre a cultura de Roraima via internet

Zeca Preto, Jorge Macedo, Bartô, Marcelo Máximo

11- Criação (readequação) da Galeria de Artes

Jorge Macedo, Bartô, Marcelo Máximo, Isaias Emiliano

12- Produção de Material de Divulgação da Cultura em geral

Bartô, Marcelo Máximo, Coelho, Isaias Emiliano

13- Programa ou projeto governamental para a cultura tenha prévia aprovação do CEC

Junior Brasil, George Farias, Joemir Guimarães

14- Realizar cadastro de artistas e dos agentes culturais

Artur Mesquita, Jatai Albuquerque, Isaias Emiliano

15- Elaboração de Lei que obrigue as rádios locais veicularem música regional

Joemir Guimarães, Zeca Preto

16- Melhorar a infraestrutura dos locais para a realização dos eventos artísticos governamentais

Joemir Guimarães, George Farias

17- Apoiar a pesquisa em cultura regional e em literatura regional

Joemir Guimarães, Irone Andrade

18- Apoio a organização de entidades de classe dos artistas nos diversos segmentos

Jatai Albuquerque, Dalva Honorato

19- Elaboração de Planejamento Participativo para a área cultural

Joemir Guimarães, Catarina Ribeiro

20- Editoração e publicação de obras literárias (Rosilene, Nenê Macaggi)

Eliakin Rufino, Anete Pinto

21- Priorizar a cultura indígena nas ações de governo

Julieta Souza, Leo Malabarista, Cristino

22- Criação de um Centro de Educação em Artes

Marcio Costa, Marcelo Máximo, Airton Vieira

23- Regularizar o ECAD e aplicação das Leis de Direito Autoral

Zeca Preto, Jorge Macedo

24- Realizar um único Arraial Junino envolvendo o Governo a Prefeitura e Empresários locais

Joemir Guimarães

25- Aumentar o percentual de 0,3% para 0,5% do repasse do ICMS para os projetos com a Lei 318

Marco Aurélio

26- Melhor distribuição das verbas para todas as áreas culturais

Joemir Guimarães

27- Maior divulgação da Lei 318

Marco Porto, Zeca Preto

ANEXO C



CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA 04 à 06 de agosto de 2006, Boa Vista - RR

EIXO ECONOMIA DA CULTURA

- Criação de um Órgão (fundação ou secretaria) com autonomia administrativa e financeira (3 bolinhas)
- Criação de uma agenda cultural anual que abarque a realização de eventos (feiras, mostras, exposições, festivais) de todos os segmentos, a nível estadual e municipal. Bem como o intercâmbio regional, nacional e internacional entre produtos culturais. (3 bolinhas)
- Organização política dos segmentos culturais em Fóruns permanentes de discussão, federações e outras práticas associativistas. (15 bolinhas)
- Formação do público através da popularização das atividades culturais com a realização de oficinas, cursos, exposições, espetáculos, shows etc; nas escolas e comunidades de todo o estado. (04 bolinhas)
- Criação, manutenção e democratização de espaços públicos culturais como pinacotecas, teatros, museus, casas de show etc. (Zero bolinhas)
- Mapeamento sócio econômico do setor cultural. (8 bolinhas)
- Criação de cursos voltados para a formação do profissional cultural. (6 bolinhas)
- Financiamento da cultura (23 bolinhas)
 1. Realizar campanha de sensibilização, mobilização e divulgação da lei estadual de incentivo a cultura junto ao empresariado e instituições públicas e privadas.
 2. implementação imediata da lei de incentivo a cultura do município de Boa Vista.
 3. criação de fundos municipais e estadual para fomento a cultura.



CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
04 à 06 de agosto de 2006, Boa Vista - RR

EIXO ECONOMIA DA CULTURA

- * Criação de um Órgão (fundação ou secretaria) com autonomia administrativa e financeira (3 bolinhas)
- * Criação de uma agenda cultural anual que abarque a realização de eventos (feiras, mostras, exposições, festivais) de todos os segmentos, a nível estadual e municipal. Bem como o intercâmbio regional, nacional e internacional entre produtos culturais. (3 bolinhas)
- * Organização política dos segmentos culturais em Fóruns permanentes de discussão, federações e outras práticas associativistas. (15 bolinhas)
- * Formação do público através da popularização das atividades culturais com a realização de oficinas, cursos, exposições, espetáculos, shows etc; nas escolas e comunidades de todo o estado. (04 bolinhas)
- * Criação, manutenção e democratização de espaços públicos culturais como pinacotecas, teatros, museus, casas de show etc. (Zero bolinhas)
- * Mapeamento sócio econômico do setor cultural. (8 bolinhas)
- Criação de cursos voltados para a formação do profissional cultural. (6 bolinhas)
- Financiamento da cultura (23 bolinhas)
 1. Realizar campanha de sensibilização, mobilização e divulgação da lei estadual de incentivo a cultura junto ao empresariado e instituições públicas e privadas.
 2. implementação imediata da lei de incentivo a cultura do município de Boa Vista.
 3. criação de fundos municipais e estadual para fomento a cultura.



CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
04 à 06 de agosto de 2006, Boa Vista - RR

EIXO ECONOMIA DA CULTURA

- * Criação de um Órgão (fundação ou secretaria) com autonomia administrativa e financeira (3 bolinhas)
- * Criação de uma agenda cultural anual que abarque a realização de eventos (feiras, mostras, exposições, festivais) de todos os segmentos, a nível estadual e municipal. Bem como o intercâmbio regional, nacional e internacional entre produtos culturais. (3 bolinhas)
- * Organização política dos segmentos culturais em Fóruns permanentes de discussão, federações e outras práticas associativistas. (15 bolinhas)
- * Formação do público através da popularização das atividades culturais com a realização de oficinas, cursos, exposições, espetáculos, shows etc; nas escolas e comunidades de todo o estado. (04 bolinhas)
- * Criação, manutenção e democratização de espaços públicos culturais como pinacotecas, teatros, museus, casas de show etc. (Zero bolinhas)
- * Mapeamento sócio econômico do setor cultural. (8 bolinhas)
- Criação de cursos voltados para a formação do profissional cultural. (6 bolinhas)
- Financiamento da cultura (23 bolinhas)
 1. Realizar campanha de sensibilização, mobilização e divulgação da lei estadual de incentivo a cultura junto ao empresariado e instituições públicas e privadas.
 2. implementação imediata da lei de incentivo a cultura do município de Boa Vista.
 3. criação de fundos municipais e estadual para fomento a cultura.

4. aprimoramento da lei estadual de incentivo a cultura. Em especial com relação ao cumprimento de prazos dos repasses de recursos contratados. (2 bolinhas)
5. Que os tomadores de serviços – públicos e privados – estabeleçam e cumpram agenda de pagamentos dos serviços prestados na área cultural. (Zero bolinha)

EIXO GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA

- O Espaço Público
 1. Manutenção dos Espaços públicos existentes e criação de novos espaço sem bairros centrais e periféricos destinados a cultura.(4 bolinhas)
 2. Criação de uma Secretaria/Fundação de Cultura no Estado de Roraima.(14 bolinhas)
- Capacitação para artistas, gestores e professores de escolas públicas.(9 bolinhas)
- Formação de Conselhos Estadual e municipais e Fóruns específicos.(9 bolinhas)
- Aumento do orçamento para a cultura(25 bolinhas)
- Gestão descentralizada, participativa e transversal c/ turismo,educação,trabalho, esporte, saúde e relação Exterior.(4 bolinhas)
- Lei estadual de incentivo a Cultura:Alteração da lei estadual de incentivo à cultura para atender as demandas de forma efetiva.(zero bolinhas)
- Adesão das Prefeituras ao Protocolo do Minc(SNC) (01 bolinha)
- Criação de Caravanas culturais em todo o Estado.(6 bolinhas)
- Inserção de projetos culturais no âmbito escolar para valorização de cultura local.(02 bolinhas)

EIXO COMUNICAÇÃO É CULTURA

- Sistematização, ampliação e difusão de um cadastro de produção cultural Estadual vinculado aos cadastros nacionais. (2 bolinhas)
- Democratização dos meios de comunicação através da implantação e fomento dos meios comunitários de comunicação alternativos. Por meio de uma lei estadual e municipal.(24 bolinhas)
- Democratizar os programas de lei de incentivos a cultura.(ex: cartilhas) (01 bolinha)
- Criação de leis estadual e municipais que estejam em conformidade com a lei federal de porcentagem mínima nas programações para as produções regionais.(18 bolinhas)
- Desvinculação das secretarias de cultura Estadual e Municipais.(zero bolinhas)
- Capacitação de profissionais na área de educação,para estimular ao ensino das artes e formação de público.(18 bolinhas)

EIXO CULTURA É DIREITO E CIDADANIA

- Criação da associação dos artistas visando o fortalecimento para o sindicato(17 bolinhas)
- Programação cultural contínua, nas praças públicas e bens culturais em parceria com a Secretaria de educação.(3 bolinhas)
- A educação é base de tudo. Estudo e elaboração de projetos com base nos PCNs(Zero bolinhas)
- Formação e qualificação com maior rigor dos educadores da área cultural(zero bolinhas)
- Criação da Secretaria de Cultura do Estado tendo como TITULAR um nome indicando por uma lista tríplice apresentada pela classe artística organizada.(21 bolinhas)
- Criação de um Centro de Cultura para atender as diversas manifestações Culturais tendo como parceiro a Secretaria de Cultura. (03 bolinhas)
- Criação de LONAS CULTURAIS em pontos estratégicos da cidade abrangendo vários bairros, democratizando e valorizando o acesso a cultura e aos artistas locais em seus diversos segmentos culturais. (15 bolinhas)

EIXO PATRIMÔNIO CULTURAL

- Incentivar a criação de monumentos e marcos históricos; (11 bolinhas)
- Capacitar Gestores culturais no tombamento dos patrimônios.(zero bolinhas)
- Tombamento com prestação de contas do patrimônio material que temos. (zero bolinhas)
- Divulgar o patrimônio histórico e os trabalhos desenvolvidos.(02 bolinhas)
- Mobilizar a comunidade na preservação do patrimônio histórico.(zero bolinhas)
- Incentivar a criação de sistemas de informação patrimoniais.(01 bolinha)
- Elaborar projetos para manutenção do Patrimônio Histórico.(01 bolinha)
- Criar curso de arqueologia.(02 bolinhas)
- Praças das lendas.(12 bolinhas)
- Estabelecer parcerias para ações de educação. (1 bolinha)

**PROPOSTAS POR ORDEM DE PRIORIDADE ESTABELECIDAS
PELA PLENÁRIA DA I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA
EM 06/08/2006**

1. Aumento do orçamento para a cultura (25 bolinhas)
2. Financiamento da cultura (23 bolinhas) + (2 bolinhas) = 25
 - Realizar campanha de sensibilização, mobilização e divulgação da lei estadual de incentivo a cultura junto ao empresariado e instituições públicas e privadas.
 - implementação imediata da lei de incentivo a cultura do município de Boa Vista.
 - criação de fundos: estadual e municipais para fomento a cultura.
 - aprimoramento da lei estadual de incentivo a cultura. Em especial com relação ao cumprimento de prazos dos repasses de recursos contratados (2 bolinhas)
 - Que os tomadores de serviços – públicos e privados – estabeleçam e cumpram agenda de pagamentos dos serviços prestados na área cultural. (Zero bolinha)
3. Democratização dos meios de comunicação através da implantação e fomento dos meios comunitários de comunicação alternativos. Por meio de uma lei estadual e municipal. (24 bolinhas)
4. Criação da Secretaria de Cultura do Estado tendo como TITULAR um nome indicando por uma lista tríplice apresentada pela classe artística organizada. (21 bolinhas)
5. Criação de leis estadual e municipais que estejam em conformidade com a lei federal de porcentagem mínima nas programações para as produções regionais. (18 bolinhas)
6. Capacitação de profissionais na área de educação, para estimular ao ensino das artes e formação de público. (18 bolinhas)
7. O Espaço Público .(14 bolinhas) + .(4 bolinhas) = 18 bolinhas
 - Manutenção dos Espaços públicos existentes e criação de novos espaços em bairros centrais e periféricos destinados a cultura. (4 bolinhas)
 - Criação de uma Secretaria/Fundação de Cultura no Estado de Roraima. (14 bolinhas)
8. Criação da associação dos artistas visando o fortalecimento para o sindicato (17 bolinhas)

9. Criação de LONAS CULTURAIS em pontos estratégicos da cidade abrangendo vários bairros, democratizando e valorizando o acesso a cultura e aos artistas locais em seus diversos segmentos culturais. (15 bolinhas)
10. Organização política dos segmentos culturais em Fóruns permanentes de discussão, federações e outras práticas associativistas. (15 bolinhas)
11. Praças das lendas. (12 bolinhas)
12. Incentivar a criação de monumentos e marcos históricos; (11 bolinhas)
13. Capacitação para artistas, gestores e professores de escolas públicas. (9 bolinhas)
14. Formação de Conselhos Estadual e municipais e Fóruns específicos. (9 bolinhas)
15. Mapeamento sócio econômico do setor cultural. (8 bolinhas)
16. Criação de cursos voltados para a formação do profissional cultural. (6 bolinhas)
17. Criação de Caravanas culturais em todo o Estado. (6 bolinhas)
18. Gestão descentralizada, participativa e transversal c/ turismo, educação, trabalho, esporte, saúde e relação Exterior. (4 bolinhas)
19. Formação do público através da popularização das atividades culturais com a realização de oficinas, cursos, exposições, espetáculos, shows etc; nas escolas e comunidades de todo o estado. (04 bolinhas)
20. Criação de um Órgão (fundação ou secretaria) com autonomia administrativa e financeira (3 bolinhas)
21. Criação de uma agenda cultural anual que abarque a realização de eventos (feiras, mostras, exposições, festivais) de todos os segmentos, a nível estadual e municipal. Bem como o intercâmbio regional, nacional e internacional entre produtos culturais. (3 bolinhas)
22. Programação cultural contínua, nas praças públicas e bens culturais em parceria com a Secretaria de educação. (3 bolinhas)
23. Criação de um Centro de Cultura para atender as diversas manifestações Culturais tendo como parceiro a Secretaria de Cultura. (03 bolinhas)
24. Criar curso de arqueologia. (02 bolinhas)
25. Divulgar o patrimônio histórico e os trabalhos desenvolvidos. (02 bolinhas)
26. Sistematização, ampliação e difusão de um cadastro de produção cultural Estadual vinculado aos cadastros nacionais. (2 bolinhas)
27. Inserção de projetos culturais no âmbito escolar para valorização de cultura local. (02 bolinhas)
28. Adesão das Prefeituras ao Protocolo do Minc (SNC) (01 bolinha)
29. Democratizar os programas de lei de incentivos a cultura. (ex: cartilhas) (01 bolinha)
30. Incentivar a criação de sistemas de informação patrimoniais. (01 bolinha)
31. Elaborar projetos para manutenção do Patrimônio Histórico. (01 bolinha)
32. Estabelecer parcerias para ações de educação. (1 bolinha)

PROPOSTAS QUE NÃO RECEBERAM VALORAÇÃO PELA PLENÁRIA

1. Mobilizar a comunidade na preservação do patrimônio histórico.(zero bolinhas)
2. Capacitar Gestores culturais no tombamento dos patrimônios;(zero bolinhas)
3. Tombamento com prestação de contas do patrimônio material que temos. (zero bolinhas)
4. A educação é base de tudo. Estudo e elaboração de projetos com base nos PCNs(Zero bolinhas)
5. Formação e qualificação com maior rigor dos educadores da área cultural(zero bolinhas)
6. Desvinculação das secretarias de cultura Estadual e Municipais.(zero bolinhas)
7. Lei estadual de incentivo a Cultura:Alteração da lei estadual de incentivo à cultura para atender as demandas de forma efetiva.(zero bolinhas)
8. Que os tomadores de serviços – públicos e privados – estabeleçam e cumpram agenda de pagamentos dos serviços prestados na área cultural. (Zero bolinha)
9. Criação,manutenção e democratização de espaços públicos culturais como pinacotecas,teatros,museus,casas de shows etc.(Zero bolinhas)